



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Teresina-PI
2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão Individual do exercício de 2016 apresentados aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, a que esta Unidade de Prestação de Contas (UPC) está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições: Resolução TCU nº 234, de 1/9/2010, Resolução TCU nº 244, de 20/7/2011, Instrução Normativa TCU nº 63, de 1/9/2010, Instrução Normativa TCU nº 72, 15/9/2013, Decisão Normativa nº 154, de 19/10/2016, Portaria TCU nº 59/2017, de 17/01/2017 e Portaria CGU nº 500/2016, de 8/3/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Mendonça Filho

SECRETÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Paulo Henrique Gomes de Lima
Reitor e Presidente do COLDIR

Paulo Borges da Cunha
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio de Pádua Alves Pinto
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Laura Maria Andrade de Sousa
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ayrton de Sá Brandim
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Soares da Rocha
DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Eduílson Lívio Neves da Costa Carneiro
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ezequias Matos Esteves
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS TERESINA-CENTRAL

Francisca Assunção Almeida Félix
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS TERESINA-ZONA SUL

Odimógenes Soares Lopes
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS FLORIANO

Alexandre Borges Cristóvão
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PARNAÍBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Elisberto Francisco Luz
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PICOS

Polyana Dias Miranda
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS ANGICAL

Laécio Barros Dias
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CORRENTE

Francisco Washington Soares Gonçalves
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PAULISTANA

Clayton da Costa Ribeiro
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PIRIPIRI

Francisco Nogueira Lima
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO

Miguel Antonio Rodrigues
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS URUÇUI

Sebastião Pereira do Nascimento
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS OEIRAS

Raimundo Nonato Alves da Silva
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PEDRO II

José Walter Silva e Silva
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Washington Moura Barbosa
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CAMPO MAIOR

Maria dos Remédios de Brito Silva
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS COCAL

Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ

Vitor Marques Costa
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DE JOSÉ DE FREITAS

Paulo Renato de Sousa
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DE PIO IX

Aurélio Agostinho Adão
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DO DIRCEU

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CONSELHO SUPERIOR

PRESIDENTE

Paulo Henrique Gomes de Lima

REITOR

REPRESENTANTES DOCENTES

TITULAR

Marcony Santana Máximo
Franciéric Alves de Araújo
Antônio Alves de Carvalho Júnior
Domingos Alves de Carvalho Júnior
Aislan Rafael Rodrigues de Sousa

SUPLENTE

Willamys Rangel Nunes de Sousa
Francisco Marcelino Almeida de Araújo
Giselda dos Santos Costa
Josilene Bárbara Ribeiro Campos
Alline Alexandre de Sousa Leônidas

REPRESENTANTES DISCENTES

TITULAR

Paloma Maria Bezerra Nepomuceno
Wildrimak de Sousa Pereira
Moisés da Costa Moraes Neto
Manoel de Oliveira Alves Veras
Felipe Júnior Sabino Sousa

SUPLENTE

VAGO
VAGO
Joyce Carvalho Lira dos Santos
VAGO
Jeiel Sousa Brito

REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

TITULAR

Uesllei Sousa Reis
Gustavo de Castro Nery
Clefra Vieira Guedelho
Thiago Henrique Costa Marques
Fernando Malheiros Nunes

SUPLENTE

Mariano Francisco de Sousa Filho
Allan Kout Lima de França
Karolina Nogueira Mendonça
VAGO
Stayce Mesquita Santiago

REPRESENTANTES EGRESSOS

TITULAR

Ronaldo Lopes da Rocha Mendes
Elaine Cristina Osório Rosa

SUPLENTE

VAGO
VAGO

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

TITULAR

Félix Fernando Raposo Filho
Islano Vinicius Isaías Marques do Nascimento
Geraldo da Costa Nunes Neto
Irlândia Alves de Carvalho Dourado
Ana Lúcia dos Santos Dourado
Carlos Alberto Pereira da Silva

SUPLENTE

Martha Lima Chaves
Júlio Rodrigues de Brito Filho
Raimundo Aldário Ferreira Lima
Antonio Costa Castelo Branco
Sara Regina Mendes dos Reis
Márcia Raika e Silva Lima

REPRESENTANTES SETEC

TITULAR

Edson Silva da Fonseca

SUPLENTE

Luiz Carlos do Rego

REPRESENTANTES DIRETORES-GERAIS

TITULAR

Sebastião Pereira do Nascimento
Alexandre Borges Cristóvão
Maria dos Remédios Brito e Silva
Polyana Dias Miranda
Francisco Washington Soares Gonçalves

SUPLENTE

Ezequias Matos Esteves
Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho
Raimundo Nonato Alves da Silva
Vitor Marques Costa
Laécio Barros Dias

REPRESENTANTES EX-REITOR

TITULAR

Francisco das Chagas Santana

SUPLENTE

Vitalício

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

Pró-Reitor: Prof. Paulo Borges da Cunha

e-mail: pauloborges@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Anaítes Maria de Moraes Silva

Administradora

anaites@ifpi.edu.br

Ciro Lima Silva

Contador

cirolimasilva@ifpi.edu.br

Herson Lee Carvalho

Economista

hersonlee@ifpi.edu.br

Ricardo de Souza Oliveira

Técnico em Contabilidade

souzo@ifpi.edu.br

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PRODIN)

Pró-Reitor: Antônio de Pádua Alves Pinto

e-mail: padua.pinto@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Jailton Rodrigues de Sousa

Secretário Executivo

jailtonsousa@ifpi.edu.br

PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN)

Pró-Reitora: Laura Maria Andrade de Sousa

e-mail: laura@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Diego Mendes Pinheiro Costa

Procurador Institucional

diegomendes@ifpi.edu.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AGU	Advocacia Geral da União
AUDIN	Auditoria Interna Geral
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Conselho Editorial
CEP	Comissão de Ética Pública
CEPES	Conselho de Ética em Pesquisa
CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CERTIFIC	Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CESVALE	Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba
CEV	Cerimonial e Eventos
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CIS/PCCTAE	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COLDIR	Colégio de Dirigentes
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPGF	Cartão Corporativo do Governo Federal
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DIRCOM	Diretoria de Comunicação
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DOU	Diário Oficial da União
DW	Datawarehouse
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FIC	Formação Inicial e Continuada
GRU	Guia de Recolhimento da União
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IN	Instrução Normativa
LIFE	Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Educadores
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBICJR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PLS	Plano de Logística Sustentável
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PPA	Plano Plurianual
PRAEI	Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAEX	Programa Institucional de Apoio à Extensão
PROAGRUPAR	Programa de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica
PRODIN	Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEJA-FIC	Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROFE	Procuradoria Federal
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
RAINT	Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
RP	Restos a Pagar
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
RT	Retribuição por Titulação
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema de Administração de Pessoal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

da Educação

SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Avaliação e Registros de Atos de Admissão e Concessões
SISPES	Sistema do Projeto Esplanada Sustentável
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada do MEC
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TAM	Termo de Acordo de Metas
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UG	Unidade Gestora
UNINOVAFAPPI	Centro Universitário da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade de Prestação de Contas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– DISTRIBUIÇÃO DOS CAMPI EM 2016.....	22
Figura 2– EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM A AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EM 2016	111
Figura 3– EVOLUÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO ANO DE 2016	112
Figura 4– CONSOLIDAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO ANO 2016	141
Figura 5– CONSOLIDAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ANO 2016	142
Figura 6– PLACAS SOLARES NO TELHADO DO IFPI FLORIANO	144
Figura 7– PÁGINA ELETRÔNICA DO IFPI	156

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– DADOS E INFORMAÇÕES NÃO CONTEMPLADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2016	17
Quadro 2 – IDENTIFICAÇÃO DA UPC	18
Quadro 3– ESTRUTURA ORGANIZACIONAL VIGENTE NO EXERCÍCIO	30
Quadro 4 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	33
Quadro 5– MACROPROCESSOS DA PROEN	37
Quadro 6 – MACROPROCESSOS DA PROEX	47
Quadro 7 – MACROPROCESSOS DA PROPI	50
Quadro 8 – MACROPROCESSOS DA PRODIN	52
Quadro 9 – AÇÃO 20RG	57
Quadro 10 – AÇÃO 20RL	58
Quadro 11 – AÇÃO 2994	59
Quadro 12– AÇÃO 6380	60
Quadro 13– AÇÃO 20RJ	61
Quadro 14– AÇÃO 2992	62
Quadro 15– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	62
Quadro 16– RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS	64
Quadro 17– RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UPC NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE	64
Quadro 18– RECEITAS POR NATUREZA	65
Quadro 19– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	66
Quadro 20– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	67
Quadro 21– CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	69
Quadro 22– UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	69
Quadro 23– CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	70
Quadro 24– INDICADORES DE GESTÃO, CONFORME DELIBERAÇÕES DO TCU	73
Quadro 25 – TIPO DE PROCEDIMENTO	83
Quadro 26– FORÇA DE TRABALHO DA UPC	85
Quadro 27– DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	86
Quadro 28– DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS	86
Quadro 29– DESPESAS COM PESSOAL	89
Quadro 30– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA	91
Quadro 31– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /UNID. SEM UG	92
Quadro 32– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG ANGICAL	93
Quadro 33– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CAMPO MAIOR	94
Quadro 34– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG COCAL	95
Quadro 35– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CORRENTE	96
Quadro 36– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG FLORIANO	97
Quadro 37– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG OEIRAS	98
Quadro 38– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PARNAÍBA	99
Quadro 39– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PAULISTANA	100

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 40– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PEDRO II	101
Quadro 41– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PICOS.....	102
Quadro 42– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PIRIPIRI.....	103
Quadro 43– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO JOÃO DO PIAUÍ	104
Quadro 44– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO RAIMUNDO NONATO	105
Quadro 45– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA-CENTRAL	106
Quadro 46– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA ZONA SUL	107
Quadro 47– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG URUCUI.....	108
Quadro 48– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG VALENÇA.....	109
Quadro 49– QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS A SEREM CONTRATADOS (TOTAL: 361).....	110
Quadro 50– DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DA AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO NO ANO DE 2016	111
Quadro 51– EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIO (ANO: 2016).....	112
Quadro 52– QUANTITATIVO DA FROTA POR CATEGORIA	115
Quadro 53– DETALHAMENTO DA FROTA POR KM RODADOS EM 2016.....	116
Quadro 54– IDADE MÉDIA DA FROTA EM 2016.....	116
Quadro 55– DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA EM 2016	117
Quadro 56– CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS NA UPC	120
Quadro 57– RELAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELACIONADAS À ATIVIDADE-FIM.....	129
Quadro 58– -LISTA DE PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PDTI	131
Quadro 59– COMPOSIÇÃO DA DTI 2016	133
Quadro 60 – RELAÇÃO DE SISTEMAS EM USO NO IFPI E SUAS FUNCIONALIDADES.....	135
Quadro 61– DETALHAMENTO DOS SISTEMAS.....	137
Quadro 62– AVALIAÇÃO DOS RISCOS CONTRA CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS	139
Quadro 63– TÓPICOS DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	140
Quadro 64– RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DA OUVIDORIA POR TIPO E ASSUNTO.	146
Quadro 65– TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU 2016.....	151
Quadro 66 – DESPESAS COM PUBLICIDADE.....	154
Quadro 67 – TABELA DE CURSOS SUPERIORES DE LICENCIATURA.....	155

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	18
1.1 Identificação da unidade	18
1.2 Finalidade e competências	19
1.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	21
1.4 Ambiente de atuação.....	23
1.5 Organograma	30
1.6 Macroprocessos finalísticos	36
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	55
2.1 Planejamento organizacional.....	55
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	55
2.1.2 Estágios de implementação do planejamento estratégico.....	55
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	55
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	56
2.3 Desempenho orçamentário.....	56
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	57
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	61
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	62
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	62
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	64
2.3.6 Informações sobre realização de receitas.....	65
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas	65
2.3.8 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.. ..	69
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	72
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	72
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	77
3.1 Descrição das estruturas de governança	77
3.2 Atuação unidade de auditoria interna	80
3.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec	83
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	83
3.4 Gestão de riscos e controles internos.....	84

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	85
4.1	Gestão de pessoas	85
4.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	85
4.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	87
4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	87
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	90
4.1.5	Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	113
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	114
4.2.1	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	114
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	118
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	119
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas	120
4.2.5	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim	129
4.3	Gestão de tecnologia da informação.....	130
4.3.1	Principais sistemas de informações	134
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	140
4.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	144
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	145
5.1	Canais de acesso do cidadão	145
5.2	Carta de serviços ao cidadão	147
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	147
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade....	147
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	148
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	150
6.1	Desempenho financeiro no exercício.....	150
6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	150
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	150
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas	150
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	151
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	151

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	152
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	152
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.	152
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	153
7.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	154
7.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	155
	ANEXOS	157

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão constitui em um instrumento de prestação de contas relativa ao exercício de 2016 da Unidade de Prestação de Contas (UPC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), contendo a descrição das atividades realizadas durante este exercício, a ser apresentado à comunidade interna, aos órgãos de controle interno e externo da administração pública e ao público em geral.

O formato e conteúdo deste documento seguem as orientações e atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo por referência os seguintes instrumentos legais: Resolução TCU nº 234, de 1/9/2010, Resolução TCU nº 244, de 20/7/2011, Instrução Normativa TCU nº 63, de 1/9/2010, Instrução Normativa TCU nº 72, 15/9/2013, Decisão Normativa nº 154, de 19/10/2016, Portaria TCU nº 59/2017, de 17/01/2017 e Portaria CGU nº 500/2016, de 8/3/2016.

O relatório gestão apresenta itens relevantes da gestão do IFPI durante o exercício de 2016, conforme descrição das sete seções, visando possibilitar a descrição dos elementos administrativos, contábeis e financeiros dos cenários da UPC e pelas unidades gestoras relacionadas: Reitoria, Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Floriano, Campus Picos, Campus Parnaíba, Campus Angical, Campus Paulistana, Campus Piripiri, Campus São Raimundo Nonato, Campus Corrente, Campus Uruçuí, Campus Oeiras, Campus São João do Piauí, Campus Pedro II, Campus Valença do Piauí, Campus Campo Maior, Campus Cocal. A UPC também possui em sua estrutura três Campi Avançados, José de Freitas, Pio IX e Dirceu, que são subordinados à UG da reitoria, sendo suas movimentações de responsabilidade da mesma, pois não possuem código SIAFI/UG.

A primeira seção equivale à visão geral da unidade prestadora de contas, com identificação, finalidades e competências, normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade, ambiente de atuação, organograma e macroprocessos finalísticos.

A segunda seção equivale ao planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, que contemplam o planejamento organizacional e resultados, com descrição sintética dos objetivos do período, estágios, formas e instrumento de monitoramento da execução dos resultados dos planos, desempenho orçamentário, o desempenho operacional, apresentação e análise de indicadores de desempenho, informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos. As informações sobre indicadores estão presentes, nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005 – plenário e alterações posteriores.

A terceira seção equivale às informações sobre a governança, que contemplam a estrutura de governança da UPC, atuação da auditoria interna, sistema de correição, avaliação do funcionamento dos controles internos e gestão de riscos.

A quarta seção equivale a áreas especiais de gestão, com informações sobre gestão de pessoas, gestão do patrimônio e da infraestrutura, gestão da tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade.

A quinta seção equivale ao relacionamento com a sociedade, que contemplam os canais de acesso do cidadão, a existência ou ausência de documentos e mecanismos de acesso à informação, bem como a avaliação de desempenho da UPC e as medidas de acessibilidade, conforme disposições legais.

A sexta seção equivale ao desempenho financeiro e informações contábeis, com informações sobre o desempenho, tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

custos e apresentação das demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas.

A sétima seção equivale à conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle interno, com o tratamento das recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI), medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário, demonstração das conformidades, conforme artigo 5º da Lei de Licitações, informações sobre as ações de publicidade e propaganda e demonstração da conformidade conforme artigo 3º do Decreto nº. 5.626/2005.

O relatório de gestão desta UPC não contemplará os dados e informações relacionados aos seguintes itens e subitens, conforme descrição no Quadro 1.

Esclarecemos que a numeração do item discriminado no Quadro 1 está em conformidade com a descrição de conteúdo na plataforma do e-Contas.

Quadro 1– DADOS E INFORMAÇÕES NÃO CONTEMPLADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

SEÇÃO: PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
2	-	Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
SEÇÃO: ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
4	-	Informações sobre imóveis locados de terceiros.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
SEÇÃO: CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
7	-	Informações sobre revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

A presente seção destaca os elementos identificadores da Unidade Prestadora de Contas (UPC), a finalidade e as competências institucionais, as normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento, ambiente de atuação, organograma funcional e os macroprocessos finalísticos.

1.1 Identificação da unidade

Os elementos identificadores da UPC estão representados no Quadro 2.

Quadro 2 – IDENTIFICAÇÃO DA UPC

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 103847
Identificação da UPC		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí		
Denominação Abreviada: IFPI		
Código SIORG: 103847	Código LOA: 26431	Código SIAFI: 158146
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 10.806.496/0001-49
Principal Atividade: Educação Profissional e Tecnológica		Código CNAE: 85.42.2.00
Telefones/Fax de contato:	(086) 3131-1412	(86) 3131-1451
Endereço Eletrônico: reitoria@ifpi.edu.br		Página na Internet: http://www.ifpi.edu.br/
Endereço Postal: Av. Presidente Jânio Quadros nº 330, Bairro Santa Isabel, Centro. CEP: 64053-390, Teresina (PI)		
Unidades Gestoras Relacionadas à UPC		
Código SIAFI	Nome	CNPJ
158146	Reitoria	10.806.496/0001-49
158353	Campus Teresina-Central	10.806.496/0003-00
158354	Campus Teresina Zona Sul	10.806.496/0002-20
158355	Campus Floriano	10.806.496/0004-91
158356	Campus Picos	10.806.496/0005-72
158357	Campus Parnaíba	10.806.496/0006-53
158358	Campus Angical	10.806.496/0009-04
158359	Campus Paulistana	10.806.496/0008-15
158360	Campus Piripiri	10.806.496/0011-10
158361	Campus São Raimundo Nonato	10.806.496/0012-00
158362	Campus Corrente	10.806.496/0010-30
158363	Campus Uruçuí	10.806.496/0007-34
154701	Campus Oeiras	10.806.496/0014-63
154704	Campus São João do Piauí	10.806.496/0013-82
154705	Campus Pedro II	10.806.496/0015-14
155199	Campus Valença do Piauí	10.806.496/0016-55
155207	Campus Campo Maior	10.806.496/0016-06
155214	Campus Cocal	10.806.496/0018-97

Fonte: Pró-Reitoria de Administração (PROAD), 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.2 Finalidade e competências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) desenvolve suas ações em conformidade com a política educacional do Ministério da Educação (MEC), ficando suas ações sob monitoramento e avaliação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que obedece ao Plano de Metas do Governo Federal e o estabelecido na Constituição Federal – Título VIII, Cap. III, Seção I, ao qual a instituição atende integralmente.

Em termos legais, a ação institucional está prevista na Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Cap. III, Artigos 39, 40, 41 e 42, que trata da Educação Profissional. Nessa perspectiva, a finalidade da instituição, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; realizar pesquisas aplicadas e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para educação continuada e desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Com base nisso, os objetivos institucionais foram definidos na Lei nº 11.892/2008, da seguinte forma:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Assim sendo, o IFPI é uma instituição de educação profissional pública, que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na qual ocupa posição de referência educacional local, regional e nacional.

Na prática, a implantação de novos campi do IFPI vai elevar o número de matrículas da educação profissional no Estado e democratizar o acesso a um ensino de qualidade. Qualidade de ensino destacada pelos bons resultados obtidos em exames de avaliação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e os vestibulares das mais diversas Universidades, nos quais os alunos do IFPI costumam a obter aprovações.

Atualmente, a Instituição oferece, nos rincões mais longínquos do Estado, em diversas áreas do conhecimento, cursos técnicos integrados ao ensino médio e na modalidade de educação de jovens e adultos, cursos técnicos concomitantes, para aqueles que estão cursando o ensino médio e desejam cursar o ensino profissionalizante, e cursos técnicos subsequentes, para aquelas pessoas que já concluíram ensino médio. Na educação superior, oferece cursos de graduação tecnológica, bacharelado e cursos formação de professores (licenciatura), além de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial e à distância, e *stricto sensu* (Mestrado), na modalidade presencial.

O IFPI vem se destacando ainda pela atuação na pesquisa, ressaltando a implantação de diversos núcleos de pesquisa na Instituição, cujos índices de apresentações e publicações científicas cresceram significativamente e tendem a crescer ainda mais nos próximos anos. E instituiu programas de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica com a criação do Programa Proagrupar e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), bem como oferta programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC e PIBIC Jr) para os estudantes.

Um dos projetos que envolvem a oferta de cursos e programas para os contingentes populacionais desfavorecidos e que tem provocado fortes impactos na vida institucional, tendo sido o atendimento de jovens e adultos em cursos técnicos integrados ao médio por meio do PROEJA e PROEJA-FIC. Além disso, tem aumentado, gradativamente, e de forma significativa a quantidade de programas de assistência estudantil, de modo a garantir não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos aos alunos carentes, o que requer crescentes investimentos para manutenção de tais programas.

Destaca-se, ainda, a adesão do IFPI em 2010 a Rede CERTIFIC que se constitui como uma Política Pública de Educação Profissional, Científica e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial Continuada (CERTIFIC).

Também, destaca-se a adesão do IFPI ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O Pronatec objetiva: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

a oferta de educação profissional e tecnológica; e melhorar a qualidade do ensino médio. Em 2016 foram finalizadas turmas iniciadas em 2015 nas seguintes cidades: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Uruçuí, Valença. Na pactuação para as turmas de 2016 foram oferecidas turmas apenas nas cidades Teresina e Parnaíba.

Ainda, sobre a implantação de programas de atendimento aos carentes destaca-se o Programa Mulheres Mil direcionado ao atendimento exclusivo de mulheres em situação de vulnerabilidade social. O programa atualmente funciona no Campus Teresina Central.

Recursos foram obtidos para manter, ampliar e melhorar a infraestrutura física, laboratórios, equipamentos e salas de aula. Em 2016 receberam obras de reformas e/ou ampliação os Campi Teresina Central, Teresina Zona Sul, Angical, Parnaíba, Uruçuí, Pio IX, Picos, Corrente, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Valença e Cocal.

A Instituição está primando por ter um corpo técnico e docente altamente qualificado, e para isso, está buscando elevar ainda mais a titulação do quadro de pessoal, tendo sido oferecidos programas de pós-graduação em parcerias, através de convênios, com outras instituições. No tocante a recursos humanos, convém ressaltar, também foram empossados, em 2016, 52 Técnico-Administrativos em Educação e 119 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

1.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) surge como uma autarquia de base educacional humanística, técnica e científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O IFPI tem sede em Teresina, capital do Estado do Piauí, e foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em dezembro de 2009, estava com 5 (cinco) Campi em funcionamento: dois em Teresina, um em Floriano, um em Picos e um em Parnaíba.

A portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabelece que o processo de expansão dos Institutos Federais poderá ocorrer mediante a constituição e estruturação das seguintes unidades administrativas, desde que sejam observados os objetivos, as finalidades, as características e a estrutura organizacional do IFPI:

a) Campus, voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial;

b) Campus Avançado, vinculado administrativamente a um campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada;

c) Polo de Inovação, destinado ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica;

d) Polo de Educação a Distância, destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, que poderá ser criado por meio de parceria com órgãos da administração pública, com o objetivo de expandir o atendimento às demandas por formação profissional em todo o território de abrangência do Instituto Federal;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

e) Centros de Referência, vinculados às suas respectivas Reitorias, para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica.

Em 2016, o IFPI possui uma Reitoria, 17 campi e 02 campi avançados, distribuídos em 18 municípios do Estado do Piauí. A Reitoria, 02 campi e 01 Campus avançado localizam-se na capital Teresina. Nas cidades de Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piri-piri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Valença do Piauí estão localizados 15 campi. Os outros dois Campi Avançados estão localizados nas cidades de Pio IX e José de Freitas.

Figura 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS CAMPI EM 2016



Fonte: <http://libra.ifpi.edu.br/campi>

Além da Lei de criação, as atividades desenvolvidas pelo IFPI são regulamentadas por: Resolução nº 1, de 31/08/2009, do Conselho Superior (CONSUP), que aprova o Estatuto do IFPI, publicada no DOU nº 168, de 02/09/2009; Resolução nº 20, de 06/12/2011, do Conselho Superior (CONSUP), que aprova o Regimento Interno do IFPI, publicada no Boletim de Serviço Edição Extra nº 05, de 06/12/2011; Resolução nº 58, de 23/10/2014, do Conselho Superior (CONSUP), que estabelece a Estrutura Organizacional do IFPI, publicada no Boletim de Serviço, em 27/11/2014; Manuais e publicações relacionadas às atividades da UPC. O IFPI dispõe ainda do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que contém as metas institucionais para o período de 2015-2019, Esta documentação está disponível no site do IFPI, www.ifpi.edu.br, na aba "acesso à informação", "institucional". Disponível em: <http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.4 Ambiente de atuação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) é uma instituição de ensino, que integra a rede federal de educação, voltado para a formação de profissionais qualificados, para atender as demandas locais, de acordo com a especificidade de região onde ele atua. Com 107 anos de história e atuação no estado do Piauí, esta instituição tornou-se Instituto Federal, com status de universidade, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IFPI, como instituição de educação básica, profissional e superior, com ação pluricurricular e multicampi, atua no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, nos níveis básicos, por meio dos cursos de nível médio integrado e técnico subsequente, no nível superior, através dos cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado, e, no nível de pós-graduação, com cursos de especialização e mestrado.

Atua ainda na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em diversas áreas do conhecimento. Através da formação e qualificação de profissionais da pesquisa e da extensão, busca contribuir para o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos da sociedade local e regional. Promove a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento social e econômico do Piauí e da região Nordeste do Brasil.

No que se refere à oferta de cursos de pós-graduação, o IFPI oferece cursos em nível de especialização *lato sensu*, e cursos *stricto sensu*, em nível de mestrado. O IFPI fomenta através de bolsas pesquisa a iniciação científica em três modalidades, conhecido como PIBIC, para alunos de graduação, PIBICjr, para alunos de nível médio/técnico e o PIBIC voluntário, em que os alunos participantes não recebem bolsas de pesquisa.

Para o IFPI a Extensão, enquanto política institucional, é uma atividade capaz de direcionar um novo rumo à educação brasileira e, especificamente, à do Piauí ao contribuir na formação do profissional cidadão, em um espaço significativo de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes. Tem, como mecanismo articulador, a troca dialógica entre teoria e prática que proporciona a vivência e a formação de habilidades e competências necessárias à formação de um profissional de sucesso.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) do IFPI, unidade organizacional responsável por planejar, organizar, monitorar e avaliar as políticas de extensão tem suas ações norteadas, em coerência com as leis supracitadas, pelas linhas traçadas no Plano Nacional de Extensão, e por sua Política de Extensão propostas neste documento, que tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento do IFPI e seus campi. Neste sentido, a Extensão, no IFPI, é entendida como prática que integra as atividades de ensino e de pesquisa, em resposta às demandas da população da região de seu entorno. Para tanto, são desenvolvidos dois eixos de atuação: o primeiro, centrado no planejamento, organização e realização de todo o conjunto das atividades; e o segundo, voltado inteiramente à operacionalização destas atividades, de forma a ampliar tanto o universo de atendimento, quanto o conhecimento por parte da comunidade.

No IFPI, as políticas para o ensino buscam oferecer aos alunos referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Em 2016, o IFPI está distribuído em 18 municípios do Estado do Piauí. A Reitoria e dois campi em Teresina, e os demais assim distribuídos: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Valença do Piauí, e mais três Campi Avançados, em Teresina, José de Freitas e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Pio IX. Nesse cenário, o IFPI procura formar profissionais de acordo com as demandas de cada região, de acordo com suas especificidades produtivas, ornando-se uma instituição de grande relevância para o desenvolvimento do estado do Piauí.

O estado do Piauí demonstra um forte interesse pela educação, haja vista que existe um grande número de organizações nesse setor, ofertando cursos em todos os níveis e modalidades de ensino. Dessa maneira, o mercado de atuação do IFPI é composto por uma grande quantidade de instituições privadas que oferecem produtos e serviços similares aos do IFPI, a citar Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (CESVALE); Centro Universitário da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (UNINOVAFAPI) e Faculdade Santo Agostinho (FSA), além da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no âmbito público.

No que se refere à oferta de curso de pós-graduação, ainda existe uma grande carência de cursos *stricto sensu*. Em nível de mestrado, apenas quatro instituições ofertam cursos desta natureza, IFPI, UESPI, UFPI, UNINOVAFAPI. Em nível de doutorado, somente a UFPI oferece cursos desta natureza no Estado do Piauí.

Com o intuito de qualificar seus servidores, o IFPI tem desenvolvido parcerias com instituições de outros Estados da Federação para oferta de cursos de mestrado e doutorado.

Nessa perspectiva, o IFPI, vem desenvolvendo ações nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, contribuindo para o desenvolvimento das regiões do estado, capacitando profissionais capazes de satisfazer as demandas existentes no mercado local e regional.

Na área do ensino, em sua atuação consolidada no campo da formação profissional, atualmente o IFPI oferece cursos nas modalidades presencial e a distância, enquadrados nos seguintes eixos tecnológicos: ambiente e saúde; segurança; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social, infraestrutura; gestão e negócios; turismo, hospitalidade e lazer; informação e comunicação; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial e recursos naturais.

Esta oferta considera o atendimento às demandas educacionais, socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região, numa tentativa de comungar os interesses dos diversos setores representativos da sociedade. Assim, a PROEN busca conciliar a demanda identificada com a vocação e a capacidade do IFPI, em termos de reais condições de viabilizar a referida proposta em relação à infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos necessários.

Dessa forma, o papel do IFPI não é o de apenas receber demandas da sociedade, mas prioritariamente, prestar um atendimento educativo-escolar à comunidade discente nas diferentes etapas da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como na Graduação Tecnológica e Licenciaturas e na Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, nas formas presenciais e a distância, como forma de viabilizar uma educação enquanto prática social que efetive a missão de formar o profissional-cidadão com condições de atuar no mundo do trabalho, na perspectiva de edificação de uma sociedade mais igualitária.

No campo da Pesquisa, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI), vem desenvolvendo ações no sentido de fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado do Piauí no que se refere à pesquisa, pós-graduação e inovação.

O mercado de atuação do IFPI referente às ações desenvolvidas pela PROPI é ainda muito novo. No Piauí, as organizações responsáveis por ensino, pesquisa e extensão ainda tem um enfoque muito direcionado às ações de ensino. As ações de pesquisa e inovação são recentes. A maioria do empresariado local ainda não acredita que a pesquisa e inovação possam agregar valor e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

diferenciar do ponto de vista competitivo. Este cenário vem mudando com a competitividade crescente no mercado piauiense, forçando as empresas a mudarem a visão estratégica. A maioria das pesquisas desenvolvidas ainda tem um enfoque meramente acadêmico, o que ainda não chega a se caracterizar como inovação.

As ações de inovação vêm se ampliando a cada ano. As pesquisas desenvolvidas são mapeadas para verificar aquelas que têm potencial inovador. Reflexo disso foi o depósito da primeira patente.

Anualmente o IFPI realiza Fórum, Simpósios, Encontros, que tem a finalidade de apresentar à comunidade interna e externa, as produções desenvolvidas no IFPI.

No tocante à Extensão, a Pró-Reitoria de Extensão vem oportunizando a comunidade acadêmica externa e interna, uma melhor qualificação profissional. Entre os serviços ofertados a alunos e servidores dispomos de cursos de capacitação e aperfeiçoamento na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada), nas áreas de Informática, Línguas Estrangeiras, Inclusão (Libras e Braille), em Educação do Campo, Quilombola e nas Relações Étnico- Raciais, entre outros.

No que se refere à oferta de estágios, o IFPI através da contratação de serviços de um agente de integração, oportuniza vagas, para discentes dos cursos técnico e superior internos e provenientes de outras instituições de ensino no Estado, nas mais diversas áreas, para atendimento aos setores administrativos na reitoria e nos *Campi* em funcionamento. Além destes serviços, a PROEX oferece aos servidores e discentes, através do Programa Institucional de Apoio à Extensão (ProAEx), a submissão de propostas de cursos e projetos em comunidades alvo, possibilitando a *práxis* acadêmica e a prestação de serviços para comunidades em situação de risco.

Em 2016 deu-se continuidade com a política institucional o atendimento a alunos em situação de vulnerabilidade social, através da Política de Assistência Estudantil (POLAE), cujo maior benefício é a permanência do aluno na escola. Atualmente, o cenário político, econômico e social, em todos os níveis, tem exigido das organizações uma agilidade cada vez maior para identificar as ameaças existentes ao desenvolvimento de suas atividades, bem como traçar estratégias eficazes para saná-las. Nesse sentido, por se tratar de uma instituição que está voltada para a oferta do ensino, em diferentes níveis e modalidades, o IFPI tem como principal ameaça a evasão escolar, cujas consequências trazem fortes prejuízos para todos os envolvidos no processo, seja para o estudante, para a escolar e para a própria sociedade.

A esse respeito, o IFPI através de suas Pró-Reitorias tem desenvolvido uma série de ações com vistas a minimizar tais consequências negativas da evasão escolar. A política de combate à evasão e retenção contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) representam de forma concreta a continuidade e criação de programas e estratégias com esse fim.

O Instituto Federal do Piauí, para estimular a permanência, o êxito acadêmico e a consequente conclusão do curso em tempo hábil, desenvolve as seguintes atividades permanentes, articulando-as ao ensino, à pesquisa e à extensão por meios dos programas e projetos veiculados pela Política de Assistência Estudantil:

- a) Realização de ações de acompanhamento dos alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI;
- b) Identificação e minimização das lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento e oferecendo condições para aprendizagens significativas;
- c) Identificação e minimização dos problemas de ordem psicológica ou psicopedagógica que interfiram na aprendizagem;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- d) Investimento nas potencialidades e disponibilidades evidenciadas pelos alunos, por meio do estímulo à canalização desse diferencial em monitorias de ensino;
- e) Estímulo à participação em projetos de iniciação científica, promovendo a possibilidade do fornecimento de bolsas e incentivos para tal;
- f) Viabilização de oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica.

Os estudantes do IFPI recebem atendimento psicológico, atendimento médico – odontológico e serviços de assistência social. O acompanhamento pedagógico é desenvolvido pelas equipes pedagógicas do IFPI.

No intuito de enfrentar a problemática do baixo desempenho de alunos ingressantes nos cursos integrados de nível médio, o IFPI deu continuidade ao Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI), cujo objetivo principal é acolher o aluno ingressante nas suas especificidades e principalmente nas suas dificuldades de aprendizagem, precisamente nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Física e Química, como forma de promover o êxito e sua permanência. Tal Programa, que se desenvolve por meio de monitorias, insere-se na Política de Assistência Estudantil (POLAE), que condensa as Políticas de Atendimento aos Discentes. Para efetivar o acompanhamento pedagógico dos alunos, o IFPI desenvolverá um Programa de Acompanhamento do Estudante por equipe multiprofissional.

Em relação ao ensino superior, o processo de reformulação/criação dos projetos dos cursos, bem como a inclusão de estratégias que englobam o nivelamento também estão sendo direcionadas para atacar essa ameaça. Nesse sentido, O IFPI realiza uma série de ações para promoção da permanência com êxito, estabelecidas a partir da participação em programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação.

Uma das estratégias comuns a todos os cursos de graduação está relacionada à iniciação à pesquisa por meio da participação no PIBIC. Nesse programa, os alunos recebem uma bolsa para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica com duração de um ano.

Outra ação que fomenta a permanência dos discentes comuns a todos os cursos de graduação são os eventos realizados em cada curso. Tais eventos discutem e promovem tanto a produção e divulgação científica da área quanto a discussão sobre a inserção profissional e outras questões de interesse dos alunos.

Ainda no campo das ações comuns aos cursos de graduação para a promoção da permanência está a realização de visitas técnicas. Essas visitas promovem a associação teoria-prática com o conhecimento de diferentes contextos locais, regionais e nacionais, despertando assim, a motivação e o interesse do aluno.

Há ainda outras estratégias que promovem de maneira significativa a permanência dos alunos. Trata-se da participação no PIBID, cujo objetivo é promover a iniciação à docência e o estímulo à formação de futuros professores, o que concorre com os objetivos de permanência dos discentes. Outra estratégia importante é a inclusão no currículo das licenciaturas de componentes curriculares com o objetivo de realizar o nivelamento de conhecimento para os alunos que ingressam na instituição. Essa estratégia assume importância, principalmente com a democratização do ensino superior e a elevação do número de alunos oriundos da rede pública básica de ensino, historicamente, marcada pela baixa qualidade da educação.

Atender às emergências dos contextos locais na oferta de cursos é uma oportunidade de consolidar a nossa atuação, propiciando um interesse maior da comunidade em nossos serviços, contribuindo assim, para a permanência com êxito de nossos alunos, uma vez que estes reconhecem a importância e o retorno da sua área de formação no mercado de trabalho.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Aliado as ações supracitadas, o IFPI está buscando desenvolver procedimentos capazes de corrigir algumas distorções que refletem diretamente na oferta do ensino, funcionando como um fomentador da evasão. A seguir estão expostos alguns desses entraves:

- a) Burocracia enfrentada para aquisição de materiais consumo, de equipamentos e contratação de mão-de-obra qualificada para manutenção preventiva e corretiva principalmente os importados utilizados nos laboratórios. Este problema é agravado pela insuficiência de pessoal na Procuradoria Federal do IFPI, haja vista que os processos de compra devem ter o parecer do referido setor;
- b) Descontinuidade na demanda de determinados cursos, em regiões e áreas específicas de formação profissional. Este aspecto exige do IFPI uma mobilidade de infraestrutura e de pessoal difícil de ser atendida pelas políticas do governo;
- c) Nos cursos de Pós-Graduações *Stricto Sensu* faltam espaços específicos para os alunos das desenvolverem as suas atividades práticas, conforme previsto nos projetos aprovados;
- d) Limitação de bolsas de estudo para alunos de Pós-Graduação. A instituição reconhece ainda, algumas limitações que dificultam a integralização dos cursos de pós-graduação, decorrentes de uma realidade nacional, mas, dentro de um diagnóstico e planejamento, buscará implementar ações que minimizem a evasão escolar desta categoria.

Além da evasão escolar, motivada por fatores internos e externos, existe ainda a concorrência de instituições públicas e privadas que ofertam os mesmos serviços prestados pelo IFPI. Nessa perspectiva, torna-se necessário o desenvolvimento de diferenciais competitivos que tornem o IFPI mais atraente e que sejam capazes de manter os estudantes nesta instituição de ensino.

Em contrapartida as ameaças citadas anteriormente, o IFPI atua num mercado que oferece oportunidades latentes, e que merecem o desenvolvimento de ações direcionadas para atendê-las. Atualmente com 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, o estado do Piauí tem atraído novos investidores e criado novas frentes de atuação econômica, tais como Agrícola, Mineração, Química, Arranjos Produtivos Locais, etc. Assim, há possibilidades para oferta de diversos cursos, nos diferentes níveis de ensino.

Nesse sentido, as Pro-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa e Inovação têm realizado esforços para atualizar os cursos e ações já existentes, bem como oferecer novos cursos de acordo com as novas demandas das regiões do estado do Piauí. Como exemplo disso, o primeiro curso *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado em Engenharia de Materiais no Piauí só iniciou em 2012, no IFPI. Portanto, a comunidade ainda aguarda por mais cursos de Tecnologia nas mais diversas áreas da Engenharia.

Especificamente na área a Extensão, a PROEX vem desenvolvendo cursos de Formação Inicial e Continuada ofertada para membros da comunidade interna e externa; Qualificação de nossos alunos através da oferta de estágio não obrigatório nos diversos setores da administração interna; Parcerias firmadas para qualificação profissional dos discentes em diversas empresas e órgãos públicos, através da oferta de monitorias voluntárias. Programas e projetos de extensão, obedecendo suas áreas temáticas e as cadeias produtivas dos *campi*.

Outro aspecto do IFPI que merece destaque diz respeito ao relacionamento que este mantém com seus clientes, sejam internos ou externos. Internamente, o Instituto vem desenvolvendo ações que proporcionem aos seus servidores o constante aperfeiçoamento profissional, por meio de cursos que vão de treinamentos e capacitações a pós-graduação *Stricto Sensu*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

No que se refere ao seu relacionamento com o público externo, o IFPI, configurado como um instituição de ensino que atua em três eixos básicos, o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, os clientes do Instituto são, de forma genérica, a sociedade piauiense, e de forma mais específica as empresas, indústrias e o próprio setor público.

Relacionado ao ensino, os principais clientes dos produtos e serviços ofertados pelo IFPI são as pessoas que ingressam nesta instituição nos cursos regulares oferecidos em todos os níveis de ensino. Neste processo, o instituto promove a formação de profissionais capazes de atender as demandas da sociedade na qual está inserido, tanto no setor público como privado.

De forma complementar ao ensino, são desenvolvidas ações no campo da extensão, oportunizando aos estudantes aliar a teoria, vista em sala de aula, à prática através do estágio. Nessa perspectiva, as empresas e órgãos públicos relacionam-se com o IFPI recebendo os estudantes e proporcionando uma formação profissional de maior qualidade, de modo a maximizar os investimentos públicos na formação profissional dos cidadãos.

Relativo à pesquisa, as ações do Instituto estão voltadas para a realização de pesquisas aplicadas, sobretudo no Programa *Stricto Sensu*, através do Mestrado em Engenharia de Materiais. O esforço aplicado busca aliar a necessidade de proporcionar a pesquisa científica, característica peculiar dos cursos *Stricto Sensu*, à melhoria dos processos existentes nas empresas e indústrias instaladas no ambiente de atuação do IFPI.

Esta busca pela prestação de serviços de qualidade, capazes de suprir as demandas da sociedade, tem se tornado cada vez mais complexa devido aos riscos impostos pelo ambiente, seja do nível local ao internacional. Este ambiente globalizado exige das organizações que o compõem a capacidade de adaptação às constantes mudanças impostas por fatores como tecnologia, mudança de legislação, crises financeiras, parcerias internacionais, fatores ambientais, etc. É neste ambiente que o IFPI desenvolve suas atividades. Nesse sentido, os riscos inerentes à atuação do Instituto não estão exclusivamente relacionados à conjuntura do Piauí, mas estes riscos podem ser originados e sofrerem influência de diversos outros ambientes.

Neste contexto, a evolução das tecnologias merece destaque e apresenta-se como um forte risco ao desenvolvimento das atividades do IFPI, bem como à manutenção da qualidade dos serviços prestados por esta instituição. Este risco não se apresenta de forma direta, mas indireta através da morosidade no processo de aquisição de equipamentos, que acaba ocasionando uma defasagem tecnológica dos laboratórios, refletindo, assim, na formação profissional dos estudantes.

O IFPI, por meio da PROEN, busca a participação em programas com CNPq e a CAPES, como o Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE).

Além disso, buscam-se outras formas de parceria, tais como uso de tecnologias desenvolvidas por empresas que têm interesse em compartilhar conhecimento. Outra ação é a busca pela verticalização da utilização dos laboratórios, ou seja, o IFPI procura estruturar laboratórios que sejam úteis para mais de um curso, potencializando a aplicação do recurso público e saneando a demanda de aquisição de novos equipamentos.

Constituem-se também como riscos de mercado para o IFPI: O surgimento de cursos similares aos do IFPI oferecidos por instituições privadas, fato que pode ocasionar a evasão escolar; Cortes orçamentários, a exemplo do que ocorreu neste ano de 2016, dificultando a execução de ações antes planejadas ou mesmo a continuidade de algumas já iniciadas; Saturação do mercado de trabalho para determinadas áreas profissionais, a médio e longo prazo.

Como forma de enfrentamento destes riscos, o Instituto busca aplicar de maneira consciente os recursos disponíveis, realizando estudos ou mesmo se baseando em dados já existentes para planejar suas ações, com vistas a evitar a descontinuidade na prestação de determinados serviços

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

essenciais. Frente ao ambiente dinâmico no qual o IFPI atua, que exige deste a agilidade para se adaptar e atingir a sua missão, que é oferecer uma educação de excelência voltada para as demandas sociais, destacam-se algumas mudanças ocorridas nos últimos exercícios e que refletiram nas ações do Instituto, conforme segue:

Na área de atuação da PROPI, houve um aumento da transparência na avaliação dos projetos de pesquisa submetidos à Pró-Reitoria, com a participação de avaliadores externos, fato este que amplia a credibilidade desta ação. No que se refere à PROEN, as principais mudanças foram: a participação nas decisões estratégicas do IFPI, através dos órgãos colegiados, o aumento da transparência dos atos da gestão; A implementação do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante - PRAEI e aumento do número de monitorias para os alunos veteranos, no combate à evasão e à retenção escolar/acadêmica medidas tenham tomadas, como por exemplo; A implementação da Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso aos candidatos oriundos das escolas públicas; A garantia de 5% das vagas para o ingresso de pessoas com deficiência, o que vale ressaltar é uma política de inclusão que atesta a preocupação, a defesa e a oferta de educação pública de qualidade a todos, indistintamente; A adoção de medidas relacionadas ao acolhimento dos novos docentes, com vistas à criação de uma identidade institucional; A verticalização da oferta de cursos nos campi, de acordo com os eixos tecnológicos já existentes.

A Pró-Reitoria de Extensão nos últimos anos sofreu numerosas e relevantes mudanças em seu cenário, por meio do Programa Institucional de Apoio a Extensão do IFPI (ProAEx). O Programa conta com 17 subprogramas que trabalham desde a Inovação Tecnológica, Estágios, Arte e Música, Eventos Institucionais, Esportes, Línguas Estrangeiras, Cursos de Curta Duração, Economia Solidária e Criativa, Inclusão e Diversidade, entre outras ações.

A cada Edital publicado, a comunidade acadêmica, incluindo docentes, discentes e técnico-administrativos têm a oportunidade de participar submetendo propostas de projetos para execução nos seus *campi* de origem. Além do ProAEx, foi instituído a Política de Estágios e de Egressos, que favoreceu aos discentes do IFPI e profissionais formados a oportunidade de interagir com empresas do Estado, bem como retornar ao Instituto para contribuir com a formação de novos profissionais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.5 Organograma

A administração do IFPI é composta pela Reitoria e pela Direção-Geral dos Campi, com a colaboração dos órgãos superiores, colegiados, consultivos e demais unidades organizacionais executivas componentes da estrutura organizacional.

A Reitoria é a unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do IFPI.

A Diretoria-Geral é a unidade organizacional executiva responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Campus.

O IFPI tem 05 (cinco) Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPI) e 02 (duas) diretorias sistêmicas subordinadas à Reitoria, responsáveis por atuar de forma sistêmica e integrada no âmbito do IFPI, em assuntos relacionados à Gestão de Pessoas, Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) e à Tecnologia da Informação, Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

A estrutura organizacional possui as unidades organizacionais em sua composição, conforme resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 058 de 23 de outubro de 2014, publicadas no Boletim de Serviço, do mês de novembro de 2014, descrita no quadro resumo a seguir.

Quadro 3– ESTRUTURA ORGANIZACIONAL VIGENTE NO EXERCÍCIO

1. Órgãos Superiores Colegiados:

1.1. O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão superior colegiado máximo do IFPI, de caráter consultivo e deliberativo, instituído nos termos do artigo 10, § 3º da Lei nº. 11.892, de 29/12/2008 e artigos 8º e 9º do Estatuto, da Resolução Nº 001, de 31/8/2009.

1.1.1 Auditoria Interna Geral (AUDIN) é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

1.2. O Colégio de Dirigentes (COLDIR) é o órgão superior consultivo e de apoio ao processo decisório da Reitoria, em matérias e assuntos com abrangência para o IFPI.

2. Órgãos Consultivos:

2.1. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) é o órgão colegiado normativo, consultivo e deliberativo em matérias relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e inovação, pós-graduação e extensão do IFPI.

2.2. O Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES) é o órgão colegiado consultivo, normativo e educativo, responsável por fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, envolvendo seres humanos e animais de laboratório do IFPI.

2.3. O Conselho Editorial (CE) é o órgão consultivo, normativo e executivo, responsável pela formulação e pela implementação do programa editorial do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

2.4 Conselho Técnico Empresarial: em fase de estruturação e implementação.

2.5 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação é um fórum de natureza consultiva e deliberativa, que estabelece políticas e diretrizes sobre os princípios de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

2.6 Comitê de Segurança da Informação e Comunicação define as diretrizes para a Segurança da Informação, visando preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações no âmbito do IFPI.

2.7 Comitê Gestor Institucional: Em fase de estruturação e implementação.

2.8 Conselho Discente: Em fase de estruturação e implementação.

3. Órgãos executivos:

3.1. A Reitoria é a unidade organizacional executiva da administração central, que planeja, administra, representa, superintende, monitora e avalia as estratégias, as políticas e as atividades do IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- 3.1.1. O Gabinete da Reitoria é a unidade organizacional responsável por assessorar, organizar, assistir, coordenar e articular a ação administrativa da Reitoria.
- 3.1.2. A Procuradoria Federal (PROFE) é responsável por prestar assessoramento jurídico ao Reitor e aos órgãos da administração superior do IFPI, bem como auxiliar os órgãos de representação judicial na defesa dos interesses do IFPI perante o Judiciário.
- 3.1.3. A Controladoria Interna é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.
- 3.1.4. Diretoria de Comunicação Social é a unidade organizacional de assessoramento subordinada à Reitoria, responsável pelas políticas de comunicação no que se refere à divulgação interna e externa das atividades institucionais do IFPI.
- 3.1.5. Diretoria de Relações Internacionais é a unidade organizacional de assessoramento subordinada à Reitoria, responsável por desenvolver e estimular relações internacionais do IFPI, através de projetos, convênios, parcerias e intercâmbios internacionais.
- 3.1.6. O Cerimonial e Eventos (CEV) é a unidade organizacional responsável por planejar, organizar, executar e coordenar eventos da Reitoria, zelando pelas normas do Cerimonial Público nas solenidades do IFPI.
- 3.1.7. A Comissão de Ética Pública (CEP) possui o papel consultivo e educativo pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22/6/1994 e dos princípios constitucionais, através da transparência das condutas na Administração Pública no IFPI.
- 3.1.8. A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo do IFPI.
- 3.1.9. A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente do IFPI.
- 3.1.10. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação, execução e acompanhamento da política de avaliação do ensino superior do IFPI.
- 3.1.11. Comissão de Avaliação de Estágio Probatório é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação, execução e acompanhamento da política de avaliação do estágio probatório de servidores do IFPI, conforme disposição legal vigente.
- 3.1.12. Bolsa Formação.
- 3.1.13. Campus Avançado do Dirceu.
- 3.1.14. Campus Avançado de Pio IX.
- 3.2 PRO-REITORIAS.
- 3.2.1 A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de administração e planejamento orçamentário para o IFPI.
- 3.2.2 A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) promove as políticas e diretrizes de desenvolvimento institucional e suas aplicações nos campi, monitora a implementação dos planos de gestão, contando, para isso, com a assessoria da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, e atua na articulação do Planejamento Estratégico no IFPI e sua aplicação nos campi, definindo prioridades de atuação e desenvolvimento.
- 3.2.3 A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino para o IFPI.
- 3.2.4 A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de extensão para o IFPI.
- 3.2.5 A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para o IFPI.
- 3.3 DIRETORIAS SISTÊMICAS.
- 3.3.1 A Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) é a unidade organizacional sistêmica responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas do IFPI.
- 3.3.2 A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é a unidade organizacional sistêmica responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com a macrogestão de Tecnologia da Informação (TI) e comunicação para o IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4. A Diretoria-Geral dos Campi é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.4.1 A Diretoria-Geral dos Campi Avançados unidade organizacional executiva responsável pelo desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

Fonte: PRODIN, 2016.

As informações referentes às competências das áreas ou subunidades estratégicas que integram a estrutura da unidade jurisdicionada estão descritas conforme Quadro 4.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 4 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	planeja, administra, representa, superintende, monitora e avalia as estratégias, as políticas e as atividades do IFPI.	Paulo Henrique Gomes de Lima.	Reitor	2016
Pro-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	promove as políticas e diretrizes de desenvolvimento institucional e suas aplicações nos campi, monitora a implementação dos planos de gestão e atua na articulação do Planejamento Estratégico no IFPI e sua aplicação nos campi, definindo prioridades de atuação e desenvolvimento.	Antonio de Pádua Alves Pinto.	Pro-Reitor de Desenvolvimento Institucional	2016
Pro-Reitoria de Ensino	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino para o IFPI.	Laura Maria Andrade de Sousa	Pro-Reitora de Ensino	2016
Pro-Reitoria de Extensão	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de extensão para o IFPI.	Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes.	Pro-Reitora de Extensão	2016
Pro-Reitoria Pesquisa e Inovação	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para o IFPI.	Ayrton de Sá Brandim.	Pro-Reitor de Pesquisa e Inovação	2016
Diretoria de Gestão de Pessoas	responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas do IFPI.	Luciana Soares da Rocha	Diretora de Gestão de Pessoas	2016
Diretoria de Tecnologia da Informação	responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com a macrogestão de Tecnologia da Informação (TI) e comunicação para o IFPI.	Eduilson Lívio Neves da Costa Carneiro	Diretor de Tecnologia da Informação	2016
Diretoria Geral do Campus Angical	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Polyana Dias Miranda	Diretora Geral	2016
Diretoria Geral do	responsável por planejar, administrar, organizar,	Washington Moura Barbosa	Diretor Geral Pro-Tempore	2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Campus Campo Maior	monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.			
Diretoria Geral do Campus Cocal	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Maria dos Remédios de Brito Silva	Diretora Geral Pro-Tempore	2016
Diretoria Geral do Campus Corrente	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Laécio Barros Dias	Diretor Geral	2016
Diretoria Geral do Campus Floriano	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Odimógenes Soares Lopes	Diretor Geral	2016
Diretoria Geral do Campus Oeiras	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Sebastião Pereira do Nascimento	Diretor Geral Pro-Tempore	2016
Diretoria Geral do Campus Parnaíba	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Alexandre Borges Cristóvão	Diretor Geral	2016
Diretoria Geral do Campus Paulistana	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisco Washington Soares Gonçalves	Diretor Geral	2016
Diretoria Geral do Campus Pedro II	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Raimundo Nonato Alves da Silva	Diretor Geral Pro-Tempore	2016
Diretoria Geral do Campus Picos	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Haroldo Reis de Macedo	Diretor Geral	Jan-Mar/2016
		Elisberto Francisco Luz		Mar-dez/2016
Diretoria Geral do Campus Piri-piri	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Clayton Costa Ribeiro	Diretor Geral	2016
Diretoria Geral do Campus São João do Piauí	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	José Walter Silva e Filho	Diretor Geral Pro-Tempore	2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Diretoria Geral do Campus São Raimundo Nonato	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisco Nogueira Lima	Diretor Geral	2016
Diretoria Geral do Campus Teresina Central	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Ezequias Matos Esteves	Diretor Geral	2016
Diretoria Geral do Campus Teresina Zona Sul	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisca Assunção de Almeida Félix	Diretor Geral	2016
Diretoria Geral do Campus Uruçuí	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Miguel Antonio Rodrigues	Diretor Geral	2016
Diretoria Geral do Campus Valença	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Conceição de Maria Veras Lima Verde	Diretor Geral Pro-Tempore	Jan-Mar/2016
		Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho		Mar-dez/2016
Diretoria Geral do Campus Avançado Dirceu	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus avançado.	Aurélio Agostinho Adão	Diretor Geral Pro-Tempore	2016
Diretoria Geral do Campus Avançado Pio IX	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus avançado.	Paulo Renato de Souza	Diretor Geral Pro-Tempore	2016
Diretoria Geral do Campus Avançado José de Freitas	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus avançado.	Vitor Marques Costa	Diretor Geral Pro-Tempore	Mai-Dez/2016

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.6 Macroprocessos finalísticos

Toda a estratégia de atuação do Instituto Federal do Piauí (IFPI) fundamentou-se, no exercício de 2016, em torno do programa governamental de desenvolvimento da Educação Profissional, como fator de catalisação de toda a política institucional. No cumprimento da sua função social educativa, o IFPI garante, em todos os níveis de ensino, a oportunidade de todos concorrerem às vagas ofertadas, pois é aberto um processo seletivo de acordo com o nível de ensino.

Em relação à oferta educacional, o IFPI, como os demais Institutos Federais, apresenta uma característica ímpar dentre as instituições educacionais. Trata-se da flexibilidade curricular de organização de itinerários formativos com vistas à formação do educando a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico. E caso queira continuar seus estudos, participa do Enem para se candidatar a uma graduação tecnológica, podendo dar seguimento nas especializações.

O caminho percorrido pelo formando da educação básica até a educação superior dentro da Instituição, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, constitui um modelo de qualidade educacional já aprovado no país, pelos resultados de destaque obtidos pelos egressos dos IF's.

De forma complementar, o IFPI trata o ensino profissional como atividade indissociável da extensão e da pesquisa, objetivando contribuir para as mudanças planetárias na busca do desenvolvimento sustentável, local, regional e nacional, por meio da construção e reconstrução de conhecimentos científicos e tecnológicos.

No trabalho com os eixos temáticos dos conteúdos curriculares há o incentivo para trabalhos de pesquisa e a investigação científica, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem um acervo de grande importância para a comunidade. Articuladas com essas atividades surgem naturalmente às ações de extensão garantindo a participação de membros da sociedade, na oferta de atividades como: Estágio e Emprego, Visitas Técnicas, Eventos, Cursos de Formação Inicial e Continuada, Projetos Tecnológicos, Serviços Tecnológicos, Projetos Sociais, Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos, Acompanhamento de Egressos e Empreendedorismo, favorecendo a constituição de parcerias e acordos de intercâmbios com instituições, empresas e outros centros no compartilhamento de tecnologias.

Outro ponto a ser destacado deste Instituto Federal é a otimização da infraestrutura, quanto às instalações físicas de salas de aulas, laboratórios, equipamentos, salas multimídias e outros ambientes de apoio didático-pedagógico, bem como no que se refere aos recursos de pessoal técnico-administrativo e de docentes, uma vez que atendem simultaneamente de forma articulada os discentes dos cursos técnicos e superiores da educação profissional e tecnológica, bem como das especializações e mestrado. Essa condição tem oportunizado aos professores, mostrar uma visão ampla do que seja educação e de suas relações com o mundo do trabalho e com a sociedade em que vivemos, aliando teoria e prática.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 5– MACROPROCESSOS DA PROEN

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMAS VINCULADOS	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Oferta de Vagas/Cursos	Assegurar anualmente, por campus, a oferta regular de, no mínimo, 50% das vagas para os cursos de nível técnico e PROEJA, na modalidade presencial, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	Não se aplica	PROEN/DIRETORIA DE ENSINO DO CAMPUS/COMISSÃO DO EXAME CLASSIFICATÓRIO/DTI
		Elaboração do Edital do Exame Classificatório		
		Divulgação do Edital		
		Realização de prova		
		Matrícula e ocupação das vagas		
		Implantação de novos cursos para funcionamento em 2017.		
	Assegurar anualmente, por campus, a oferta regular de 20% das vagas para os cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	Não se aplica	PROEN/DES//PI/CONTROLE ACADÊMICO DO CAMPUS
		Elaboração do Edital do SISU		
		Divulgação do Edital		
		Matrícula e ocupação das vagas		
		Implantação de novos cursos de Licenciatura - Ciências Biológicas nos Campi Pedro II e Uruçuí; Química em Cocal e Paulistana; Matemática em Cocal.		
		Implantação de novos cursos para funcionamento em 2017: Licenciatura em Ciências Biológicas em São João; Licenciatura em Física em Oeiras e São Raimundo Nonato.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		Elaboração e divulgação das vagas/cursos junto as escolas públicas da educação básica	PARFOR	PROEN/COORDENAÇÃO GERAL, DE ÁREA E LOCAL E DE CURSO DO PARFOR; CONTROLE ACADÊMICO
		Formação das turmas mediante pré-inscrições na Plataforma Freire e validação pelas Secretarias de Educação		
		Convocação para matrícula, inserção no Sistema da Plataforma Freire e envio da turma à CAPES		
Oferta de Vagas/Cursos	Assegurar anualmente a oferta regular de vagas para os cursos superiores de tecnologia, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	Não se aplica	PROEN/DES//PI/CONTROLE ACADÊMICO DO CAMPUS
		Elaboração do Edital do SISU		
		Divulgação do Edital		
		Implantação de novos cursos para funcionamento em 2017: Superior de Tecnologia em Agroecologia em Cocal; Superior de Processos Gerenciais em Parnaíba e Design de Moda no Campus Teresina Zona Sul;		
		Matrícula e ocupação das vagas		
		Implantação de novos cursos de Tecnologia – Design de Moda em Piripiri	Não se aplica	PROEN/DES
	Assegurar anualmente a oferta regular de vagas para os cursos de bacharelado, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	Não se aplica	PROEN/DES//PI/CONTROLE ACADÊMICO DO CAMPUS
Elaboração do Edital do SISU				
Divulgação do Edital				
Implantação de novos cursos de Bacharelado – Administração em Piripiri e Ciências Agrônomicas em Uruçuí				

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		Implantação de novos cursos para funcionamento em 2017: Bacharelado em Administração – Campi Angical, Oeiras, Pedro II, São João do Piauí e Bacharelado em Zootecnia em Paulistana;	Não se aplica	PROEN/DES
		Matrícula e ocupação das vagas		
Assegurar a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor.		Elaboração de metodologia para definição da necessidade/demanda de professor por disciplina/curso	Não se aplica	PROEN/CAMPUS/DIGEP
		Levantamento da necessidade de professores por disciplina e encaminhamento para nomeação		PROEN/DES
		Abertura de edital de transferência externa para curso superior		
		Abertura de Edital de chamada pública para ocupação das vagas de nível técnico e FIC	PRAEI E MONITORIA	PROEN/PROEX/CAMPUS
		Oferta de nivelamento e monitoria para os ingressantes dos cursos integrados e monitoria aos veteranos		
Ofertar cursos nos mais diversos níveis e modalidades da educação profissional técnica e superior.		Levantamento das demandas locais e regionais e das potencialidades do Campus para definição das ofertas	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
		Elaboração e submissão dos projetos aos órgãos colegiados superiores e implementação dos cursos	Não se aplica	PROEN/DES
Realizar anualmente/semestralmente processo seletivo para ingresso de alunos para ocupar as novas vagas disponibilizadas e as		Abertura de edital de transferência externa para curso superior	Não se aplica	PROEN/DES
		Abertura de Edital de chamada pública para ocupação das vagas de nível técnico e FIC	Não se aplica	PROEN/DET

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	vagas ociosas.			
Organização e Gestão do Ensino	Verticalizar a oferta de curso em relação aos eixos tecnológicos existentes nos campi, otimizando a infraestrutura, o quadro de pessoal, os recursos de gestão e os recursos informacionais, atendendo às demandas sociais e educacionais para consolidar os eixos tecnológicos.	Realização de estudo quanti-qualitativo de demandas por curso superior dentro dos eixos existentes nos campi	Não se aplica	PROEN/CAMPUS
		Elaboração dos Projetos e divulgação dos cursos	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Prover o quadro docente com professores efetivo/substitutos dos campi, necessários ao desenvolvimento dos currículos dos cursos.	Provimento por meio de concurso público.	Não se aplica	PROEN/DIGEP
	Ampliar a oferta de vagas nos campi, segundo as condições materiais existentes por meio de pesquisas documental e de campo para definição dos cursos a ser ofertados por campus.	Levantamento das demandas socioeconômico-ambientais por meio de estudos/pesquisa no setor produtivo, consulta á comunidade e coleta de dados e indicadores oficiais.	Não se aplica	PROEN/CAMPUS
			Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Estruturar/implementar os ambientes de aprendizagem com os materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das aulas práticas/currículo.	Aquisição de materiais segundo os objetivos educacionais, perfil do egresso propostos no PPC para efetivação das aulas práticas.	Não se aplica	PROEN/CAMPUS/PROAD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Normatizar o uso dos laboratórios obedecendo às normas de segurança.	Formação de comissões; elaboração de normas específicas para uso dos laboratórios.	Não se aplica	PROEN/CAMPUS
	Ampliar anualmente o acervo bibliográfico informacional das bibliotecas dos campi de forma a favorecer o acesso à informação atualizada à comunidade em geral.	Encontro de Bibliotecários do IFPI	Não se aplica	PROEN/CAMPUS
		Elaboração de Regulamento de Política de Desenvolvimento de Coleções - PDC)	Não se aplica	
Organização e Gestão do Ensino	Incentivar e subsidiar a produção de material didático-pedagógico para os cursos técnicos.	Não realizada	Não se aplica	PROEN/Diretoria de Política Pedagógicas/DES/DET
	Alinhar as matrizes curriculares dos cursos de oferta comum no âmbito do IFPI.	---	Não se aplica	
	Alcançar a meta mínima de 90% de eficiência da Instituição, no ano de 2016, com meta intermediária de, no mínimo, 85% no ano de 2015, medida semestralmente.	Implementação da Política de Assistência Estudantil - PRAEI e Monitoria	Acompanhamento	Não se aplica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Alcançar o índice de 80% de eficácia da Instituição até o ano 2016, com meta intermediária de, no mínimo, 75% no ano de 2015, medida semestralmente, definindo-se aqui que o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.	Não se aplica	Não se aplica	PROEN/DES/DET
	Adotar formas de acesso aos cursos técnicos e superiores assentadas em ações afirmativas.	Implementação da Política de Cotas	Não se aplica	PROEN/DES/DET
	Ampliar o número de bolsas de monitoria.	---	Não se aplica	PROEN/DES/DET
	Oferecer monitoria no contraturno das aulas, no decorrer do curso, para alunos ingressantes e veteranos.	---	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
Organização e Gestão do Ensino	Implementar o currículo do curso técnico integrado em três anos, nos campi, de acordo com as condições estruturais e de pessoal.	---	Não se aplica	PROEN/DET

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Criar condições físicas, ambientais e materiais que facilitem aos alunos com deficiências, altas habilidades ou com mobilidade reduzida a desenvolver o currículo escolar.	Ainda em fase de elaboração de proposta e aquisição de materiais	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Implantar salas multifuncionais para prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência, visando ao atendimento educacional especializado.			
	Proporcionar aos docentes formação continuada em métodos específicos para atender às necessidades educacionais do aluno com deficiência.	Em fase de planejamento	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
Implantar ações de políticas de combate à evasão e de retenção.		Ambientação dos alunos ingressantes dos cursos de graduação.	Não se aplica	PROEN/DES/CAMPUS
		Fortalecimento das ações de acompanhamento e gestão dos cursos pelos colegiados e NDE.	Não se aplica	PROEN/DES/CAMPUS
		Em fase de implementação do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes		
	Ofertar, para os cursos técnicos concomitantes/subsequentes e superiores, disciplinas com maior índice de reprovações que causam impacto no índice de eficácia.	Em fase de planejamento	Não se aplica	PROEN/DES/DET

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Ofertar disciplinas para os alunos em progressão parcial para o ensino concomitante/subsequente.	Em fase de planejamento	Não se aplica	PROEN/DET
Acompanhamento e Avaliação do Ensino	Avaliar anualmente todos os cursos oferecidos nos campi do IFPI, adotando os indicadores propostos pelo MEC/INEP, tanto para os cursos superiores, como para os cursos de educação básica e técnica.	Acompanhamento das ações dos colegiados e NDE na supervisão e operacionalização do PPC e demais políticas do ensino superior.	Não se aplica	PROEN/DES/DET
	Reformular/elaborar os projetos pedagógicos dos cursos, obedecendo aos preceitos legais, vocação institucional e arranjos produtivos, culturais e socioeducacionais.	Planejamento e elaboração do projeto do I Fórum de Tecnologia e Bacharelado do IFPI	Não se aplica	PROEN/DES
	Realizar encontros periódicos para análise das avaliações internas e externas.	Visitas de supervisão aos campi;	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
		Reunião sistemáticas com os Diretores de Ensino	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
		Reunião com coordenadores de curso técnico integrado	Não se aplica	PROEN/DET
		Realização I Encontro das Equipes Pedagógicas do IFPI	Não se aplica	PROEN/ Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Elaboração e divulgação do Guia das Equipes Pedagógicas			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Estabelecer diálogo permanente com os movimentos sociais, populares, sindicais, entidades acadêmicas, agentes dos setores produtivos e organizações não governamentais.	Participação em reunião com o Sindicato dos docentes e técnico administrativos e Grêmio Estudantil do IFPI para discutir e socializar as questões do ensino	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Implantar o Fórum Permanente das Licenciaturas.	Em fase de planejamento	Não se aplica	PROEN/DES
	Fortalecer/constituir os colegiados e núcleos docentes estruturantes dos cursos superiores.	Palestra aos docentes ingressantes e coordenadores de curso sobre a importância e atribuições do NDE e Colegiado de Curso na	Não se aplica	PROEN/DES
ENSINO	Criar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos técnicos.	Em fase de planejamento	Não se aplica	PROEN/DET
	Adotar critérios de distribuição das disciplinas entre os docentes, compatibilizando a formação com o nível de atuação.	Em apreciação de minuta pelos órgãos colegiado - Colégio de Dirigentes	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Institucionalizar o Programa de Ambientação institucional aos servidores ingressantes.	Em tramitação	Não se aplica	PROEN/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Promover cursos de formação continuada para os servidores em exercício.	Em fase de elaboração	Não se aplica	PROEN/DIGEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Colaborar com a PROPI e com a DIGEP na implementação de uma política de formação stricto sensu, contemplando as mais diversas áreas de formação.	Em fase de diálogo com a UFPI para convênio de Mestrado em Educação - 13 vagas para mestrado e 9 para doutorado	Não se aplica	PROEN
	Incrementar o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).	Realização de seminários de contextualização do Programa;	Não se aplica	PROEN/PIBID
ENSINO	Divulgar o PIBID nas escolas de educação básica, incentivando a participação dos professores supervisores.	Visita aos campi e escolas da rede pública	Não se aplica	PROEN/PIBID
		Lançamento de Edital de seleção de coordenadores e supervisores	Não se aplica	
	Incrementar o sistema de gestão pedagógica e acadêmica.	---	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Otimizar o uso do Q-Acadêmico em todos os campi para o gerenciamento dos dados e informações pedagógicas e acadêmicas.	---	Não se aplica	PROEN/PI/Controles Acadêmicos
	Integrar o sistema acadêmico com o Pergamum.	---	Não se aplica	PROEN/PI/Controles Acadêmicos
	Revisar/atualizar as Normas dos Procedimentos Acadêmicos.	Instituição de comissão para revisão e reformulação das normas e procedimentos acadêmicos - em andamento	Não se aplica	PROEN/PI/Controles Acadêmicos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Instruir e uniformizar as ações do ensino.	Elaboração e encaminhamento de orientações normativas aos campi	Não se aplica	PROEN/PI/Diretoria de Políticas Pedagógicas
--	--	---	---------------	---

Fonte: PROEN, 2016.

Quadro 6 – MACROPROCESSOS DA PROEX

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMA VINCULADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Atendimento ao estudante em caráter Universal	Atendimento aos estudantes do IFPI com objetivo de atender às necessidades básicas e de incentivo a formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral dos mesmos no processo educacional.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oferta de alimentação gratuita; 2. Assistência à saúde; 3. Acompanhamento e suporte ao ensino; 4. Incentivo a participação político acadêmica, cultural e desportiva; 5. Programa de acolhimento ao estudante ingressante - PRAEI; 6. Monitoria; 7. Iniciação Científica; 8. Projetos de extensão; 9. Visitas Técnicas; 10. Apoio às ações para estudantes com necessidades Educacionais Específicas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) 2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI (POLAE) - Programa universal; 	Pró-Reitoria de Extensão / Diretoria de Assistência Estudantil / Pró-Reitoria de Administração / Diretoria Geral dos Campi dos IFPI / comissão de assistência Estudantil dos campi.
Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social	Atendimento direcionado ao estudante que se encontra em situação de Vulnerabilidade Social.	<p>Atendimento ao estudante através de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Benefício permanente; 2. Benefício Atleta; 3. Benefício Cultura; 4. Benefício Eventual; 5. Benefício Moradia. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI (POLAE) - Programa de 	Pró-Reitoria de Extensão / Diretoria de Assistência Estudantil / Pró-Reitoria de Administração / Diretoria Geral dos Campi dos IFPI / Comissão de Assistência Estudantil dos campi.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			Atendimento ao estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS).	
Apoio a Projetos de Extensão e lançamento de Editais de Extensão.	Lançamento de Editais e prospecção de projetos para fomento, com o objetivo de oportunizar a comunidade acadêmica a realização de projetos direcionados às demandas sociais.	1. Lançamento dos Editais PIBEX n.º 065/2015, Edital PIBEX In n.º 066/2015, Edital PROIC n.º 068/2016, Edital Eventos n.º 067/2015, Edital Cursos de Curta Duração n.º 069/2016, Edital Oficinas de Arte n.º 071/2015, e Edital Projeto Intervalo n.º 070/2015; 2. Fomento de projetos na área da Economia Solidária e Criativa, como o projeto “Formação de Mulheres de Empreendimentos Econômicos Solidários para uso das redes sociais web no âmbito do Marketing Digital”.	1. ProAEx.	Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária; Diretoria de Assistência Estudantil; e Diretoria de Extensão Acadêmica e Eventos Institucionais.
Registro e Acompanhamento	Momento onde se realiza o acompanhamento e registro dos projetos contemplados.	1. Receber os projetos para cadastro na Pró-Reitoria de Extensão; 2. Registrar e acompanhamento da execução dos projetos; 3. Controlar todas as ações referentes à execução dos projetos; 4. Emitir os certificados e outros documentos comprobatórios da execução dos projetos realizados.	1. ProAEx.	Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária; Diretoria de Assistência Estudantil; e Diretoria de Extensão Acadêmica e Eventos Institucionais.
Interação Cultural	Trata-se de ações culturais	1. Estimular a criação e o funcionamento de grupos artísticos e culturais na comunidade acadêmica em interação com a comunidade externa; 2. Buscar e divulgar editais externos de apoio a ações culturais, bem como fomentar e coordenar a elaboração de projetos para os mesmos;	1. ProAEx.	Diretoria de Extensão Acadêmica e Eventos Institucionais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		<p>3. Acompanhar a execução das ações de extensão cultural;</p> <p>4. Promover a interação das ações culturais com as ações de extensão;</p> <p>5. Incentivar a promoção de cursos de extensão voltados para as áreas artísticas e culturais;</p> <p>6. Incentivar a promoção de atividades e eventos Culturais nos vários campi.</p>		
Eventos e Divulgação	Suporte técnico e operacional a todos os eventos promovidos pela PROEX.	<p>1. Estabelecer e aprimorar diferentes formas de comunicação com a comunidade acadêmica nas questões relacionadas à extensão e à cultura;</p> <p>2. Produzir materiais informativos relacionados à extensão e à cultura direcionados à comunidade acadêmica e às comunidades externas;</p> <p>3. Manter atualizadas as informações relacionadas à PROEX no sítio do IFPI na Internet.</p>	1. ProAEx.	<p>Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária; Diretoria de Assistência Estudantil; e Diretoria de Extensão Acadêmica e Eventos Institucionais.</p>

Fonte: PROEX, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 7 – MACROPROCESSOS DA PROPI

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMA VINCULADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
PESQUISA & INOVAÇÃO	Iniciação Científica Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico Estruturação e Reestruturação de Infraestrutura Laboratorial.	Edital PIBIC/PIBIC Jr. Edital PIBIC/PIBIC Jr. – IT Edital PROAGRUPAR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC /PIBIC Jr. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico - PIBIC /PIBIC Jr. – IT Programa de Apoio à Pesquisa, Estruturação e Reestruturação de Infraestrutura Laboratorial - PROAGRUPAR-INFRA	Diretoria de Pesquisa e Inovação
PÓS-GRADUAÇÃO	Especialização	Levantamento de Necessidades de capacitação nos Campi; Oferta de Cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado.	Cursos Institucionais ofertados nos Campi, conforme autorização do CONSUP.	Diretoria de Pós-Graduação
	Minter/Dinter		Programa de Pós-Graduação em nível de mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual Programa de Pós-Graduação em nível de mestrado em Tecnologias e Gestão em Educação a Distância Programa de Pós-	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			<p>Graduação em nível de mestrado em Educação – UNINOVE</p> <p>Programa de Pós-Graduação em nível de doutorado em Física – UFAL</p> <p>Programa de Pós-Graduação em nível de doutorado em engenharia civil – UFPE</p> <p>Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Ciências Políticas – UFPI</p>	
	Mestrado Institucional		<p>Mestrado Institucional em Engenharia de Materiais – IFPI Campus Teresina Central</p> <p>Mestrado Profissional em Matemática – PROFMAT/IFPI Campus Floriano</p>	
INOVAÇÃO	<p>Política de Inovação</p> <p>Especialização</p> <p>Mestrado</p>	<p>Divulgação;</p> <p>Prospecção Tecnológica;</p> <p>Depósitos de Softwares e Patentes junto ao INPI;</p> <p>Política de Propriedade Intelectual.</p>		ASNIT
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	<p>Criação da Comissão de implantação e gestão do Repositório Institucional do</p>	<p>Criação do Manual de Normalização, disponível na página do IFPI (em parceria com a Rede de Bibliotecas da Instituição);</p>		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	IFPI	Projeto do Repositório Institucional; Projeto de Política de Informação (a ser submetido no CONSUP); Definição do software utilizado – DSpace; Definição do nome da base – Base Institucional Acadêmica do IFPI – Bia; Política de Indexação do Repositório; Indexação de Trabalhos Acadêmicos (Em fase de testes);		Coordenação de Repositório Institucional
--	------	--	--	--

Fonte: PROPI, 2016.

Quadro 8 – MACROPROCESSOS DA PRODIN

ORD.	MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMA VINCULADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
01	Infraestrutura física	Obras de construção, ampliação e reformas na estrutura do IFPI.	<p>Obras concluídas em 2016</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforma de calçadas do Campus Teresina Central; 2. Construção da lixeira do Campus Teresina Central; 3. Reforma do laboratório de Bromatologia do Campus Teresina Central; 4. Perfuração do poço do Campus Angical; 5. Projetar e instalar placas de identificação na fachada dos Campi. <p>Obras iniciadas em 2016 (em andamento)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforma do Ginásio Poliesportivo do Campus Parnaíba; 2. Drenagem do Campus Angical; 3. Obra de divisórias e adaptação da 	Sem programa específico.	Diretoria de Desenvolvimento Institucional / Departamento de Engenharia Institucional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			<p>Reitoria;</p> <p>4. Perfuração do poço do Campus Uruçuí;</p> <p>5. Construção de uma subestação no Campus de Pio IX;</p> <p>6. Construção do muro do Campus Picos;</p> <p>7. Construção de salas de aula nos campi Teresina Zona Sul e Corrente;</p> <p>8. Reforma dos laboratórios dos Campi São Raimundo Nonato, São João, Valença e Cocal.</p>		
02	Acessibilidade e segurança predial.	Ações relativas ao cumprimento das normas de acessibilidade e combate à incêndio e pânico.	<p>1. Realização de diagnóstico nos campi, a fim de adequá-los à legislação de acessibilidade das pessoas com deficiência;</p> <p>2. Elaboração e implementação de um projetos de combate a incêndio e pânico para os Campi Angical do Piauí, Campo Maior Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina Zona Sul, Uruçuí, Valença do Piauí.</p>	Sem programa específico.	Diretoria de Desenvolvimento Institucional / Departamento de Engenharia Institucional.
03	Comunicação e informações institucionais	Ações relacionadas ao aperfeiçoamento da comunicação entre os campi e à divulgação de informações institucionais relevantes para as comunidades interna e externa.	<p>1. Implementação de um sistema otimizado de comunicação entre os campi, por meio de videoconferência, possibilitando, através de reuniões virtuais, a redução de custos com passagens e diárias destinadas aos servidores;</p> <p>2. Implementação de um programa institucional de inclusão digital,</p>	Sem programa específico.	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			<p>articulando ações de inserção das comunidades internas e externas em relação ao atendimento de suporte e controle do uso contínuo do acesso à Internet;</p> <p>3. Acompanhamento do andamento das metas estratégicas, definidas no PDI do IFPI, em nível de Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.</p>		
--	--	--	---	--	--

Fonte: PRODIN, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Esta seção apresenta o planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, estruturada em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados da execução orçamentária e resultados operacionais.

2.1 Planejamento organizacional

O planejamento da unidade é descrito por meio dos quadros de ações/subtítulos nas dimensões física e financeira da execução de cada ação, destacando valores executados a título de restos a pagar no decorrer do exercício e demais dados, conforme itens a seguir.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A UPC possui fundamenta o planejamento estratégico nos objetivos destacados pela LOA 2016, conforme programas aprovados para o exercício de referência, com destaque para:

- Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho;
- Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos.

O planejamento em nível estratégico é representado pela Reitoria, Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, com o apoio dos demais órgãos de assessoramento e cada UG. O nível tático é representado por cada unidade organizacional e o operacional é representado por cada UG. O Detalhamento do planejamento estratégico segue as dimensões destacadas no PDI, conforme especificação de meta/objetivo para o exercício (Anexo 6).

Como análise, dos 272 objetivos/metastadas, 27,94% obtiveram a execução de 100% (1), e o baixo desempenho equivale à execução de 10,29% (10% a 40%). Também foram indicadas a situação de adiada (17,65%), cancelada 91,84%) e nada a informar (1,47%).

A UPC destaca que apesar das restrições e limitações para atingimento do planejamento efetuado, destro do exposto, obteve resultados significativos, tendo também a consciência da necessidade de implementação de novos controles internos.

2.1.2 Estágios de implementação do planejamento estratégico

A UPC fundamenta o planejamento estratégico por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em vigor para o período de 2015-2019 e com a Lei Orçamentária Anual de 2016. Os estágios de implementação ocorrem de forma preventiva e corretiva, aliado às disponibilidades orçamentárias e financeiras em cada exercício.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A UPC busca a vinculação de metas institucionais com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Termo de Acordo de Metas (TAM) aprovado pelo MEC e a Lei Orçamentária Anual de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A UPC possui em sua estrutura organizacional a PRODIN, unidade responsável por desenvolver o planejamento estratégico e fazer a articulação institucional. Também a UPC utiliza alguns instrumentos de monitoramento da execução dos seus resultados, por meio de prestação de contas a instâncias de governanças, em auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna Geral e Controladoria.

Outras estratégias de acompanhamento são realizadas por meio de sistemas estruturantes do Governo Federal. Contudo, há o reconhecimento da necessidade de reestruturação, bem como revisões de planos, pois ainda temos a limitação de dados isolados. Como exemplo de instrumentos de monitoramento e avaliação foram utilizados periodicamente, no ano de 2016, por meio de sistemas estruturantes do governo federal: o Sigepe, SIMEC, Siafi, Tesouro Gerencial, SIOP, SCDP e outros.

Como levantamento anual, no final do exercício de 2016, a PRODIN iniciou o levantamento das metas executadas no exercício, conforme planejamento realizado no PDI 2015-2019. O instrumento utilizado foi o questionário eletrônico, disponibilizado no período de dez/2016 a jan/2017, em plataforma eletrônica, visando acompanhar a execução das metas e avaliar os resultados alcançados, conforme planos estratégicos e suas respectivas dimensões.

Os resultados do levantamento passam a ser utilizados no exercício seguinte (2017), como instrumento de autoavaliação e como um controle estratégico do planejamento executado. Contudo os dados e informações do levantamento não são publicados, ficando ainda restrito em discussões internas.

Diante desta limitação, a UPC planeja uma reestruturação de planos de ação e um melhor detalhamento dos dados e informações, por meio da construção de um relatório consolidado de resultados institucionais, para os anos seguintes, como parte de aperfeiçoamento contínuo da gestão e avaliação, adotando novas ferramentas de controle, monitoramento e avaliação do planejamento estratégico.

2.3 Desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário da UPC no exercício está em consonância com a LOA 2016 e são descritos nas ações/OFSS nos itens a seguir.

Ressalta-se que no exercício de 2016 ocorreu limitação da cota para empenho, pois embora tivéssemos previsão orçamentária, a capacidade de empenho foi reduzida por problemas de arrecadação da União.

Os objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados no exercício de 2016 estão em consonância com a LOA 2016 nos programas:

- a) 0089, de Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- b) 0901, de Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais;
- c) 0910, de Operações especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais;
- d) 2080, de Educação de qualidade para todos; e
- e) 2109, de gestão e manutenção do Ministério da Educação.

É importante destacar que os programas: 1062, de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; 1067, de Gestão da Política de Educação; 2030, de Educação básica;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2031, de Educação Profissional e Tecnológica não tiveram dotação inicial e valores autorizados para o exercício de 2016.

Os principais resultados alcançados pela UPC no exercício 2016 estão descritos nos itens de ações OFSS, parte constante neste relatório.

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A execução física e financeira das ações da LOA é representada por ação: 20RG, 20RL, 2994, 6380 e 20RJ, conforme descrição nos Quadros a seguir.

Quadro 9 – AÇÃO 20RG

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral		(x) Parcial			
Código	20RG		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, Código: 1009 alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Educação de qualidade para todos	Código: 2080	Tipo: TEMÁTICO			
Unidade Orçamentária	26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.158.537,00	4.158.537,00	826.645,77	134.100,80	64.063,39	70.037,41	692.544,97
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto viabilizado		Unidade	61	61	12	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.699.148,03	1.411.887,04	1.027.213,11				

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOURO GERENCIAL 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Análise Crítica: Segundo informações da Coordenadora da Ação, a baixa execução física ocorreu por motivo de dificuldade na conclusão dos processos licitatórios, contudo, a meta realizada foi atingida com qualidade e dentro de normas vigentes.

Os valores relativos a restos a pagar de exercícios anteriores são pertencentes à ação que estava arrolada no PPA anterior no programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica, que foi substituído pelo programa atual (2080).

Quadro 10 – AÇÃO 20RL

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input type="checkbox"/> Integral		<input checked="" type="checkbox"/> Parcial		
Código		20RL		Tipo: ATIVIDADE		
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: TEMÁTICO
Unidade Orçamentária		26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras		
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
59.154.509,00	58.058.701,00	55.744.681,08	46.545.272,75	43.633.01962	2.912.253,13	9.199.408,33
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		unidade	30.200	30.200	23.762	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
18.050.491,27	9.332.067,55	4.362.946,62				

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2016.

Análise Crítica: Segundo informações da Coordenadora da Ação, alguns fatores contribuíram para o desempenho: criação de novos cursos; aquisição de laboratórios; ampliação do acervo bibliográfico; funcionamento e ampliação da oferta dos serviços de refeitório; bem como a dificuldade de execução orçamentária.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Os valores relativos a restos a pagar de exercícios anteriores são pertencentes à ação que estava arrolada no PPA anterior no programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica, que foi substituído pelo programa atual (2080).

Quadro 11 – AÇÃO 2994

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral		(x) Parcial		
Código		2994		Tipo: ATIVIDADE		
Título		Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, Código: 1009 alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária		26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.622.451,00	13.622.451,00	12.862.248,51	8.795.449,61	8.655.304,95	140.144,66	4.066.798,90
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício Concedido			Unidade	41.000	41.000	36.898
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.653.783,17	2.085.238,92	2.198.058,02				

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2016.

Análise Crítica: Segundo informações da Coordenadora da Ação, em virtude de contingências nos limites de empenho e da greve, não foi possível executar a Ação em sua totalidade.

Os valores relativos a restos a pagar de exercícios anteriores são pertencentes à ação que estava arrolada no PPA anterior no programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica, que foi substituído pelo programa atual (2080).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 12–AÇÃO 6380

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input type="checkbox"/> Integral		<input checked="" type="checkbox"/> Parcial		
Código		6380		Tipo: ATIVIDADE		
Título		Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: TEMÁTICO
Unidade Orçamentária		26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras		
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.401.000,00	1.401.000,00	414.126,65	382.326,65	382.326,65	-	31.800,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa Apoiada		unidade	6	1730	1500	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
18.556,18		16.861,28				

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2016.

Análise Crítica: Segundo informações da Coordenadora da Ação, em virtude de contingências nos limites de empenho não foi possível executar a Ação em sua totalidade.

Os valores relativos a restos a pagar de exercícios anteriores são pertencentes à ação que estava arrolada no PPA anterior no programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica, que foi substituído pelo programa atual (2080).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 13–AÇÃO 20RJ

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação			() Integral		(x) Parcial	
Código	20RJ		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária	26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		unidade				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
157.753,72	152.987,87	4.765,82				

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2016.

Análise Crítica: Esta Ação teve apenas movimentação de restos a pagar de exercícios anteriores, pois não houve execução orçamentária no exercício para esta Ação.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2016, alguns fatores prejudicaram a eficácia do desempenho orçamentário:

- Comprometimento do fluxo de disponibilidade do limite orçamentário para empenho, decorrente da frustração da receita da União em relação ao previsto;
- Movimentação de paralisações dos servidores e a ocupação dos discentes em alguns Campi.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício de 2016 houve execução de valores relativos a apenas uma Ação não previstas na respectiva LOA, conforme descrição no Quadro a seguir.

Quadro 14—AÇÃO 2992

Identificação da Ação					
Código	2992		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento da Educação Profissional				
Iniciativa					
Objetivo	(Finalidade) Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.				Código:
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código:	Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26431				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
68.997,93	-	-	Aluno Matriculado	Unidade	-

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2016.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

A UPC apresenta o demonstrativo de restos a pagar, conforme Quadro 15.

Quadro 15– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)
2015	9.433.335,41	9.402.362,39	20.305,24	10.667,78
2014	349.662,24	345.164,42	151,85	4.345,97
2013	5.353,30	5.353,30	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	7.568,13	0,00	0,00	7.568,13
	R\$ 9.795.919,08	R\$ 9.752.880,11	R\$ 20.457,09	R\$ 22.581,88

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2015	21.243.264,13	12.689.969,75	12.683.083,43	4.070.365,32	4.489.815,38
2014	4.202.543,81	682.425,76	682.425,76	1.849.694,13	1.670.423,92
2013	3.381.783,28	20.828,80	20.828,80	2.715.449,34	645.505,14
2012	423.622,07	82.217,10	82.217,10	66.049,34	275.355,63
2011	68.997,93	0,00	0,00	0,00	68.997,93
	R\$ 29.320.211,22	R\$ 13.475.441,41	R\$ 13.468.555,09	R\$ 8.701.558,13	R\$ 7.150.098,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2016 (consulta 20/02/2017).

A análise crítica da movimentação de restos a pagar no exercício de 2016 está fundamentada em:

- a) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente;
- b) Quando o pagamento deixa de ser efetuado no próprio exercício, procede-se, então, à inscrição em Restos a Pagar. Na inscrição, os Restos a Pagar (RP) são classificados em: RP Processados, RP Não Processados em liquidação e RP Não Processados a liquidar:
 - a) RP Processados: no momento da inscrição a despesa estava empenhada e liquidada;
 - b) RP Não Processados em Liquidação: no momento da inscrição a despesa empenhada estava em processo de liquidação e sua inscrição está condicionada a indicação pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada, formalmente no SIAFI em espaço próprio na tabela de UG;
 - c) RP Não Processados a liquidar: no momento da inscrição a despesa empenhada não estava liquidada e sua inscrição está condicionada a indicação pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada, formalmente no SIAFI em espaço próprio na tabela de UG.
- c) Quando ocorrer a liquidação efetiva dos Restos a Pagar Não Processados em liquidação ou a liquidar, estes passarão a serem restos a pagar não processados liquidados, com tratamento similar aos processados;
- d) Em relação aos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados, foram pagos o montante de R\$ 9.752.880,11, que corresponde a 99,56% do montante em 01/01/2016, sendo que a maior parcela paga corresponde aos empenhos do exercício de 2015, ou seja, 96,41%;
- e) Quanto aos Restos a Pagar Não Processados, foram pagos a quantia de R\$ 13.468.555,09, que corresponde a 45,94% do montante em 01/01/2016 e a 99,95% dos Restos a Pagar Não Processados Liquidados. No exercício de 2016 foram cancelados empenhos, no valor de R\$ 8.701.558,13, que depois de uma análise detalhada ficou constatado que não seriam mais utilizados pelo Órgão, ficando um saldo a pagar em 31/12/2016 de R\$ 7.150.098,00.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

A UPC apresenta a descrição dos instrumentos celebrados, conforme Quadros a seguir. O termo de cooperação técnica nº 01/2011 – IFPI/UFPE/UESPI, não está listado no referido Quadro, vez que sua data de início é de 2011. No entanto, uma parcela remanescente, no valor de R\$ 100.675,76 (cem mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos) foi disponibilizada em 2016 para finalizar as atividades do programa.

Quadro 16– RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ/158146/26431					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse		1		320.830,85	184.073,77	
Termo de Execução Descentralizada	1	2		350.504,54	262.711,21	
Termo de cooperação			1	314.858,78	315.016,35	177.875,47
Totais	1	3	1	986.194,17	761.801,33	177.875,47

Fonte: DPG-PROPI, 2016.

Quadro 17– RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UPC NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ/158146/26431						
Exercício da Prestação de Contas	das	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
				Convênios	Contratos de repasse	de ...
Exercício relatório de gestão	do de	Contas Prestadas	Quantidade			
			Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			1	
		Montante Repassado			R\$ 66.000,00	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	1	2	
		Montante Repassado	R\$ 807.750,60	R\$ 504.904,62	R\$ 547.215,75	

Fonte: DPG-PROPI, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestações de contas

Segundo a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), todos os instrumentos celebrados, contratos, termos de cooperação e termo de execução descentralização em vigência estão com a previsão de relatórios para o final da vigência do processo. Contudo, os valores informados estão sendo acompanhados em planilha própria do IFPI para desembolso anual. A efetivação da análise dos relatórios dos programas só será possível após o término dos mesmos, como previstos no processo.

2.3.6 Informações sobre realização de receitas

As receitas da UPC sofreram frustração na arrecadação em relação ao programado, no valor de R\$ 388.128,31.

Quadro 18– RECEITAS POR NATUREZA

NATUREZA DA RECEITA		FTE	RECEITA	
			Prevista	Realizada
1610.01.11	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	250	2.219.194,00	2.166.899,60
1610.01.12	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	250	0,00	113,52
1610.02.11	TAR. INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	250	548.000,00	4.300,00
1921.0111	INDENIZAÇÃO POR DANOS	250	0,00	244,42
1922.06.11	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	100	0,00	207.458,15
7610.01.11	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	250	0,00	50,00
TOTAL			2.767.194,00	2.379.065,69

Fonte: PROAD, 2016.

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Os dados apresentados estão relacionados à execução de despesas, conforme Quadros a seguir.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 19– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	44.353.557,31		40.026.641,66		27.326.762,65		19.911.054,30	
a) Convite	616.143,25	0%	104.956,55	0%		0%	0,00	0%
b) Tomada de Preços	2.589.992,94	1%	0,00	0%	54.898,40	0%	0,00	0%
c) Concorrência	954.255,12	0%	539.066,34	0%	65.181,34	0%	539.066,34	0%
d) Pregão	40.193.166,00	12%	39.382.618,77	14%	27.206.682,91	9%	19.371.987,96	7%
e) Concurso	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
f) Consulta	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
2. Contratações Diretas (h+i)	13.508.274,51		13.920.815,08		11.131.992,29		7.761.421,19	
h) Dispensa	10.811.555,24	3%	9.865.571,22	3%	8.865.659,86	3%	6.139.037,62	2%
i) Inexigibilidade	2.696.719,27	1%	4.055.243,86	1%	2.266.332,43	1%	1.622.383,57	1%
3. Regime de Execução Especial	68.218,78		60.912,38		67.818,78		60.912,38	
j) Suprimento de Fundos	68.218,78	0%	60.912,38	0%	67.818,78	0%	60.912,38	0%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	273.299.692,20		232.036.744,22		273.172.191,08		231.938.328,90	
k) Pagamento em Folha	272.088.627,95	82%	230.826.660,78	81%	271.695.717,91	87%	230.643.482,13	89%
l) Diárias	1.211.064,25	0%	1.210.083,44	0%	1.476.473,17	0%	1.294.846,77	0%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	331.229.742,80	100%	286.045.113,34	100%	311.698.764,80	100%	259.671.716,77	100%
6. Total das Despesas da UPC	331.229.742,80	100	286.045.113,34	100	311.698.764,80	100	259.671.716,77	100

Fonte: Tesouro Gerencial, 2016 (Consulta: 13/03/2017).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 20– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Nome do elemento de despesa								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	186.406.828,01	159.322.002,66	186.406.828,01	159.322.002,66	0,00	0,00	186.356.693,34	159.290.340,33
OBRIGACOES PATRONAIS OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	33.692.996,71	28.592.917,75	33.453.183,76	28.576.716,45	239.812,95	16.201,30	33.350.221,34	28.513.942,43
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	24.573.500,55	22.468.478,81	24.573.500,55	22.468.478,81	0,00	0,00	24.573.500,55	22.468.478,81
AUXILIO-ALIMENTACAO	11.155.075,70	8.437.874,02	11.155.075,70	8.437.874,02	0,00	0,00	11.155.075,70	8.437.874,02
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	5.333.273,79	4.724.252,30	5.333.273,79	4.724.252,30	0,00	0,00	5.333.273,79	4.724.252,30
INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.991.150,59	4.056.366,81	4.971.322,42	3.966.425,88	19.828,17	89.940,93	4.971.085,07	3.961.625,30
CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	4.636.211,22	3.452.815,03	4.636.211,22	3.452.815,03	0,00	0,00	4.636.211,22	3.452.815,03
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.885.252,67	382.026,17	1.885.252,67	382.026,17	0,00	0,00	1.885.252,67	382.026,17
Demais elementos do grupo	3.543.817,19	2.684.398,01	3.296.241,43	2.608.034,62	247.575,76	76.363,39	3.275.617,03	2.393.997,14
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	31.157.771,29	27.088.192,73	28.109.923,59	22.338.855,71	3.047.847,70	4.749.337,02	26.373.795,54	18.825.101,22
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	10.681.707,59	9.862.245,62	9.199.173,79	6.802.690,14	1.482.533,80	3.059.555,48	8.471.491,20	5.617.358,44

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	9.404.677,12	5.152.269,36	8.628.068,47	4.936.624,36	776.608,65	215.645,00	8.357.474,47	4.607.353,24
MATERIAL DE CONSUMO	7.894.499,33	7.306.705,34	3.114.688,66	1.976.120,82	4.779.810,67	5.330.584,52	3.029.201,15	1.472.711,15
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.158.081,06	3.795.126,54	3.669.616,60	2.944.124,20	1.488.464,46	851.002,34	3.565.943,42	2.514.171,98
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	1.392.361,26	1.016.255,00	674.207,60	896.471,00	718.153,66	119.784,00	628.539,60	233.833,40
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.211.064,25	1.476.434,17	1.211.064,25	1.476.434,17	0,00	0,00	1.210.083,44	1.294.846,77
Demais elementos do grupo	1.174.251,65	1.760.032,50	870.447,10	1.433.752,98	303.804,55	326.279,52	859.950,51	973.355,67
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.520.040,72	11.212.309,33	2.089.193,45	5.137.747,92	3.430.847,27	6.074.561,41	1.609.665,99	3.547.737,93
OBRAS E INSTALACOES	3.935.893,35	957.314,43	330.649,93	770.282,28	3.605.243,42	187.032,15	133.398,45	736.797,20
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	286.695,49	388.695,73	14.418,42	253.820,73	272.277,07	134.875,00	14.418,42	23.596,31
Demais elementos do grupo	4.000,00	2.175,00	0,00	2.175,00	4.000,00	0,00	0,00	2.175,00
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2016 (Consulta: 13/mar/2017).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3.8 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Este subitem apresenta informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de suprimento de fundos utilizados por Unidade Gestora (UG) vinculada à UPC, responsável pela apresentação do presente relatório de gestão, de forma a possibilitar a análise sucinta da evolução dos gastos efetuados por essas modalidades de pagamento.

O IFPI só utiliza Suprimento de Fundos através do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), não registrando ocorrência de movimentação de fundo por meio da Conta Tipo B, conforme Quadro 21.

Quadro 21– CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158146	Reitoria			09	49.000,00	8.000,00
	158353	Teresina-Central			10	35.000,00	5.000,00
	158354	Teresina Zona Sul			05	10.000,00	2.000,00
	158355	Floriano			03	11.600,00	5.000,00
	158357	Parnaíba			02	940,00	640,00
2015	158146	Reitoria			03	19.000,00	8.000,00
	158353	Teresina-Central			22	55.731,31	6.500,00
	158354	Teresina Zona Sul			10	24.000,00	5.000,00
	158355	Floriano			03	15.000,00	5.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2016 e SIAFI 2016.

O valor total de suprimento de fundos corresponde à movimentação de concessão e todos os movimentos não utilizados, foram devidamente anulados, conforme disposição legal.

A UPC no ano de 2016 registrou ocorrência de movimentação de suprimento de fundo por Cartão de Pagamento do Governo Federal (saque + fatura), no valor de R\$ 64.683,18 (sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e dezoito centavos), conforme movimentação no Quadro 22.

Quadro 22– UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158146	Reitoria			07	1.576,00	22.068,27	23.644,27
	158353	Teresina-Central					26.618,20	26.618,20
	158354	Teresina Zona Sul					6.729,03	6.729,03
	158355	Floriano					6.751,68	6.751,68
	158357	Parnaíba					940,00	940,00
2015	158146	Reitoria					461,00	461,00
	158353	Teresina-Central			02	480,00	40.678,21	41.158,21
	158354	Teresina Zona Sul					13.045,54	13.045,54
	158355	Floriano					6.379,63	6.379,63

Fonte: Tesouro Gerencial 2016 e SIAFI 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

O IFPI no ano de 2016 registrou a movimentação de classificação dos gastos com suprimento de fundos, conforme Quadro 23.

Quadro 23– CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158146	Reitoria	339030	01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	13.390,19
			25 - MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	221,00
			26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	215,15
			39 - MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	6.254,68
			19 – MANUTENÇÃO E CONSERV. DE VEÍCULOS	2.649,65
158353	Teresina Central	339030	03 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. PARA OUTRAS FINALIDADES	49,00
			42 – FERRAMENTAS	21,20
			21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	478,42
			16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	29,00
			17 – MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	740,90
			26 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	2.901,17
			09 – MATERIAL FARMACOLÓGICO	1.576,13
			36 – MATERIAL HOSPITALAR	1.399,44
			35 – MATERIAL LABORATORIAL	1.945,42
			10 – MATERIAL ODONTOLÓGICO	2.461,82
			29 – MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	109,00
			24 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	6.052,24
		25 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MÓVEIS	2.980,81	
		14 – MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	518,00	
		339039	17 – MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.579,15
			95 – MANUT. E CONS. EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	390,00
			20 – MANUT. E CONS. DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	650,00
16 – MANUT. E CONS. DE BENS IMÓVEIS	2.010,00			
19 – MANUT. E CONS. DE VEÍCULOS	580,00			
70 – CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLAMULAS	400,00			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			46 – SERVIÇOS DOMÉSTICOS	610,00
			63 – SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	250,00
			78 - LIMPEZA E CONSERVACAO	616,50
158354	Teresina Zona Sul	339030	24 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	5.680,03
			25 – MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	207,50
			26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	601,50
		339039	79 – SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	240,00
158355	Floriano	339030	21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	535,00
			42 – FERRAMENTAS	24,00
			26 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	3.303,71
			25 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MÓVEIS	461,18
			24 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	1.577,69
			25 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MÓVEIS	461,18
158357	Parnaíba	339039	20 - MANUT. E CONS. DE B. MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	640,00
			74 – FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	300,00
TOTAL				R\$ 67.110,66
Nota explicativa:				

Fonte: Fonte: Tesouro Gerencial 2016 e SIAFI 2016.

Esta UPC utilizou o Cartão de Pagamentos do Governo Federal em 5 UG's (Reitoria, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Floriano e Parnaíba), cuja finalidade foi para atender demandas de despesas de pequeno vulto, assim como para a utilização em viagens pelos motoristas.

As movimentações de saque foram realizadas pelos motoristas em viagens institucionais, totalizando R\$ 1.576,00 (Mil e quinhentos e setenta e seis reais). No ano de 2016 a UPC aumentou o valor do saque, devido à necessidade de pagamento de pedágios em viagens, assim como também, houve um pequeno aumento na movimentação do Cartão de Pagamento via fatura.

A movimentação de suprimento de fundos do exercício foi realizada e encaminhada para análise da auditoria, que emitiu o devido parecer de aprovação.

Como análise crítica, a UPC deverá implantar um maior controle no item e subitem de despesa, no momento da reclassificação da despesa e o controle de justificativas, bem como realizar um melhor planejamento para aquisição de materiais e serviços.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Neste subitem serão apresentados os principais indicadores de desempenho: acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e gestão de pessoas, conforme as deliberações do TCU.

2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Os principais indicadores de desempenho: acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e gestão de pessoas estão descritos no Quadro 24.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 24– INDICADORES DE GESTÃO, CONFORME DELIBERAÇÕES DO TCU

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	5,73	7,75	8,4	6,47	6,46
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	26,77	27,41	25,9	30,01	36,1
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	10,34	4,19	7,24	11,90	9,5
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos	52,81	39,42	55,21	51,28	54,3
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	48,36	47,79	46,22	42,16	44,8
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Total de Matriculados / ((Docentes 20h * 0,5) + Docentes 40 h + Docentes DE)	23,23	20,39	19,42	35,50	31,43
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Gastos Correntes / Total de Matriculados	11.344,66	11.884,99	10.032,31	6.456,58	4.911,58
	Percentual de Gastos com Pessoal	(Gastos com Pessoal * 100) / Gastos Totais	77,26	73,29	61,47	74,2	61,40
	Percentual de Gastos com outros Custeios	(Gastos com Outros Custeios * 100) / Gastos Totais	20,10	16,40	17,44	20,8	16,85
	Percentual de Gastos com Investimentos	((Gastos com Investimentos + Gastos com Inversões Financeiras) * 100) / Gastos Totais	0,64	6,17	17,2	14,6	17,88
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	0,5 SM < RFP <= 1 SM	23	23	1.706,40		
		1 SM < RFP <= 1,5 SM	10	10			
		1,5 SM < RFP <= 2,5 SM	6	8			
		2,5 SM < RFP <= 3 SM	3	5			
		RFP <= 0,5 SM	54	49			
		RFP > 3 SM	2	4			
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	((Qtde de Graduados * 1) + (Qtde de Aperfeiçoados * 2) + (Qtde de Especialistas * 3) + (Qtde de Mestres * 4) + (Qtde de Doutores * 5)) / (Qtde Total de Docentes)	3,54	3,44	3,28	3,25	2,89

Fonte : SISTEC e SIAFI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A) Análise de Indicadores Acadêmicos:

Os Indicadores de Desempenho dispostos no Quadro 24, foram obtidos do arquivo Indicadores de Gestão 2016 enviado a UPC pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal da SETEC/MEC.

Os indicadores acadêmicos dividem-se em seis tipos:

I. Relação Candidato/ Vaga – Este indicador leva em consideração a procura pelos cursos ofertados e, todos os processos seletivos de ingresso realizados pelo IFPI.

Analisando-se os dados, verificamos que comparado ao ano anterior houve um decréscimo de 26 % na relação, fato que se deve pelo aumento do número de vagas ofertadas, em 2016 a UPC ofertou vagas, aumentando em cerca de 20% o número de vagas em relação ao ano de 2015, ano em que a UPC ofertou 6 687 vagas, aumentando principalmente nas unidades não-consolidadas (Campus com menos de cinco anos). Em 2015 as unidades não-consolidadas ofertaram 1437 vagas, em 2016 as unidades não consolidadas ofertaram 1704 vagas, concomitantemente ocorreu o aumento do número de vagas ofertadas no ensino superior, com a criação de novos cursos como Bacharelado em Administração, Design de Moda e Agronomia, aumentando de 1175 vagas para 1485 vagas, um aumento percentual de 26% das vagas no ensino superior.

II. Relação de Ingressos/Alunos – Este índice apresenta o percentual de estudantes ingressantes na instituição em relação ao total de alunos.

No ano de 2016, o índice 26.77 apresentou uma involução de 2,3% em relação a 2015, esta diminuição foi provocada pela consolidação de cursos técnicos, com a conclusão dos cursos iniciados em 2014, nas unidades não-consolidadas. Comprovada pelo aumento em 147% na relação Concluintes/Aluno.

III. Relação Concluintes/Aluno – Índice que relaciona o total de concluintes com o total de alunos.

Este índice teve uma aumento de 147% em relação ao ano anterior, provocado pela Consolidação dos Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes nas Unidades não-consolidadas (Menos de cinco anos).

IV. Índice de Eficiência Acadêmica, corresponde ao número de Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos.

Este índice teve um aumento de aproximadamente 34% em relação ao ano anterior, os fatores que contribuíram com o aumento são:

- a. As mesmas do indicador Relação Concluintes/Aluno;
- b. A mobilidade acadêmica com o SISU e da certificação do ensino médio através do ENEM, que provoca a evasão dos alunos maiores de 18 anos do Ensino Médio Integrado, porem conseguimos reduzir esta mobilidade com a utilização melhor das listas de espera do SISU, melhorando os índices de matricula no ensino superior.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

V. Índice de Retenção do Fluxo Escolar, obtido pela relação entre o número total de Retidos e o número total de Matriculados.

Este índice em 2016 vem apresentando um aumento em relação ao ano de 2015 de 1,2%, apresentando uma elevação de 4,53% em relação a 2014. Tal elevação dar-se-á pela não conclusão dos alunos no segundo semestre de 2016 no prazo estipulado pelo ciclo de matrícula, ocasionado pelas diversas greves que aconteceram em 2015 e 2016. Aumentando o índice de alunos considerados retidos.

VI. Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral

Este índice teve um acréscimo de 14%, este acréscimo pode ser justificado com o aumento do número de vagas e conseqüentemente o número de alunos na UPC e com a alteração da metodologia de cálculo do Aluno/Docente em Tempo Integral, levando em consideração o cálculo do Aluno Equivalente.

B) Análise de Indicadores Administrativos:

I. Gastos Correntes por Aluno – Este índice que relaciona Gastos Correntes / Total de Matriculados, indica o investimento feito pela UPC em cada aluno. São considerados gastos correntes, todos os gastos da instituição menos os gastos com investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas.

Estes valores tiveram um decréscimo no ano 2016, em torno de 5 % e relação ao ano 2015, destarte a consolidação dos campi novos do instituto, contingenciamento de receita e o aumento do número de alunos;

II. Percentual de Gastos com Pessoal – percentual da despesa geral do IFPI destinada à folha de pagamento dos Servidores. Considera-se gastos com pessoal aqueles efetuados com servidores ativos, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2016, acrescidas dos restos a pagar não-processados pagos.

Constatou-se em 2016 que 77,26% dos gastos totais foram gastos com pessoal, um aumento percentual de 5% em relação ao ano 2015.

Fatores que contribuíram para o aumento:

- Contratação de novos servidores (92 docentes e 13 TAEs) – aumentando em 5% o número de servidores no IFPI.
- Aumento da titulação dos docentes, houve um aumento de 13% no número de mestres, e 33% no número de doutores, e a progressão funcional dos docentes por Reconhecimento de Saberes e Competências, conseqüentemente o aumento dos gastos com pessoal.

III. Percentual de Gastos com outros Custeios – Esse indicador tem por objetivo quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais.

Estes valores variaram de 16,4% em 2015 para 20,1% em 2016 representando uma variação positiva de 23% no custeio, indicando crescimento dos gastos com outros custeios, devido a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

consolidação dos 6 novos campi e 3 campi avançados instalados no IFPI nos anos de 2014 e 2015, bem como o contingenciamento do orçamento e a diminuição dos gastos com investimento.

IV. Percentual de Gastos com Investimentos, quantifica o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais, ou seja, gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa, exceto bolsa formação.

Este índice em 2016 teve um decréscimo de 90% em relação ao ano de 2015, corroborando a queda que o mesmo já havia apresentado em 2015, apresentando um decréscimo de 68% em relação a 2014, devido a finalização das obras de implantação ou reforma de diversas instalações dentre elas ginásios escolares, laboratórios, novas salas de aula, refeitórios nos campi e a nova sede da reitoria;

C) Análise de Indicador Socioeconômico:

O Indicador Socioeconômico – Este indicador tem como finalidade, auferir o grau de inclusão social da UJ, por meio do perfil socioeconômico dos alunos. Não havendo uma definição clara de como este cálculo deve ser efetuado, desta forma para melhor tabulação das informações, alteramos o mecanismo de cálculo para a indicação de percentual dos alunos através do perfil Renda Familiar Per Capita (RFP) por faixa de salários mínimos (SM).

Estes indicadores foram tabulados do preenchimento dos dados socioeconômicos no sistema eletrônico de controle acadêmico Q-Acadêmico, com a tabulação dos dados, cerca de 91% dos alunos, apresentam uma renda per capita menor que 1,5 salário mínimo.

Vale ressaltar que nem todos os matriculados responderam no sistema a informação, o que possibilitou realizar indicador com apenas 3.850 matriculados, a instituição está buscando alternativas para melhorar a coleta destas informações através do sistema.

D) Análise de Indicadores de Gestão de Pessoas:

Índice de Titulação do Corpo Docente, este indicador tem como função quantificar a titulação do Corpo Docente, este índice pode variar de um (todos os docentes graduados) a cinco (todos os docentes doutores).

Este índice teve um acréscimo de 3 %, com 22 professores doutores e 60 professores mestres a mais que o ano de 2015, comprovando o aumento do número de doutores e mestres.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Esta seção apresenta a estrutura de governança da UPC, explicitando sua estrutura, os mecanismos para apuração de ilícitos administrativos, a atuação da auditoria interna, sistema de correição e gestão de riscos e controles internos.

3.1 Descrição das estruturas de governança

A Estrutura de Governança do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí tem como base a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais; o Estatuto do IFPI aprovado pela Resolução nº 01/2009-CONSUP, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro de 2009; e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 020/2011-CONSUP, de 06 de dezembro de 2011.

De acordo com a Lei nº 11.892, os Institutos Federais se organizam em estrutura multicampi, tendo como órgãos superiores responsáveis pela sua administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo de administração central a Reitoria, que inclui um reitor e cinco pró-reitores. Cada Campus é administrado por um diretor-geral. Além do Conselho Superior (CONSUP) e do Colégio de Dirigentes (COLDIR), o IFPI possui ainda o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES). As competências desses órgãos colegiados estão previstas no arts. 9º, 11, 13 e 15 do Regimento Interno do IFPI.

O Conselho Superior, órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo, é formado por representantes dos docentes, técnico-administrativos, discentes e egressos da Instituição, bem como a sociedade civil, do Ministério da Educação e do próprio Colégio de Dirigentes. Dentre as suas competências, estão as seguintes:

- a) aprovar a política geral para a atuação institucional e zelar pelo seu cumprimento;
- b) aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor e dos Diretores-Gerais dos Campi;
- c) aprovar o plano de desenvolvimento institucional, o plano geral de cada gestão e os planos anuais de ação, assim como a proposta orçamentária anual;
- d) aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais;
- e) aprovar o projeto político-pedagógico;
- f) autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- g) apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- h) deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pela Instituição;
- i) autorizar a criação e extinção de cursos no âmbito do Instituto, bem como o registro de diplomas;
- j) aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFPI;
- k) deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

Já o COLDIR, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, é composto pelos pró-reitores e diretores-gerais, além dos diretores sistêmicos. É de sua competência, entre outras:

- a) definir a distribuição interna de recursos;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- b) estabelecer normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- c) deliberar, mediante solicitação da Reitoria, sobre alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFPI;
- d) propor normas e ações para o aperfeiçoamento da gestão;
- e) aprovar o calendário de referência anual;
- f) elaborar e aprovar o seu próprio regimento.

O CEPEX, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, reúne os pró-reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão e representantes dos coordenadores de cursos, docentes, discentes, técnico-administrativos, equipe técnico-pedagógica e sociedade civil, tendo, entre outras, as seguintes competências:

- a) delinear diretrizes e definir prioridades institucionais nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão;
- b) elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
- c) emitir parecer conclusivo prévio ao Conselho Superior sobre o projeto político-pedagógico e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;
- d) deliberar sobre desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou adequação de cursos e programas e emitir parecer conclusivo prévio ao CONSUP no caso de criação ou extinção;
- e) estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos;
- f) criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- g) emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

O Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES) é órgão colegiado consultivo, normativo e educativo, responsável por fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, envolvendo seres humanos e animais de laboratório do IFPI. Compete ao CEPES:

- a) analisar os projetos e protocolos de pesquisa envolvendo animais de laboratório e seres humanos pertencentes ao IFPI ou fora dele;
- b) expedir instruções e orientar os pesquisadores, conforme disposição legal sobre o assunto;
- c) emitir parecer substanciado sobre o ensaio, documentos estudados e data de revisão;
- d) garantir a manutenção dos aspectos éticos em pesquisa envolvendo seres humanos;
- e) acompanhar o desenvolvimento de projetos através da análise de relatórios semestrais dos pesquisadores, nas situações exigidas pela legislação;
- f) manter comunicação regular e permanente com o Comitê Nacional de Ética em pesquisa (CONEP/MS);
- g) desempenhar papel consultivo e educativo e promover a reflexão em torno da ética na pesquisa;
- h) controlar e resguardar a confidencialidade dos dados na área;
- i) receber e analisar as denúncias de abusos ou notificações sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo;
- j) analisar e emitir parecer sobre a continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa;
- k) desenvolver outras atribuições afins.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Esses órgãos colegiados obedecem a normas gerais de funcionamentos previstas no Regimento Geral. Assim, através de reuniões periódicas, com pauta determinada, decidem sobre as questões que lhe são apresentadas. Existem ainda, órgãos consultivos, os quais encontram-se descritos a seguir.

O Conselho Editorial (CE) do Instituto Federal do Piauí é um órgão consultivo, normativo e executivo, responsável pela formulação e implementação da política de editoração e publicação da Revista SOMMA, em suas versões eletrônica e impressa, bem como de livros editados pelo IFPI. Foi instituído pela Resolução CONSUP 049/2012 e, além do estabelecimento de normas editoriais, apresenta como atribuições: a emissão de pareceres sobre matérias submetidas a sua apreciação e o controle de qualidade de material a ser editado pelo IFPI. Compete ainda ao Conselho Editoria fomentar a pesquisa e a produção científica, literária e cultural, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e fortalecimento da difusão científico-cultural do Piauí.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) foi constituído pela Resolução Nº 032/2010-CONSUP em 15 de setembro de 2010. O CGTI é um fórum de natureza consultiva e deliberativa, que estabelece políticas e diretrizes sobre os princípios de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Os objetivos compreendem em homologar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e deliberar no âmbito do IFPI sobre os princípios de Tecnologia da Informação, a arquitetura de TI, inclusive os requisitos de segurança, integração e padronização de dados, informações e sistemas, a Infraestrutura de TI, em especial a rede corporativa e seus serviços, os níveis de acesso, o compartilhamento das informações e os sistemas de suporte, as necessidades de aplicações corporativas, especificando e priorizando as soluções que serão adquiridas, contratadas ou desenvolvidas e os investimentos em TI na distribuição do orçamento, dos limites e prioridades dos projetos e ações.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicação foi constituído pela Portaria Interna Nº 242, de 13 de fevereiro de 2014. Ele define as diretrizes para a Segurança da Informação, visando preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações no âmbito do IFPI. Dentre as competências desse comitê têm-se assessorar na implementação das ações de segurança da informação e comunicações, constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação e comunicações, propor alteração na Política de Segurança da Informação e Comunicações e propor normas relativas à segurança da informação e comunicações.

Quanto aos órgãos executivos, no âmbito da administração central, o IFPI é dirigido pelo Reitor, que além do Gabinete e Assessorias, dispõe na Reitoria de uma estrutura de cinco Pró-Reitorias (Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional) e duas Diretorias Sistêmicas (Gestão de pessoas e Gestão de Tecnologia da Informação), às quais estão subordinadas diretorias e/ou coordenações e que se encarregam da supervisão, coordenação e articulação nas áreas sob a sua responsabilidade.

A Reitoria conta ainda com um órgão de consultoria jurídica (Procuradoria Federal) e vários órgãos de assessoramento, a saber: Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) e Comissão de Ética, cujas composições e competências estão previstas no Regimento Geral do IFPI e nos respectivos Regimentos Internos. É importante salientar que esses órgãos atuam de maneira independente em relação à gestão, contribuindo para obter o diagnóstico da realidade institucional e, por conseguinte, para a solução dos problemas identificados, exercendo, pois, uma forma de controle e fiscalização.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A mesma estrutura executiva existente na administração central é encontrada na organização de cada Campus, observados os níveis de descentralização, os graus de hierarquização e a articulação funcional dos órgãos em relação à administração central. Em termos de execução, cada Campus é dirigido por um Diretor-Geral, que além do Gabinete, dispõe de uma estrutura de Diretorias e Coordenações, às quais estão subordinadas diretamente ao Diretor-Geral, mas que se relacionam funcionalmente com as respectivas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.

A Auditoria Interna Geral, que atua como órgão de controle da gestão do IFPI. Conforme prevê o Art. 23 do Regimento Geral, a Auditoria Geral é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Unidade de Auditoria Interna da Reitoria está vinculada administrativamente ao Conselho Superior, tendo como objetivo exercer orientação, acompanhamento, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFPI, devendo atuar de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Além disso, deve propor as ações corretivas necessárias, buscando sempre agregar valor à gestão e racionalizar as ações de controle. Deve, também, prestar assessoramento à alta administração da entidade, tendo, as seguintes competências:

- a) realizar auditorias internas periódicas no IFPI;
- b) analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;
- c) avaliar a eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos públicos;
- d) dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público;
- e) assessorar a gestão nas ações de controle;
- f) apoiar, dentro de suas especificidades, no âmbito do IFPI, os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU);
- g) verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração;
- h) elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (RAINT);
- i) manter registro atualizado da tramitação e dos resultados dos processos auditados;
- j) desenvolver outras atribuições afins.

Os trabalhos da Auditoria Interna do IFPI são efetivados de acordo com as ações do Plano Anual de Auditoria Interna, elaborado pela Auditoria Interna e com as necessidades e solicitações que surgem no decorrer do ano.

3.2 Atuação unidade de auditoria interna

Neste subitem serão abordados dados específicos da atuação da unidade de AUDIN, nesta UPC:

- a) Indicação do Estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

Os documentos que norteiam a atuação da AUDIN no IFPI estão estabelecidos no art. 28 da Resolução nº 01/2009 – CONSUP (Estatuto do IFPI) http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/237/estatuto_dou.pdf, no art. 23 da Resolução nº 020/2011 – CONSUP (Regimento Geral do

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

IFPI) http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/55/regimento_completo.pdf e na Resolução nº 058/2014 – CONSUP (Estrutura Organizacional para o IFPI).

A Unidade de Auditoria Interna, a AUDIN, é o órgão de assessoramento da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme assevera o art.15 do Decreto nº 3.591/2000. Considerando que a Auditoria Interna tem como função básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito do IFPI, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A IN/SFC-MF nº 01, de 06 de abril de 2001, disciplina no capítulo X, as atividades específicas quando trata sobre as Unidades de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta, define Auditoria Interna como um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada. Dentre suas atribuições cabe à AUDIN elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna PAINT do exercício seguinte, bem como, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015.

A Auditoria Interna insere-se no contexto de expansão e consolidação da Instituição. A atuação da Auditoria Interna, nos moldes de hoje, é relativamente recente, tendo em vista que a AUDIN ocupava-se anteriormente de outras atividades alheias a sua natureza, tais como correição (abertura de PAD's), emissão de pareceres em processos (assessoramento jurídico), etc.

Na atual gestão, foram feitos os devidos ajustes na estrutura da AUDIN, separando as funções de correição, ouvidoria e assessoramento jurídico, do modo como orientado pela CGU e TCU, o que fortaleceu a Unidade, dada a especialização das funções que passaram a ser exclusivamente de auditoria.

Em vista de sua atuação recente como órgão de auditoria interna propriamente dito, dentre outras dificuldades, a Auditoria Interna do IFPI ainda não possui normas definidas internamente que regulem a sua atuação, consolidadas em manuais ou normas esparsas. Neste sentido, todavia, foi encaminhado ao gabinete da Reitoria, solicitação de atualização das informações da AUDIN no Regimento Interno da Instituição, com a inclusão de suas competências e prerrogativas.

- b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

Os auditores internos do IFPI são independentes das atividades que auditam, vez que podem exercer suas funções livre e objetivamente fazer julgamentos neutros e imparciais. A condição de independência técnica da Unidade de Auditoria Interna sofreu expressivo reforço com a alteração de sua vinculação e posicionamento dentro da Instituição. A AUDIN passou a ser vinculada diretamente ao seu Conselho Superior do IFPI, conforme disposto na Resolução nº 058/2014, do CONSUP, que aprova a Estrutura Organizacional para o IFPI, de 23 de outubro de 2014.

A independência técnica de atuação também é assegurada pela liberdade quanto à fixação anual do escopo dos trabalhos de auditoria, ainda que a AUDIN esteja sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. É garantido aos auditores internos do IFPI, o livre acesso às dependências da Instituição.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A Auditoria Interna evita participar diretamente da gestão, desempenhando o papel que pertence ao gestor. Neste sentido, abstém-se de elaborar procedimentos pertencentes aos auditados, cuidando, no entanto, para que os controles administrativos existam.

Importa enfim dizer, que os auditores interno do IFPI buscam sempre apoiar-se em documentos e evidências que permitam convicção sobre a realidade ou a veracidade dos fatos ou situações examinadas.

- c) Estratégias de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

O IFPI possui uma chefe de auditoria e três auditores, todos lotados na Reitoria da Instituição. A atuação da Auditoria Interna se dá de forma centralizada, na sede da Reitoria em Teresina, não existindo em sua estrutura unidades ou subunidades descentralizadas.

- d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da UPC

A Auditoria Interna do IFPI é composta pela chefia, indicada pelo Magnífico Reitor e demais auditores de carreira. A atuação se dá de forma centralizada, na sede da Reitoria em Teresina, não existindo em sua estrutura unidades ou subunidades descentralizadas. O IFPI possui uma chefe de auditoria e três auditores, todos, como sobredito, lotados na Reitoria da Instituição.

A Auditoria Interna Geral (AUDIN) está diretamente ligada ao seu Conselho Superior, consoante o organograma da Instituição aprovado pelo Colégio Superior, por intermédio da Resolução nº 058/2014, de 23.10.2014.

- e) Informações sobre com se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

Após a realização das atividades de auditoria, os auditores emitem relatórios ao Reitor, Pró-Reitores ou Diretores Gerais, conforme o caso, a fim de cientificá-los das principais constatações e recomendações emitidas. Estes relatórios são encaminhados por meio de memorandos aos responsáveis pelos setores auditados.

No que se refere aos riscos, a Instituição, observando-se um comparativo entre a quantidade de recomendações feitas e implementadas no exercício, tem incorrido, de forma geral, nos riscos de não implementar as recomendações emitidas pela Auditoria Interna, existindo ainda forte resistência de alguns gestores em executá-las. É comum, inclusive, não haver resposta aos questionamentos realizados durante os trabalhos de auditoria ou atraso no envio de documentos e esclarecimentos solicitados pela equipe.

- f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

Conforme referido, ao término dos trabalhos de cada auditoria são encaminhados os relatórios com os resultados dos exames para que os gestores adotem as providências necessárias à regularização das impropriedades encontradas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Após o fim dos trabalhos, a Auditoria Interna permanece à disposição dos gestores para esclarecimento de dúvidas ou proposições sempre que necessário. Ademais, os profissionais da AUDIN são convocados, de acordo com cada caso, a participar de reuniões juntamente com os membros da administração superior a fim de tratar de temáticas relativas às fragilidades da Instituição, suscitadas, inclusive, em decorrência de relatórios de auditoria.

- g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento da estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

No ano de 2016, não houve alterações na estrutura organizacional da Auditoria Interna.

3.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec

No exercício de 2016, não foi realizada auditoria para acompanhar a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no âmbito do Instituto Federal do Piauí-IFPI. Há, no entanto, previsão expressa no PAINT/2017 de ação de auditoria neste sentido.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Esta UPC possui em sua estrutura organizacional a unidade de Controladoria Interna, composta pelos seguintes órgãos: Corregedoria Geral, Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), nos termos da Resolução do Conselho Superior nº 58, de 23 de outubro de 2014.

Os processos instaurados na Instituição, nas modalidades de sindicância e processos disciplinares, são executados por comissões designadas para cada finalidade específica. No ano de 2016 foram tramitados 32 processos instaurados, conforme Quadro a seguir.

Quadro 25 – TIPO DE PROCEDIMENTO

Descrição do procedimento	Contagem de Procedimento
Juízo de Admissibilidade	2
PAD Ordinário	12
Pendente (aguardando respostas)	2
Sindicância Acusatória	3
Sindicância Contraditória	1
Sindicância Investigativa	10
Sindicância Punitiva	2
Total Geral	32

Fonte: CONTROLADORIA, 2016.

Quanto ao fluxo dos trabalhos, o mesmo se processa da seguinte forma:

- A Representação e/ou denúncia é dirigida à autoridade instauradora desta instituição, Magnífico Reitor, que remete para Controladoria/Corregedoria para análise e manifestação;
- Ato contínuo, a Corregedoria análise a plausibilidade para, só então, emitir um parecer no sentido de instaurar ou não medidas correcionais;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- c) No entendimento pela instauração, cabe ao Magnífico Reitor instaurar o processo administrativo, encaminhando à corregedoria para entrar em contato com os membros da comissão a fim de instalar o processo e dar-lhe seguimento;
- d) Concluso, o processo pela comissão, remete-se os autos ao Reitor para fase final, que é o julgamento.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Segundo a Controladoria do IFPI foram realizadas visitas técnicas em 09 (nove) campi, com vista a testar o controle interno nas seguintes áreas: administração e ensino. O fruto dessas visitas foram orientações relativas a penalidades nos contratos administrativos (procedimentos) e a cumprimento dos dias letivos, frequência dos servidores, orientação quanto ao desconto de faltas, reposição das aulas, frequência dos docentes no atendimento extraclasse.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Nesta Seção a UPC apresenta dados relacionados a áreas especiais de gestão e demais itens, relacionada gestão de pessoas, gestão de patrimônio e da infraestrutura, gestão da tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade.

4.1 Gestão de pessoas

Este item destaca informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UPC, que será subdividido em cinco subitens, conforme descrição a seguir.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho do Instituto Federal do Piauí é composta de servidores efetivos da carreira de Técnico-Administrativos em Educação e de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Há Professores Substitutos contratados para suprir eventuais necessidades do serviço em virtude de afastamento de professores efetivos, conforme descrição no Quadro 26.

Quadro 26– FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	07	2054	194	75
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	07	2054	194	75
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		2050	194	75
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	0	0
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	148	148	127	73
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4.Total de Servidores (1+2+3)	155	2202	321	148

Fonte: DIGEP, 2016.

A distribuição da força de trabalho é feita de acordo com a Portaria MEC nº 246, de 15/04/2016 (DOU de 11/05/2016), que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Quanto aos servidores temporários, eles são contratados conforme o que determina Lei nº 8.745, de 09/12/1993 (DOU de 10/12/1993) e art. 14, inciso IV do Decreto nº 7.485, de 18/05/2011 (DOU de 19/05/2011). A distribuição da lotação efetiva do IFPI está descrita no Quadro 27

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 27– DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1150	904
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1146	904
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	14	134
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	1164	1038

Fonte: DIGEP, /2016.

O estudo quanto à distribuição de pessoal é feito de acordo com as vagas existentes e a necessidade de cada Campus.

O detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFPI, segue a descrição do Quadro 28.

Quadro 28– DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	108	107	19	18
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	106	105	19	18
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	451	398	75	119
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	451	398	75	119
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	559	505	94	137

Fonte: DIGEP, /2016.

A qualificação da força de trabalho no ano de 2016 foi feita de forma descentralizada entre os *Campi*. Cada *Campus* verificava a necessidade de qualificação dos servidores e faziam a proposta de qualificação seja externamente ou internamente, sob a coordenação da Diretoria de Gestão de Pessoas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Os cursos propostos foram analisados de acordo com os interesses institucionais e ambiente organizacional em que o servidor estava localizado, levando em conta o fator motivacional para o servidor.

Em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação foram incentivados e facilitados cursos de especialização, mestrado e doutorado.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

As despesas com pessoal são direcionadas e controladas de acordo com a disponibilidade orçamentária deste IFPI, observados o limite do Banco de Professor Equivalente e Quadro de Referência dos Técnico-Administrativos em Educação.

A descrição das despesas de pessoal no exercício 2016 está descritas no Quadro 29.

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Quanto às ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) informa que, quando os servidores ingressam no IFPI, são exigidas declaração e comprovação quanto à acumulação ou não de emprego ou função pública.

Periodicamente é feito pela CGU cruzamento de dados da RAIS entre órgãos diversos e este IFPI. Se constatado acumulação os servidores são notificados e convocados a apresentarem comprovação de não acumulação e/ou justificativa. Sendo comprovadas irregularidades, estas são encaminhadas para a Controladoria deste IFPI para análise e posterior abertura de Processo Administrativo Disciplinar, se necessário.

Quanto aos riscos identificados na gestão de pessoas, tem-se a estrutura multicampi como uma dificuldade de controle dos servidores, mas se tem superado essa dificuldade com a implantação da Coordenação de Gestão de Pessoas em cada *Campus*.

Outros riscos identificados na Gestão de Pessoas foram relacionados com a relação entre a admissão de servidores e a restrição financeira dos Órgãos Federais. Porém, o Concurso Público que estava vigente e o número de vagas existentes trouxe tranquilidade quanto à reposição de servidores, contudo houve restrição financeira decorrente do contingenciamento econômico-financeiro, fato que influenciou na contratação e na oferta de treinamento/desenvolvimento, bem como a ampliação de programas vinculados à área de Saúde e Qualidade de Vida.

Quanto aos impactos para organização, a permanência da impossibilidade de reposição imediata de pessoas no futuro pode acarretar dificuldades para atender as demandas; já o permanente contingenciamento econômico-financeiro na oferta de treinamento/desenvolvimento deve ser monitorado de forma a não impedir a execução do Plano de Capacitação de 2017, pois o foco e a priorização das ações de desenvolvimento se deram para atender predominantemente as ações relacionadas à área finalística deste IFPI.

Quanto aos indicadores gerenciais usados para tomadas de decisões são extraídos do extrator de dados e do DW (Datawarehouse), que são mecanismos de extração de dados do SIAPE, bem como o desempenho de cada *Campus* em nível de funcionamento do ensino.

Quanto à análise crítica, a quantidade de servidores tem sido suficiente para o bom funcionamento deste Instituto Federal do Piauí, com exceção de alguns cargos da carreira dos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Técnico-Administrativos em Educação que possuem códigos de cargos específicos, ao contrário dos professores que é um único cargo. Assim não há técnico-administrativos em quantidade suficiente.

As aposentadorias não têm tido muito impacto no momento da saída dos servidores, pois imediatamente são substituídos e devidamente treinados. Da mesma forma, para os servidores afastados, no caso de docentes que no exercício de 2016 totalizou 68 afastamentos, são contratados Professores Substitutos para suprir as necessidades. O mesmo acontece com novos servidores e servidores que pedem vacância/exoneração: todos são substituídos e devidamente treinados para que não haja impacto no fluxo normal das atividades.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 29 – DESPESAS COM PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016									
	2015									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2016	99.236.608,41	7.091.984,72	15.014.829,94	7.187.853,75	13.087.901,26	4.998.297,45		165.172,02	R\$ 146.782.647,55
	2015	88.735.484,30	5.261.718,36	12.414.767,47	7.414.829,49	8.737.619,28	3.185.984,94		213.102,98	R\$ 125.963.506,82
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2016									0,00
	2015									0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016									0,00
	2015									0,00
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2016	494.812,07	0,00	74.661,27	12.848,41	50.203,50	11.766,84	0,00	0,00	R\$ 644.292,09
	2015	458.134,10	0,00	65.348,23	32.968,10	32.451,00	9.488,51	0,00	4.795,31	R\$ 603.185,25
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2016	4.107.974,62	0,00	299.264,17	86.646,23	837.167,70	0,00	0,00	0,00	R\$ 5.331.052,72
	2015	3.062.303,92	0,00	202.525,43	82.711,05	426.648,08	0,00	0,00	0,00	R\$ 3.691.477,43

Fonte: DIGEP, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Neste subitem a UPC retrata as informações sobre a terceirização de mão de obra, referentes a contratos de prestação de serviços e sobre a locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão. O IFPI possui os seguintes objetos dos contratos:

- a) Agenciamento de estágio;
- b) Agente de portaria;
- c) Ascensorista;
- d) Condução de veículos;
- e) Copeiragem;
- f) Cozinha;
- g) Higiene;
- h) Limpeza;
- i) Manutenção predial;
- j) Recepcionista;
- k) Reprografia;
- l) Vigilância.

Os dados estão discriminados por Unidade Gestora (UG), nos quadros a seguir:

- a) Reitoria;
- b) Reitoria/Unidades sem UG, que ficam sob responsabilidade da Reitoria;
- c) Angical;
- d) Campo Maior;
- e) Cocal;
- f) Corrente;
- g) Floriano;
- h) Oeiras;
- i) Parnaíba;
- j) Paulistana;
- k) Pedro II;
- l) Picos;
- m) Piripiri;
- n) São João do Piauí;
- o) São Raimundo Nonato;
- p) Teresina Central;
- q) Teresina Zona Sul;
- r) Uruçuí;
- s) Valença do Piauí.

Informamos que não há terceirização de cargos em atividades inerentes às categorias funcionais do plano de cargos da UPC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 30– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – REITORIA						
UG/Gestão: 158146/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Agenciamento de estagiário	18.110.285/0001-89	22/09/2014	31/12/2016	Ensino Médio	E
2015	Serviço vigilância armada	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Ensino Médio	P
2015	Serviço de limpeza	13.230.124/0001-05	23/11/2015	22/11/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço copeiragem	07.488.933/0001-19	13/11/2015	12/11/2016	Ensino Fundamental Incompleto	E
2015	Serviço condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2017	Ensino Médio	P
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Serviço de copeiragem	10.427.965/0001-19	14/11/2016	14/11/2017	Ensino Fundamental Incompleto	A
2016	Serviço manutenção predial	09.019.150/0001-11	10/12/2016	10/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 31– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /UNID. SEM UG

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – REITORIA						
UG/Gestão: 158146/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço de Limpeza e Conservação– Dirceu	10.820.620/0001-20	23/09/2013	21/09/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2013	Serviço de Vigilância Armada– Dirceu	14.585.324/0001-43	23/09/2013	09/06/2016	Ensino Médio Completo	E
2016	Serviço de Limpeza e Conservação– Dirceu	04.365.758/0001-84	22/09/2016	21/03/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de Vigilância Armada– Dirceu	10.674.819/0001-98	10/06/2016	07/12/2016	Ensino Médio Completo	E
2016	Serviço de Vigilância Armada– Dirceu	10.674.819/0001-98	08/12/2016	08/12/2017	Ensino Médio Completo	A
2015	Vigilância armada– Pio IX	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Ensino Médio Completo	P
2015	Limpeza e conservação– Pio IX	13.230.124/0001-05	20/10/2015	19/10/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Limpeza e conservação– Pio IX	13.230.124/0001-05	20/10/2016	20/10/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2015	Serviço de Vigilância– José de Freitas	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviço de Limpeza– José de Freitas	13.230.124/0001-05	20/10/2015	19/10/2017	Ensino Fundamental Completo	P

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 32– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG ANGICAL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS ANGICAL						
UG/Gestão: 158358/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviço de Reprografia	07.507.989/0001-73	22/05/2012	21/05/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Serviço de Limpeza	23.434.608/0001-20	17/01/2014	16/01/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço de Vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviço de Manutenção Predial	04.118.319/0001-77	04/08/2010	02/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço de Condução de Veículos	11.895.759/0001-04	01/02/2016	29/01/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço de Cozinha	11.895.759/0001-04	04/01/2016	03/01/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviço de Limpeza	10.820.620/0001-20	22/01/2016	20/07/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Serviço de Limpeza	04.365.758/0001-84	25/07/2016	30/09/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Serviço de Limpeza	04.365.758/0001-84	03/10/2016	02/10/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de Manutenção Predial	09.019.150/0001-11	05/12/2016	05/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Nota explicativa: 03 contratos assinados no final do exercício de 2015, com início da vigência no ano de 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 33– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CAMPO MAIOR

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS CAMPO MAIOR						
UG/Gestão: 155207/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Serviço de Limpeza	07.441.614/0001-58	02/05/2014	01/05/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2014	Serviço de Vigilância	14.585.324/0001-43	02/05/2014	01/05/2016	Ensino Médio Completo	E
2015	Serviço de Cozinha	07.488.933/0001-19	17/11/2015	16/11/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço de Manutenção Predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço de Condução de Veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2017	Ensino Médio Completo	P
2016	Serviço de Cozinha	10.427.965/0001-19	11/11/2016	11/11/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de Manutenção Predial	09.019.150/0001-11	26/12/2016	26/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de Limpeza	11.895.759/0001-04	02/05/2016	01/11/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Serviço de Limpeza	13.230.124/0001-05	03/11/2016	03/11/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de Vigilância	21.088.004/0001-43	02/05/2016	01/11/2016	Ensino Médio Completo	E
2016	Serviço de Vigilância	10.674.819/0001-98	02/11/2016	02/11/2017	Ensino Médio Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 34– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG COCAL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI – CAMPUS COCAL						
UG/Gestão: 155214/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de cozinha	11.895.759/0001-04	17/11/2015	16/11/2016	Ensino Médio Completo	E
2015	Serviço de manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	Ensino Médio Completo	E
2015	Serviço de condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2017	Ensino Médio Completo	P
2016	Serviço de cozinha	11.895.759/0001-04	17/11/2016	17/11/2017	Ensino Médio Completo	A
2016	Serviço de limpeza	11.895.759/0001-04	29/04/2016	29/10/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Serviço de limpeza	13.230.124/0001-05	30/10/2016	30/10/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de vigilância	21.088.004/0001-43	02/05/2016	02/11/2016	Ensino Médio Completo	E
2016	Serviço de vigilância	10.674.819/0001-98	30/10/2016	30/10/2017	Ensino Médio Completo	A
2016	Serviço de manutenção predial	10.806.496/0018-97	09/12/2016	09/12/2017	Ensino Médio Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 35– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CORRENTE

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS CORRENTE						
UG/Gestão: 158362/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Serviço de Condução de Veículos	06.234.467/0001-82	15/09/2010	31/01/2016	Ensino Médio Completo	E
2015	Serviço de Vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviço de Limpeza	13.230.124/0001-05	04/01/2015	03/01/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço de Cozinha	07.488.933/0001-19	04/01/2016	03/01/2017	Ensino Fundamental Incompleto	A
2015	Serviço de Condução de Veículos	09.019.150/0001-11	01/02/2016	31/01/2018	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviço de Manutenção Predial	04.118.319/0001-77	04/01/2016	03/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Serviço de Cozinha	10.427.965/0001-19	04/01/2017	04/01/2018	Ensino Fundamental Incompleto	A
2016	Serviço de Manutenção Predial	09.019.150/0001-77	05/12/2016	05/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Nota explicativa: 03 contratos assinados no final do exercício de 2015, com início da vigência em 2016 e 01 contrato assinado em 2016, com vigência a partir de 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 36– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG FLORIANO

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS FLORIANO						
UG/Gestão: 158355/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço de Cozinha	13.362.720/0001-49	30/05/2013	01/05/2017	Ensino Médio	P
2015	Serviço de Limpeza	13.230.124/0001-05	21/12/2015	21/12/2017	Ensino Fundamental	P
2015	Serviço de Reprografia	07.226.160/0001-00	23/11/2015	20/05/2016	Ensino Médio	E
2015	Serviço de Vigilância	14.151.949/0001-05	18/11/2015	17/11/2017	Ensino Médio	P
2015	Serviço de Manutenção Predial	04.118.319/0001-77	04/01/2016	03/01/2017	Ensino Fundamental	E
2015	Serviço de Condução de Veículos	03.909.976/0001-70	01/02/2016	16/05/2016	Ensino Médio	E
2016	Serviço de Reprografia	15.604.736/0001-46	07/07/2016	02/01/2017	Ensino Médio	E
2016	Serviço de Condução de Veículos	25.015.385/0001-91	18/07/2016	14/01/2017	Ensino Médio	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Nota explicativa: 02 contratos assinados no final do exercício de 2015, com início da vigência em 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 37– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG OEIRAS

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS OEIRAS						
UG/Gestão: 154701/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de Condução de Veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2017	Ensino Fundamental	P
2016	Serviço de Vigilância Ostensiva	08.644.690/0001-23	04/03/2016	03/03/2017	Ensino Fundamental	A
2016	Serviço de Copa Cozinha	09.019.150/0001-11	15/09/2016	14/09/2017	Ensino Fundamental	A
2016	Serviço de Limpeza e Conservação	11.895.759/0001-04	26/09/2016	25/03/2017	Ensino Fundamental	A
2016	Serviço Manutenção Predial	09.019.150/0001-11	10/12/2016	09/12/2017	Ensino Fundamental	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 38– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PARNAÍBA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PARNAÍBA						
UG/Gestão: 158357/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviço de Vigilância	10.674.819/0001-98	07/07/2012	06/07/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Serviço de Limpeza	12.193.181/0001-07	14/03/2014	13/03/2017	Ensino Fundamental Incompleto	P
2014	Serviço de Cozinha	07.194.788/0001-63	21/01/2014	20/01/2018	Ensino Fundamental Incompleto	P
2014	Serviço de Condução de Veículos	09.019.150/0001-11	21/01/2014	20/01/2018	Ensino Fundamental Incompleto	P
2015	Serviço de Manutenção Predial (Eletricista e Auxiliar de Serviços Gerais)	15.150.504/0001-65	01/08/2015	31/07/2017	Ensino Fundamental Completo/Médio Completo	P
2015	Serviço de Manutenção Predial (Bombeiro Hidráulico, Pedreiro e Pintor)	15.729.834/0001-00	01/08/2015	31/07/2016	Ensino Fundamental Completo/Médio Completo	E
2015	Serviço de Reprografia	05.391.161/0001-77	16/09/2015	14/03/2016	Ensino Médio Completo	E
2016	Serviço de Manutenção Predial (Bombeiro Hidráulico, Pedreiro e Pintor)	07.194.788/0001-63	21/03/2016	17/09/2016	Ensino Fundamental Completo/Médio Completo	E
2016	Serviço de Operador de Máquina Fotocopiadora	15.150.504/0001-65	02/05/2016	29/10/2016	Ensino Médio Completo	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda: Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 39– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PAULISTANA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PAULISTANA						
UG/Gestão: 158359/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	Ensino Médio Completo	A
2015	Serviço de condução de veículos	11.895.759/0001-04	01/02/2016	31/01/2017	Ensino Médio Completo	A
2015	Serviço de manutenção predial	04.118.319/0001-77	04/01/2016	03/01/2017	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço de cozinha	03.909.976/0001-70	04/01/2016	03/01/2017	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Serviço de limpeza	09.172.237/0001-24	05/02/2016	04/02/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de manutenção predial	09.019.150/0001-11	17/11/2016	16/11/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de cozinha	10.427.965/0001-19	24/11/2016	23/11/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de cozinha	13.362.720/0001-49	07/06/2016	02/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Nota explicativa: 03 contratos assinados no final do exercício de 2015, com início da vigência em 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 40– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PEDRO II

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PEDRO II						
UG/Gestão: 154705/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço de limpeza	10.820.620/0001-20	23/09/2013	22/09/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço cozinha	07.488.933/0001-19	17/11/2015	16/11/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço de vigilância armada	08.644.690/0001-23	09/09/2015	04/03/2016	Ensino Médio Completo	E
2016	Serviço cozinha	10.427.965/0001-19	17/11/2016	17/11/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2016	30/11/2017	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviço de vigilância armada	10.674.819/0001-98	04/03/2016	03/03/2017	Ensino Médio Completo	A
2016	Serviço de limpeza	12.193.181/0001-07	14/09/2016	13/03/2017	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 41– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PICOS

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PICOS						
UG/Gestão: 158356/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Reprografia	07.507.989/0001-73	18/10/2012	17/10/2016	Ensino Médio	P
2015	Vigilância armada	08.644.690/0001-23	07/10/2015	06/10/2016	Ensino Médio	P
2015	Serviço de limpeza e conservação	10.820.620/0001-20	07/10/2015	06/10/2016	Ensino Fundamental	E
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	Ensino Fundamental	E
2015	Serviço condução veículos	13.362.720/0001-49	21/10/2015	18/01/2016	Ensino Fundamental	E
2015	Serviço de cozinha	10.820.620/0001-20	20/10/2015	03/01/2016	Ensino Fundamental	E
2015	Serviço de cozinha	03.909.976/0001-70	04/01/2016	08/01/2017	Ensino Fundamental	A
2015	Serviço condução veículos	11.897.759/0001-04	19/01/2015	18/01/2017	Ensino Fundamental	P
2016	Serviço de limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	07/10/2016	05/04/2017	Ensino Fundamental	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Nota explicativa: 02 contratos assinados no final do exercício de 2015, com início da vigência em 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 42– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PIRIPIRI

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PIRIPIRI						
UG/Gestão: 158360/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Manutenção predial	06.234.467/0001-82	03/08/2010	03/02/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2010	Condução veículos	06.855.175/0001-67	15/09/2010	15/03/2016	Ensino Médio Completo	E
2013	Serviço reprografia	07.507.989/0001-73	01/08/2013	31/07/2017	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviço de vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Ensino Médio Completo	P
2015	Limpeza e conservação	10.820.620/0001-20	04/01/2016	30/11/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Manutenção predial	04.118.319/0001-77	04/01/2016	30/11/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Condução veículos	11.895.759/0001-04	01/02/2016	31/01/2017	Ensino Médio Completo	A
2016	Serviço cozinha	11.895.759/0001-04	04/01/2016	03/01/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	04/12/2016	04/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	04/12/2016	04/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Nota explicativa: 02 contratos assinados no final do exercício de 2015, com início da vigência em 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 43– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ						
UG/Gestão: 154704/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço condução veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	30/11/2017	Ensino Médio Completo	A
2015	Serviço de vigilância armada	08.644.690/0001-23	09/09/2015	04/03/2016	Ensino Médio Completo	E
2015	Serviços de cozinheiro e auxiliar de cozinha	07.488.933/0001-19	04/01/2016	03/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço de manutenção predial	04.118.319/0001-77	04/01/2016	03/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Serviço de limpeza e conservação	07.767.949/0001-60	23/09/2016	22/09/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de vigilância armada	08.644.690/0001-23	04/03/2016	03/03/2017	Ensino Médio Completo	A
2016	Serviços de cozinheiro e auxiliar de cozinha	10.427.965/0001-19	04/12/2016	04/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de manutenção predial	09.019.150/0001-11	04/12/2016	04/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Nota explicativa: 02 contratos assinados no final do exercício de 2015, com início da vigência em 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 44– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO RAIMUNDO NONATO

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO						
UG/Gestão: 158361/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de vigilância	14.151.949/0001-05	23/10/2015	22/10/2017	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviço de limpeza e conservação	12.193.181/0001-07	04/01/2016	03/01/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço de cozinha	11.895.759/0001-04	04/01/2016	03/01/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	04/01/2016	03/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Serviço manutenção predial	09.019.150/0001-11	05/12/2016	04/12/2017	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Nota explicativa: 03 contratos assinados no final do exercício de 2015, com início da vigência em 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 45– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA-CENTRAL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA CENTRAL						
UG/Gestão: 158353/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Serviço de Vigilância	10.674.819/0001-98	01/07/2011	30/06/2016	Ensino médio	E
2014	Serviço de Manutenção Predial	06.234.467/0001-82	17/06/2014	16/06/2017	Ensino médio	P
2015	Serviço de Limpeza	11.794.559/0001-57	30/07/2015	29/11/2016	Ensino Fundamental	E
2015	Serviço de Ascensorista	05.365.957/0001-55	01/12/2015	30/11/2017	Ensino Médio	P
2015	Serviço de Recepcionista	10.820.620/0001-20	01/12/2015	30/11/2016	Ensino Médio	E
2015	Serviço de Agente de Portaria	11.794.559/0001-57	01/12/2015	30/11/2016	Ensino Fundamental	E
2015	Serviço de condução de Veículos	08.611.082/0001-12	01/12/2015	30/11/2016	Ensino Médio	E
2015	Serviço de Cozinha	10.013.974/0001-63	09/10/2015	08/04/2016	Ensino Fundamental	E
2016	Serviço de Limpeza	19.152.814/0001-70	30/11/2016	29/11/2017	Ensino Fundamental	A
2016	Serviço de Vigilância	12.062.071/0001-06	30/06/2016	29/06/2017	Ensino Médio	A
2016	Serviço de Copeiragem	08.573.956/0001-94	20/05/2016	19/05/2017	Ensino Fundamental	A
2016	Serviço de Cozinha	05.365.957/0001-55	20/05/2016	19/05/2017	Ensino Fundamental	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 46– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA ZONA SUL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA ZONA SUL						
UG/Gestão: 158354/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço de Vigilância	05.522.602/0001-22	10/12/2013	09/12/2017	Ensino Médio	P
2013	Serviço de Limpeza	12.193.181/0001-07	22/11/2013	21/11/2017	Ensino Fundamental	P
2014	Serviço de Reprografia	08.353.461/0001-50	04/08/2014	03/08/2017	Ensino Médio	P
2014	Serviço de Cozinha	06.234.467/0001-82	25/09/2014	24/09/2017	Ensino Fundamental	P
2015	Serviço de Manutenção Predial	10.013.974/0001-63	02/02/2015	01/02/2018	Ensino Fundamental	P
2015	Serviço de Condução de veículos	13.362.720/0001-49	16/03/2015	15/03/2018	Ensino Médio	P

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 47– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG URUÇUI

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS URUÇUI						
UG/Gestão: 158363/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Serviço de Vigilância	05.522.602/0001-22	08/04/2010	07/04/2016	Ensino Médio	E
2015	Serviço de Vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Ensino Médio	P
2015	Serviço de Limpeza	13.230.124/0001-05	20/10/2015	19/10/2017	Ensino Fundamental	P
2015	Serviço Condução Veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2017	Ensino Médio	P
2015	Serviço de Cozinha	12.193.181/0001-07	03/11/2015	01/05/2016	Ensino Fundamental	E
2015	Serviço Manutenção Predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	Ensino Fundamental	E
2016	Serviço Manutenção Predial	09.019.150/0001-11	10/12/2016	09/12/2017	Ensino Fundamental	A
2016	Serviço de Cozinha	09.019.150/0001-11	11/10/2016	10/10/2017	Ensino Fundamental	A
2016	Serviço de Cozinha	11.399.787/0001-22	02/05/2016	01/10/2016	Ensino Fundamental	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 48 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG VALENÇA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS VALENÇA						
UG/Gestão: 155199/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Serviço de limpeza	07.441.614/0001-58	02/05/2014	01/05/2016	Ensino Fundamental Incompleto	P
2015	Serviço de vigilância armada	05.522.602/0001-22	16/09/2015	15/09/2017	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviço condução veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2017	Ensino Médio Completo	P
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2015	Serviço de cozinha	03.909.976/0001-70	04/01/2016	16/06/2016	Ensino Fundamental Incompleto	E
2016	Serviço de limpeza	04.365.758/0001-84	02/05/2016	25/10/2016	Ensino Fundamental Incompleto	E
2016	Serviço de limpeza	06.234.467/0001-82	07/11/2016	07/11/2017	Ensino Fundamental Incompleto	A
2016	Serviço de manutenção predial	09.019.150/0001-11	11/11/2016	11/11/2017	Ensino Fundamental Completo	A
2016	Serviço de cozinha	13.362.720/0001-49	17/06/2016	14/12/2016	Ensino Fundamental Incompleto	E
2016	Serviço de cozinha	10.427.965/0001-19	15/12/2016	15/12/2017	Ensino Fundamental Incompleto	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2016.

Nota explicativa: 01 contrato assinado no final do exercício de 2015, com início da vigência em 2016.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quanto à contratação de estagiários, a UPC no ano de 2016 manteve o Contrato N.º 022/2014, com uma Agência de Integração, Instituto Universal de Desenvolvimento Social (IUDS), respeitando o que consta o Artigo 5.º, da Lei N.º 11.788/2008. Entretanto o contrato foi rescindido no dia 31 de dezembro de 2016.

No decorrer do ano de 2016 (janeiro a dezembro), houve, por parte da supracitada Agência e do próprio Instituto Federal do Piauí (IFPI), prospecções e consequentes cadastros de alunos candidatos às vagas para estágio no IFPI.

Concomitante a esta etapa, o IFPI, baseado nas Orientações Normativas N.º 07/2008 e N.º 04/2014, que estabelecem orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e baseado nos dados disponibilizados pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), o quantitativo de vagas, inicial, respeitada a primeira Orientação Normativa, constante nos autos do Contrato supracitado, foi totalizado em 361, contando vagas para estagiários de nível médio, de nível superior, e vagas destinadas aos portadores de necessidades específicas (10%).

A distribuição no quantitativo de vagas para o ano de 2016 continuou a mesma do ano de 2015. Entretanto, por contas das inúmeras seleções e decorrentes rescisões, o quantitativo nunca chegou ao seu número limite.

Quadro 49– QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS A SEREM CONTRATADOS (TOTAL: 361)

Campus	Estagiários de nível superior	Estagiários de nível médio	PNEs (10% do total)		Total de estagiários
			ENS	ENM	
REITORIA	17	11	04	---	32
ANGICAL	12	04	02	---	18
CORRENTE	11	04	01	01	17
FLORIANO	19	06	03	00	28
PARNAÍBA	14	05	02	01	22
PAULISTANA	11	05	02	---	18
PICOS	16	05	02	01	24
PIRIPIRI	12	04	00	02	18
SÃO RAIMUNDO NONATO	11	04	02	---	17
TERESINA CENTRAL	68	19	10	---	97
TERESINA ZONA SUL	23	07	04	---	34
URUCUI	12	05	01	01	19
PEDRO II	03	02	01	---	06
OEIRAS	02	02	00	01	05
SÃO JOÃO DO PIAUÍ	03	02	01	00	06
TOTAL	234	85	35	07	361
			42		

Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX, 2016.

A política de contratação de estagiários se baseia nas cláusulas contratuais e nos acordos de cooperações firmados entre o IFPI e a Agência contratada, e nos acordos desta com as demais Instituições de Ensino.

Todos os setores solicitantes foram comunicados da obrigação de atenderem os ditames de Lei supracitada, informes e preceitos das atuais Orientações Normativas N.º 04/2014 e N.º 02/2016,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

como:

- Correlação da área de formação do estagiário com as atividades inerentes do setor;
- Verificação na Instituição de Ensino de origem do estagiário se há algum impedimento legal, regimental ou administrativo;
- Verificação das formações dos supervisores de estágio, obedecendo ao Art. 9.º, inciso III, da Lei supracitada.

Além disso, a Orientação Normativa N.º 02/2016 teve como principal alteração a redução de 30% do valor da bolsa estágio destinadas aos estagiários com carga horária de 20 horas. Periodicamente continuou sendo realizada uma verificação amostral, com vistas a sanar irregularidades. No quadro a seguir consta as despesas com as contratações no ano de 2016.

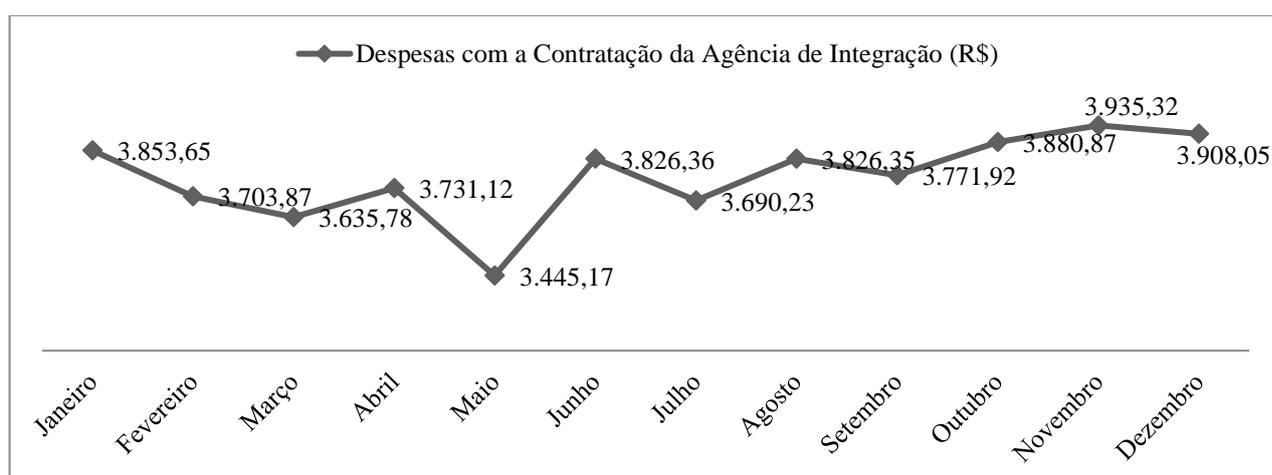
Quadro 50– DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DA AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO NO ANO DE 2016

Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016	Mai/2016	Junho/2016
R\$ 3.853,65	R\$ 3.703,87	R\$ 3.635,78	R\$ 3.731,12	R\$ 3.445,17	R\$ 3.826,36
Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016	Novembro/2016	Dezembro/2016
R\$ 3.690,23	R\$ 3.826,35	R\$ 3.771,92	R\$ 3.880,87	R\$ 3.935,32	R\$ 3.908,05
TOTAL					R\$ 45.208,69
*Valor do seguro, da camiseta e crachás agregados. Valores das taxas de administração: para cada estagiário de nível superior: R\$ 13,62; e para cada estagiário de nível médio: R\$ 13,61.					

Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX, 2016.

A evolução das despesas em 2016 é retratada na Figura a seguir. Vale ressaltar que no decorrer do ano, ocorreu várias movimentação de rescisões e consequentes substituições, por meio novas seleções.

Figura 2– EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM A AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EM 2016



Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX, 2016.

A evolução do quantitativo de estagiários está descrita no Quadro a seguir e a evolução por nível de escolaridade na Figura a seguir.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

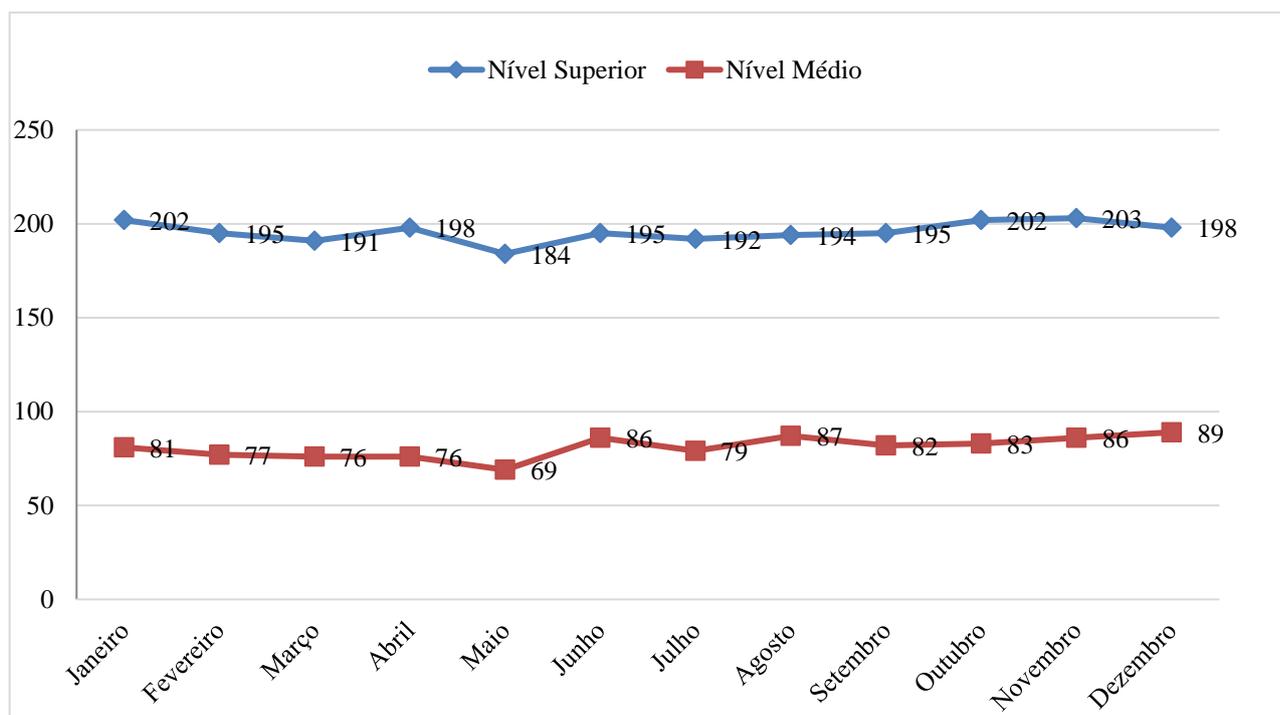
Quadro 51 – EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIO (ANO: 2016)

Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho	
ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM
202	81	195	77	191	76	198	76	184	69	195	86
283		272		267		274		253		281	
Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM
192	79	194	87	195	82	202	83	203	86	198	89
271		281		277		285		289		287	

*Legenda: ENS – Estagiários de Nível Superior; ENM – Estagiários de Nível Médio.

Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX, 2016.

Figura 3 – EVOLUÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO ANO DE 2016



Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.1.5 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A UPC participou do Edital CONIF/AI nº 01/2015 – CHAMADA PÚBLICA PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE PESQUISADORES FRANCESES, cujo objetivo foi identificar as instituições da rede federal interessadas e aptas a receber pesquisadores franceses em seus *campi*, mediante apresentação de proposta de plano de trabalho, corroborada pelo objetivo do CONIF de fomentar a integração, o fortalecimento e a consolidação do processo de internacionalização das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica.

O resultado final da chamada pública para adesão ao Programa de Pesquisadores Franceses CONIF/AI Nº 01/2015, foi divulgado em 21 de dezembro de 2015, tendo como aprovado o pesquisador Jeremy Paul Morisso, com pagamento de bolsa/auxílio, rubrica 339018-01, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com vigência para o período de 01/09/2016 a 31/05/2017.

Os pesquisadores aprovados são estudantes de pós-graduação em letras, em Universidades Francesas, e foram selecionados pela Embaixada da França para desenvolver pesquisas conjuntas, formação de professores, intercâmbio de experiências pedagógicas, comparações metodológicas e intercâmbios de boas práticas em Instituições da Rede Federal. O valor da bolsa/auxílio financeiro é destinado a custear as despesas de moradia, transporte e alimentação. Por não dispor de alojamento, na cidade de Teresina, o IFPI assumiu o compromisso de pagar à pesquisadora 9 (nove) bolsas na moeda nacional, ou seja, real, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme estipulado no edital.

Com relação a efeitos da variação cambial no fluxo financeiro da instituição anfitriã, convém ressaltar que as bolsas estão sendo pagas em Reais, portanto, tais efeitos podem ser considerados inexistentes.

O IFPI designou a servidora que coordena o programa no IFPI para receber e acompanhar o pesquisador nos órgãos oficiais para regularização da documentação e abertura de conta.

Esta iniciativa de estabelecer uma parceria entre o IFPI e a Embaixada da França fundamenta-se em alguns fatores, como:

- a) a importância da referida parceria para o intercâmbio de conhecimentos e experiências na área da Educação;
- b) o êxito de ações anteriores implementadas entre instituições da Rede Federal e liceus franceses na construção de uma rede franco-brasileira de educação profissional;
- c) a avaliação positiva das edições anteriores do programa de estagiários da Embaixada da França;
- d) a relevância do fomento e incentivo de ações de cooperação que fortaleçam o ensino de idiomas e o intercâmbio cultural entre diferentes comunidades.

O IFPI busca promover a fluência na língua francesa aos docentes, discentes e técnico-administrativos, habilitando-os para exames de certificação internacional no idioma e a participação de programas internacionais de mobilidade acadêmica, bem como a qualificação para o mercado de trabalho.

Como o programa está em vigência até maio/2017, a avaliação parcial do programa nos quatro meses de execução (setembro a dezembro/2016), realizada pela Diretoria de Relações Internacionais é de que a atuação do pesquisador selecionado tem sido bastante satisfatória para o desenvolvimento e a promoção do ensino da língua francesa no IFPI. Com a participação do IFPI no edital anterior, o interesse pelos cursos e atividades de língua francesa aumentou bastante,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

beneficiando a comunidade acadêmica. Duas turmas foram iniciadas em outubro e concluídas em dezembro/2016, no Campus Pedro II. Outras 04 turmas estão em execução e com previsão de término para maio/2017. Em 2016, as atividades desempenhadas pelo pesquisador totalizaram uma carga horária de 12 horas semanais e foram todas de ensino de Língua Francesa como Língua Estrangeira. As atividades foram executadas em sala de aula, de segunda a sexta-feira, conforme listadas abaixo:

- Francês Geral (60h) – para estudantes, servidores e comunidade externa no Campus Pedro II (20 alunos servidores);
- Francês para Bar e Restaurante (60h) – para estudantes, servidores e comunidade externa no Campus Pedro II (20 alunos servidores).

As demais turmas tiveram início apenas em janeiro/2017.

Também no ano de 2016, ocorreu o encerramento das atividades de Leila Khemiri, com pagamento de bolsa/auxílio, rubrica 339018-01, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com vigência até 31/05/2016.

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Neste item a UPC retrata as informações sobre a gestão da frota, políticas de destinação de veículos inservíveis, gestão do patrimônio imobiliário, cessão de espaços, locação de terceiros e principais obras realizadas no exercício.

4.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

As informações a seguir são descritas pelo Departamento de Logística e Manutenção.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Embora, no âmbito do IFPI, ainda não tenham sido formalizadas normas próprias com o intuito de regular a constituição da frota e sua utilização, a instituição faz o acompanhamento próximo do cumprimento das normas gerais da administração pública, a exemplo da Instrução Normativa 03, de 15 de maio de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assim como o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, da Presidência da República.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

A frota do Instituto Federal do Piauí atualmente trabalha com três diferentes serviços/focos simultâneos direcionados ao atendimento das duas grandes áreas que se caracterizam como públicos bastante distintos e característicos a saber.

A área-fim, ensino, recebe a grande maioria dos investimentos, cerca de 70%. Com dois dos três serviços atualmente desenvolvidos, esta área conta com uma frota equipada com 23 micro-ônibus, 10 ônibus rodoviários, ambos, dedicados à realização de visitas técnicas de curtas e longas distâncias respectivamente assim como conta com 12 ônibus urbanos dedicados ao transporte coletivo de alunos, suporte dados aos alunos daqueles Campi localizados em cidades que não contam com serviço de transporte coletivo.

O primeiro dos serviços acima citados é a realização de visitas técnicas. Considerando o processo de ensino-aprendizagem em nível técnico, ganham importância diversos instrumentos e métodos voltados à transferência de conhecimento em nível prático e que simulem situações do dia-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

a-dia da atuação profissional dos, atualmente estudantes, e futuramente, mão-de-obra inserida no mercado de trabalho. Neste diapasão, sair do contexto teórico e imergir ao máximo em ambiente extraclasse se torna essencial. Como formar bons técnicos sem proporcionar, aos menos, condições para experienciar o conhecimento prático, parece inconcebível, daí o grande impacto dos bons serviços prestados pela frota da instituição. O segundo serviço referenciado preliminarmente se apresenta essencial na medida em que tem se consolidada como ação concreta no combate à evasão escolar. Esta ação foi assumida de forma plena no início do ano de 2016 e desde então já passou a representar 30% do consumo de combustíveis e a principal ocupação da mão de obra alocada pela instituição em favor da frota.

A área-meio da instituição, atividade administrativa, atualmente representa um terço do consumo da frota. Não menos importante, esta atividade conduz servidores, materiais e documentos em objetivos diversos, seja no cumprimento de requisitos legais, seja na execução de ações discricionárias, que imprimem o dinamismo necessário à instituição com o foco sempre voltado à melhoria administrativa e estrutural das condições de trabalho do corpo docente; reflexo direto na qualidade do ensino. Dentre os destaques desta atividade pode ser citada a condução de servidores na fiscalização de obras, que atualmente encontram-se em andamento nos diversos Campi, assim como a condução de servidores da área de controladoria na realização de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, e por fim, a entrega de documentos em nível local.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

O IFPI conta com uma frota de 88 (Oitenta e Seis) veículos, dos quais 81 (Oitenta e Um) em pleno uso e outros 07 (Sete) parados aguardando oportunidade de formalização de processo de desfazimento ou recuperação. Os veículos estão distribuídos nas 18 (Dezoito) Unidades Gestoras. Todos os veículos deste instituto, conforme IN 03, de 15/05/2008, classificam-se como veículos de serviços comuns por se destinarem ao transporte de servidores a serviço e de materiais, bem como à execução de atividades específicas, no caso, a promoção do processo de ensino-aprendizagem em ambiente externo às salas de aula. A instituição classifica sua frota por categorias conforme apresentada a seguir. A totalização por unidade gestora é apresentada em lista individualizada em anexo a este documento.

Quadro 52– QUANTITATIVO DA FROTA POR CATEGORIA

CATEGORIA	QUANT. DE VEÍCULOS
CAMINHÃO	2
MICROONIBUS	23
ONIBUS RODOVIÁRIO	10
ONIBUS URBANO	12
PASSEIO	7
UTILITÁRIO	34
TOTAL GERAL	88

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Obedecendo a mesma categorização do item anterior, a média anual de quilômetros rodados é apresentada no Quadro a seguir.

Quadro 53– DETALHAMENTO DA FROTA POR KM RODADOS EM 2016

CATEGORIA	QUANT. DE KM ROD.	QUANT. DE VEÍCULOS	MÉDIA ANUAL
CAMINHÃO	65.415	2	32.707,50
MICROONIBUS	304.671	23	13.246,57
ONIBUS RODOVIÁRIO	296.316	10	29.631,60
ONIBUS URBANO	161.153	12	13.429,42
PASSEIO	107.537	7	15.362,43
UTILITÁRIO	742.516	34	21.838,71
Total geral	1.677.608	88	19.063,73

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2016.

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

A idade média geral da frota deste IFPI é de 4,04 anos, sendo melhor detalhadas as médias por categoria conforme segue.

Quadro 54– IDADE MÉDIA DA FROTA EM 2016.

CATEGORIA	ID. MED. 2016
CAMINHÃO	3,00
MICROONIBUS	4,36
ONIBUS RODOVIÁRIO	4,22
ONIBUS URBANO	1,08
PASSEIO	4,33
UTILITÁRIO	4,93
Total Geral	4,04

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2016.

- f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Ressalta-se neste tópico que são apresentados valores aumentados, em relação ao ano passado, motivado pelos seguintes pontos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- foi realizada a inclusão de valores totais referente dos contratos de condução de veículos (motoristas) e seguros obrigatórios;
- pelo início do uso pleno do transporte coletivo de alunos (30% da despesa);
- a instituição ter servido ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) em ano eleitoral;
- foram reformados dois veículos tipo picape e um veículo tipo microônibus que se encontravam parados dada a impossibilidade de realizar aquisições de veículos no exercício.

Quadro 55– DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA EM 2016

ITEM	VALOR
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	R\$ 992.274,24
REVISÕES PERIÓDICAS	R\$ 108.376,82
SEGUROS OBRIGATÓRIOS	R\$ 16.225,05
CONT. DE CONDUÇÃO (pessoal)	R\$ 2.252.428,59
Total Geral	R\$ 3.369.304,70

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2016.

g) Plano de substituição da frota;

A instituição não concluiu a formalização deste instrumento no ano de 2016. Alguns fatores contribuíram para que, no ano de 2016, este processo fosse desacelerado: a existência de um controle interno efetivo e restrições orçamentárias a nível nacional.

As normas de controle e condução interna da gestão da frota é o outro fator que influenciou nesta ação, dado que o contrato para abastecimento e manutenção da frota de todos os Campi é um só e este gerenciado pela reitoria.

A reitoria é responsável pela contratação e orçamento dedicado ao pagamento de todas as Notas Fiscais. A reitoria estabeleceu normas de acompanhamento do consumo de combustíveis e ela acompanha a realização da manutenção dos veículos de toda a frota. Por meio deste controle, cada decisão de aquisição tem suas circunstâncias avaliadas também pela reitoria. Da mesma forma o desfazimento se procede.

As restrições nacionais foram relevantes em 2016, dado que foi a editada portaria ministerial restringindo as aquisições de veículos, salvo casos mediante justificativa plausível, assim como a locação de veículos, esta última ainda mais restrita. Dois veículos se somaram ao quantitativo já existente no exercício 2016, no entanto, ambos relativos a aquisições do mês de dezembro do ano anterior (2015).

Estes fatores não suplantam a necessidade de a instituição possuir suas normas positivadas quanto ao tema “aquisição e desfazimento de veículos”, no entanto, a PROAD através do Departamento de Logística vem envidando esforços para tornar o documento uma realidade já dentro do exercício 2017.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A administração acompanha as condições do mercado local, realizando consultas de preços e simulando a contratação do serviço de locação de veículos com as mesmas características da frota atual, com os índices atuais de desempenho de seus veículos, mostrando cenário ajustado à tomada de decisão mais acertada.

Atualmente a locação, no mercado local, se apresenta uma medida antieconômica, credenciando a decisão de adquirir e manter frota própria mais adequada para a instituição.

A administração acompanha o controle de desempenho dos veículos oficiais através das normas insculpidas na Instrução Normativa nº 03 de 15.05.2008, e seus anexos.

- i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Atualmente dispondo de um só contrato de abastecimento e manutenção, gerido pela reitoria, a composição qualitativa e quantitativa das frotas de cada *Campus* é mantida enxuta. Demandas temporárias de um *Campus* é resolvida com a disponibilidade de veículos de outros campi conforme circunstâncias analisadas pela reitoria. Tal condução da gestão tem imprimido um perfil de enxugamento constante da frota e levando a uma maior economia de combustíveis assim como redução da necessidade de intervenções mecânicas.

Cada Campus possui uma coordenação de transporte na qual são prestados serviços de agendamento de visitas técnicas, uso dos veículos em geral, realizado o acompanhamento e controla o consumo de combustíveis, das condições gerais de uso dos veículos. Mensalmente, estas coordenações prestam conta do consumo de combustíveis à reitoria com bases na Nota Fiscal e relatório de conferência da mesma. Nela são enviados todos os comprovantes de abastecimentos. Caso a prestação de contas não esteja íntegra e legível, o uso da frota em nível local fica comprometido, já que é realizado o bloqueio da base de gerenciamento de saldos dos veículos.

Em observância à IN 03, anteriormente citada, cada utilização de veículos é acompanhada de formulário próprio, no qual são registrados dados como quilometragem do veículo na saída e na chegada, seu horário de saída e de chegada assim como a identificação do veículo, usuários, motorista, destino e objetivo. As viagens mais longas contam com formulários mais extensos, onde são registrados nome por nome dos passageiros assim como outras informações complementares.

Outro instrumento utilizado no âmbito do IFPI é a realização de agendamentos dos veículos, tipo ônibus rodoviários, que possuem maior capacidade (até 50 passageiros). Por padrão, todos os Campi possuem pelo menos um micro-ônibus cuja capacidade é de até 30 (trinta) passageiros e apenas seis destes contam com os já citados ônibus rodoviários. Em caso de necessidade de qualquer *Campus* que não possua um destes, a demanda é encaminhada à reitoria, que realiza os contatos necessários para que um dos *Campi* proprietários de um deste tipo de veículo, racionalmente distribuídos em todos o território do estado, realize tal atendimento. Desta forma foi possível propiciar maior eficácia e economicidade na realização de viagens longas. Diga-se de passagem, os ônibus tipo rodoviários foram adquiridos atendendo a descrição especialmente elaborada por esta autarquia tendo como foco a economia de combustíveis.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso da instituição é a mesma adotada através dos procedimentos de desfazimento de bens permanentes. Até a presente data, a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

única forma de desfazimento foi o leilão e assim tem sido mantida dado o posicionamento da procuradoria federal recomendar tal método por critério de isonomia e impessoalidade da administrativa diante da necessidade posta.

O procedimento é adotado periodicamente de forma que é iniciado sempre que os espaços físicos não suportam a guarda segura e de forma a garantir o estado de conservação dos bens e veículos parados.

Atualmente, 07 (sete) veículos encontram-se parados e um processo de leilão já se encontra em andamento, em fase ainda preparatória, realizando a concentração do lote em uma só localidade e os veículos passam por avaliação.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

A área de gestão patrimonial do IFPI conta com uma coordenação de patrimônio e almoxarifado em cada um de seus Campi, sendo uma delas na reitoria. A Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado da reitoria possui acesso geral sobre o acervo de toda a instituição e atua como regulador dos processos e procedimentos adotados na área.

Atualmente a instituição utiliza como sistema de informações o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Sempre em versões desenvolvidas pelo Instituto Federal do Rio Grande do norte (IFRN), ele passa por adaptações em nível local para que ganhe em usabilidade, estando voltado assim ao atendimento das necessidades da instituição.

b) distribuição geográfica dos imóveis da União;

Atualmente o IFPI conta com 21 (vinte e uma) instalações, considerando que o a Reitoria e Campus Teresina Central contam com dois imóveis cada, são totalizados 23 (vinte e três) imóveis. São eles: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Dirceu Arcoverde, Floriano, José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piripiri, Reitoria, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí, Valença.

O sítio da instituição na internet é <http://www.ifpi.edu.br/>. No *menu* à esquerda, em sua primeira opção, abaixo do *logo*, é encontrada a opção “Nossos *Campi*”. Ao acessar esta opção, cujo link direto é <http://libra.ifpi.edu.br/campi>, são mostrados os dados de identificação das às 21 instalações da instituição. Nesta área do sítio está disponível a localização de cada um dos *Campi* no mapa do estado, sendo que, cada um deles tem um link para acesso a informações complementares tais como: endereço, informações sobre a administração, cursos, assistência estudantil e outras.

c) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Embora os imóveis tenham todos os seus dados inseridos no Sistema SPIUnet, os 06 (seis) imóveis mais novos, cujos terrenos foram recebidos em doação, encontram-se em fase de avaliação para posterior cadastramento.

Os imóveis recebidos receberam benfeitorias, que se encontram em fase de averbação de tais alterações. Cada Campus tem providenciado junto aos cartórios locais, assim como por diligências pessoalmente feitas à corpo de bombeiros e prefeituras.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

A instituição não possui imóveis integralmente locados para terceiros. Existem ocorrências de cessões, todas formalizadas, apenas de pequenas áreas para a instalação de empreendimentos com fins lucrativos, conforme detalhamento dos quadros anexos a seguir.

- e) despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

Cada UG possui um contrato de manutenção predial. Os contratos de manutenção predial são monitorados pelo Departamento de Projetos e Manutenção Predial da Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

Quanto à qualidade aos registros contábeis relativos aos imóveis, a UPC declara que alguns imóveis estão devidamente registrados no SIAFI, e os imóveis com registro no SPIUNET estão sendo depreciados, conforme determinação legal.

- f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

Os riscos relacionados à gestão dos imóveis são monitorados pelos Departamentos da Diretoria de Desenvolvimento Institucional e as devidas providências e controles são acionados de forma preventiva e corretiva, por meio de vistorias e visitas técnicas da equipe, que resultam na elaboração de novos projetos para implementação da segurança patrimonial e infraestrutura.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Todas as cessões de espaço em vigência realizada no âmbito da UPC são de abrangência parcial dos imóveis, conforme descrição a seguir.

Quadro 56– CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS NA UPC

IFPI CAMPUS CORRENTE		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1057.00011.500-1
	Endereço	Rua seis, S/Nº, Bairro: Nova Corrente. CEP: 64980-000, Corrente – PI.
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	12.110.967/0001-05
	Nome ou Razão Social	Maria da Conceição Almeida Silva
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares e serviços ambulantes de alimentação.
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Permissão de uso de espaço público. (licitação)
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Proporcionar aos discentes e servidores, facilidade de acesso aos serviços de cantina e lanchonete nas instalações do campus.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	iii. prazo de cessão;	12 meses prorrogável por mais 48 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	No 2º hall próximo ao restaurante institucional. Área cedida de 12 m² (4x3).
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de taxa via GRU no valor de R\$ 401,00.
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód.: 28830-3. UG: 158146.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados à energia, água, conservação, limpeza e manutenção, todos são obrigações e deveres da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	São devolvidos ao tesouro nacional via GRU.
IFPI CAMPUS FLORIANO		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1077 00001.500-1
	Endereço	Rua Francisco Urquiza Machado, nº 462, Bairro Meladão. Floriano – PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	07.171.592/0001-17
	Nome ou Razão Social	M.A.S DOS SANTOS – EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentação
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Concorrência Pública
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Cantina/Lanchonete
	iii. prazo de cessão;	12 Meses podendo ser prorrogado até o prazo máximo de 60 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	27,24 m² de espaço total sendo 19,40 m² destinada para atendimento e 7,84 m² de depósito
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 792,52
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	28830-6
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Pagamento feito via GRU. Financeiro destinado a União
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Proporcionar aos alunos, professores, servidores e demais usuários, facilidades de acesso aos serviços de lanchonete nas instalações do campus.
IFPI CAMPUS PARNÁIBA		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP:	1153 00098.500-0
	Endereço	Av. Monsenhor Antônio Sampaio s/n B Dirceu Arcoverde
		CEP: 664211-145 Parnaíba-PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ:	15.351.5000/0001-45
	Nome ou Razão Social:	JOÃO ROBSON DO AMARAL -DISTRIBUIDORA MAIS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Atividade ou Ramo de Atuação:	Restaurante e similares e serviços ambulantes de alimentação
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Permissão de uso de espaço público – (licitação)
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Proporcionar à comunidade docentes, discentes, administrativos e visitantes, acesso aos serviços de cantina e lanchonete nas dependências do campus.
	iii. prazo de cessão;	12 meses prorrogável por mais 48 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	No segundo bloco, espaço compreendido entre o restaurante e o bloco de salas de aula. Área cedida 12m ²
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de taxa mensal de R\$ 891,00 (oitocentos e noventa e um reais)
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	28830-6 UG 158357
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não Há
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	São devolvidos ao tesouro nacional via GRU
IFPI CAMPUS PAULISTANA		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1155.00018.500-0
	Endereço	Rodovia BR 407, S/N Bairro: Zona Rural. CEP: 64750-000, Paulistana – PI.
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	23.024.336/0001-90
	Nome ou Razão Social	Carlom Carvalho Brito 05008432362
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Permissão de uso de espaço público. (licitação)
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Proporcionar aos discentes, servidores, terceirizados e visitantes, facilidade de acesso aos serviços de cantina e lanchonete nas instalações do campus.
	iii. prazo de cessão;	12 meses prorrogável, desde que se comprove a boa execução e o bom nível de execução.
	iv. caracterização do espaço cedido;	Nas proximidades da quadra de esportes. Área cedida de aproximadamente 09 m ² (3x3).
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de taxa via GRU no valor de R\$ 301,00.
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód.: 28830-6. UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	A energia elétrica e água encanada são custeadas com o pagamento da taxa de ocupação. A conservação, limpeza e manutenção são obrigações e deveres da

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	São devolvidos ao IFPI/Reitoria via GRU.
IFPI CAMPUS PEDRO II		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	
	Endereço	Rua Manoel Jorge da Cruz, nº 750, Bairro Engenho Novo, Pedro II – Piauí
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	26.095.883/0001-54
	Nome ou Razão Social	ANTONIO BRUNO PEREIRA DE CASTRO
	Atividade ou Ramo de Atuação	LANCHONETE
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Concorrência
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Exploração do serviço de lanchonete
	iii. prazo de cessão;	36 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço próximo ao refeitório do Campus, onde a empresa ganhadora da Concorrência responsabiliza-se por arcar com os custos de instalação de um trailer medindo 3m x 3m conforme disposto no Projeto Básico do processo.
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	A empresa vencedora paga ao IFPI, via GRU, o valor mensal de R\$ 239,90.
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	O valor é recolhido via GRU e destinado à Reitoria do IFPI com código de recolhimento destinado ao Apoio de Serviços Administrativos.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação e limpeza. Todas são de obrigação da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Alunos e servidores
IFPI CAMPUS PIRIPIRI		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1167 00229.500-0
	Endereço	Avenida Rio dos Matos, S/N, Bairro Germano Piripiri– PI CEP 64260-000
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	07.986.075/0001-32
	Nome ou Razão Social	L V VIANA INDÚSTRIA – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Licitação/Concorrência
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Oferta de lanches para alunos e comunidade interna do Campus Piripiri
	iii. prazo de cessão;	13/04/2017
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço de 3X4m (12m ²) no pátio, 2º hall.
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 550,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento via GRU pelo código 28830-6 UG: 158146.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Os gastos com água e energia fazem parte do valor mensal, já limpeza e manutenção do espaço é de responsabilidade do cessionário.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Em favor de alunos e da comunidade interna do IFPI Campus Piriipiri.
IFPI CAMPUS PIRIPIRI		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1167 00229.500-0
	Endereço	Avenida Rio dos Matos, S/N, Bairro Germano Piriipiri – PI CEP 64260-000
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	23.093.947/0001-90
	Nome ou Razão Social	THIAGO DE BRITO SOUSA XIMENES
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço de Reprografia
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Licitação/Concorrência
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Oferta de serviço de xerox para alunos e comunidade interna do Campus Piriipiri
	iii. prazo de cessão;	08/09/2017
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço de 3X4m (12m ²) no pátio, 2º hall.
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 375,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento via GRU pelo código 28830-6 UG: 158146.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Os gastos com água e energia fazem parte do valor mensal, já limpeza e manutenção do espaço é de responsabilidade do cessionário.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Em favor de alunos e da comunidade interna do IFPI Campus Piriipiri.
IFPI CAMPUS PICOS		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1159.00030.500-0
	Endereço	Rua Projetada s/n, Vila Pantanal CEP 64600-000, Picos PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	05.670.935/0001-07
	Nome ou Razão Social	I.M.L.V Santos Lima ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria – cantina e serviços de alimentação
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Licitação pública tipo concorrência – concorrência 01/2011
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Concessão de uso de bem público para explorar serviço de lanchonete do IFPI Campus Picos
	iii. prazo de cessão;	24 (vinte quatro) meses prorrogável por igual período
	iv. caracterização do espaço cedido;	Sala localizada na área interna do IFPI Campus picos, medindo aproximadamente 20m ² .

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	A título da taxa de ocupação do espaço, inclusive o consumo de água e energia, o concessionário paga a importância de R\$751,00 reais (setecentos e cinquenta e um reais), mensais, até o quinto dia útil subsequente ao mês de ocupação, exceto nos meses de janeiro e julho que será abatido um percentual de 40%.
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	GRU – nome da unidade favorecida: IFPI – UG / gestão 158146 – código do recolhimento 28832-2 – número de referência: 15814626431288322
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Recurso depositado na conta da união
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Contratualmente o gasto com energia fica por conta do valor pago pela concessão. As demais despesas de limpeza, conservação do espaço e manutenção, fica a critério da concessionária.
IFPI CAMPUS TERESINA CENTRAL – PRÉDIO A		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1219.00146.500-6
	Endereço	Praça da Liberdade, 1597, Bairro Centro CEP 64.000-040 Teresina PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira sob a forma de empresa pública
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Outorga de Permissão Real de uso para instalação e exploração dos serviços bancários
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Prestação de serviços bancários aos usuários interno do IFPI, alunos e servidores;
	iii. prazo de cessão;	2013/2016
	iv. caracterização do espaço cedido;	Bloco “A”, duas salas, um banheiro e um depósito, com área interna total de 36,82m²;
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 1.099,80 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da Reitoria;
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento via GRU pelo código 28830-6 UG: 158146.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação e limpeza. Todas são de obrigação da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Alunos e servidores
IFPI CAMPUS TERESINA CENTRAL – PRÉDIOS B e C		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1219.00145.500-0
	Endereço	Rua Quintino Bocaiúva, s/n, bairro centro CEP 64000-270, Teresina PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	18.368.288/0001-17
	Nome ou Razão Social	F G de Lima-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares, lanchonetes, casas de chás, de sucos e similares e outras atividades;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Outorga de permissão de uso através de edital de licitação – nº01/2014
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Exploração do serviço de lanchonete no Campus Teresina Central do IFPI;
	iii. prazo de cessão;	12(doze) meses – out2015 a out/2018;
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço localizado no prédio “c”, térreo, com 01 pia de cozinha, torneira e pontos de energia, área total de 25m²;
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 212,25 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da reitoria;
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento via GRU pelo código 28830-6 UG: 158146.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação e limpeza. Todas são de obrigação da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Alunos e servidores
IFPI CAMPUS TERESINA CENTRAL – PRÉDIOS B e C		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1219.00145.500-0
	Endereço	Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Bairro Centro CEP 64000-270, Teresina PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	07.507.989/0001-73
	Nome ou Razão Social	ULTRA COMÉRCIO, SERVIÇOS E IND. DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comércio varejista de equipamentos para escritório
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Outorga de permissão de uso através de edital de licitação – nº01/2015
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Exploração do serviço de fotocópias no Campus Teresina Central do IFPI;
	iii. prazo de cessão;	12(doze) meses – Nov/2015 a Nov2016;
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço localizado no Prédio “B”, térreo, box em divisórias em frente a biblioteca;
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 250,00 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da Reitoria;
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento via GRU pelo código 28830-6 UG: 158146.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação e limpeza. Todas são de obrigação da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Alunos e servidores
IFPI CAMPUS TERESINA ZONA SUL		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	-
	Endereço	Av Pedro Freitas 1020– vermelha Teresina-PI / CEP 64018-000
b) Identificação dos	CNPJ	18.368.288/0001-17

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

cessionários;	Nome ou Razão Social	F.G. de Lima –ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, casa de chá de sucos e similares
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Concorrência
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Permissão de uso para exploração dos serviços de lanchonete
	iii. prazo de cessão;	36 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	Corredor de acesso ao refeitório
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 280,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento via GRU pelo código 28830-6 UG: 158146.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação e limpeza. Todas são de obrigação da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Alunos e servidores
IFPI CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	
	Endereço	Travessa 7 de Setembro, SN, Centro CEP: 64760-000, São João do Piauí
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	10.315.167/0001-03
	Nome ou Razão Social	Frederico Brasileiro dos Passos Filho ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Permissão de uso de espaço público. (Licitação)
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Proporcionar aos alunos, professores, servidores e demais usuários, facilidade de acesso aos serviços de lanchonete nas instalações do campus.
	iii. prazo de cessão;	12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12.
	iv. caracterização do espaço cedido;	No 2º hall próximo ao restaurante institucional. Área cedida de 12 m² (4x3).
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de taxa via GRU no valor de R\$ 350,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód.: 28830, UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação, limpeza e manutenção, todos são obrigações e deveres da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	São devolvidos ao tesouro nacional via GRU
IFPI CAMPUS URUÇUI		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1223.0001.500-5
	Endereço,	Rodovia PI 247, KM 07, S/N. Portal dos Cerrados URUÇUI – PI / CEP 64860-000

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	22704531000106
	Nome ou Razão Social	THALINE ARAUJO VALE-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Concorrência Pública através de Edital
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Serviço de lanchonete
	iii. prazo de cessão;	24 meses podendo ser prorrogado por igual período e no máximo 60 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	Bloco 19, contendo dois banheiros, um espaço de cozinha e um espaço para servir os clientes.
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Taxa/mês R\$307,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhido via GRU, Cód.: 28830, UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados à energia, água, conservação, limpeza e manutenção, todos são obrigações e deveres da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Não há benefício pecuniário desta UG, pois é recolhido ao TN. Há a disponibilidade de serviços de lanchonete para a comunidade do campus.
IFPI CAMPUS VALENÇA		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	-
	Endereço	Avenida Joaquim Manoel, SN Bairro Novo Oriente, Valença – PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ:	306.140.583-68
	Nome ou Razão Social:	Adão Lima Costa 30614058368
	Atividade ou Ramo de Atuação	Prestação dos serviços a terceiros
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Licitação – Modalidade Convite
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Cessão de Lanchonete
	iii. prazo de cessão;	12 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	Área de lanchonete dentro do Campus
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 2.016,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recebimento via GRU e apropriação na Fonte 250
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Reversão para as atividades fim da instituição

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.2.5 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim

Segundo o Departamento de Engenharia Institucional no ano de 2016 a movimentação obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim estão discriminados no Quadro 57.

Quadro 57– RELAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELACIONADAS À ATIVIDADE-FIM

Item	Obra/Descrição	Despesa	Fornecedor/Empresa	Vigência do Contrato	Estágio da obra
1	Reforma do Ginásio de Parnaíba	MEC	LGL SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	21/09/2016 a 29/09/2017	Em execução
2	Drenagem do Campus Angical	MEC	CONSTRUTORA WN LTDA	22/11/2016 a 22/11/2017	Em execução
3	Adaptação da Reitoria	MEC	-	-	Concluída
4	Divisória Reitoria	MEC	JES CONSTRUTORA LTDA – ME	07/12/2016 a 07/12/2017	Concluída
5	Poço de Uruçui	MEC	ESCALA – TRANSPORTES GERAIS LTDA EPP	14/12/2016 a 14/12/2017	A iniciar
6	Calçadas do Teresina Central	IFPI	R & G VERDE CONSTRUÇÕES LTDA – ME	04/01/2016 a 03/08/2016	Concluída
7	Construção de lixeira	IFPI	CCR – CONSTRUÇOES LTDA	04/01/2016 a 04/03/2016	Concluída
8	Reforma do Laboratório de Bromatologia	IFPI	WL ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	04/01/2016 a 03/05/2016	Concluída
9	Subestação de Pio IX	MEC	TELETRICA ENGENHARIA LTDA ME	22/11/2016 a 22/11/2017	Concluída
10	Muro de Picos	MEC	TELETRICA ENGENHARIA LTDA ME	14/12/2016 a 14/12/2017	Concluída
11	Construção de Salas de aula no Teresina Zona Sul	MEC	J. F. CUNHA IMPERMEABILIZACAO LTDA	21/09/2016 a 20/09/2017	Em execução
12	Construção de Salas de aula do campus de Corrente	MEC	J. F. CUNHA IMPERMEABILIZACAO LTDA	05/12/2016 a 05/12/2017	Em execução
13	Construção da Academia de Floriano	MEC	WL ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	23/11/2016 a 23/11/2017	Em execução
14	Adaptação do Laboratório de Cocal	IFPI	DELMAR CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP	16/09/2016 a 15/09/2017	Concluída
15	Reforma dos Laboratório de Valença PI	MEC	ELYON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	21/11/2016 a 09/09/2017	Em execução
16	Reforma dos Laboratório de São João PI	MEC	GUIMARAES & VRAGA LTDA-EPP	28/11/2016 a 27/11/2017	Em execução
17	Reforma dos Laboratório de São Raimundo Nonato PI	MEC	J. F. CUNHA IMPERMEABILIZAÇÃO LTDA	19/12/2016 a 18/12/2017	Em execução

Fonte: Departamento de Engenharia Institucional, PRODIN, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.3 Gestão de tecnologia da informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de Planejamento de TI a ser utilizado no âmbito da Administração Pública Federal. Segundo a IN SLTI/MPOG 04/2014, é um “instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período”.

O Objetivo do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é buscar a aplicação e uso de recursos de tecnologia do IFPI, alinhando as ações de Tecnologia da Informação aos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019, bem como cumprir aos princípios e diretrizes das legislações da administração pública federal, tais como a racionalização, padronização, uniformidade e economicidade. Também é intuito deste documento abordar os princípios e diretrizes que norteiam a TI, as necessidades, as ações, as metas, os planos e a previsão orçamentária para os investimentos tecnológicos necessários à manutenção e ampliação do da Tecnologia da informação voltados principalmente para a educação.

O PDTI do IFPI abrange a Reitoria e os Campi. O Regimento Interno do Instituto Federal do Piauí, aprovado pela resolução CONSUP Nº 020/2011, no artigo 156, trata a respeito da competência da DTI:

- I – definir e realizar o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação;
- II – identificar as necessidades do IFPI quanto às demandas de TI;
- III – propor políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação;
- IV – compatibilizar projetos com o Planejamento Institucional;
- V – assegurar o alinhamento de TI com as solicitações internas e externas;
- VI – dar suporte à contratação de serviços de TI no âmbito do IFPI;
- VII – manter a instituição tecnologicamente atualizada;
- VIII – auxiliar na definição da arquitetura da informação;
- IX – definir a organização de TI e estabelecer seus relacionamentos;
- X – gerenciar os investimentos, conforme disposições do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC);
- XI – gerenciar os recursos humanos e tecnológicos de TI;
- XII – gerenciar os projetos de TI;
- XIII – monitorar a qualidade de serviços de TI;
- XIV – gerenciar a segurança da informação;
- XV – manter intercâmbio com os demais Institutos Federais;
- XVI – desenvolver outras atribuições afins.

Assim, a DTI é composta por 02 (dois) departamentos e 05 (cinco) coordenações. E nos campus há as coordenações de TI.

O alinhamento estratégico visa garantir a que as ações elencadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sejam atendidas ou suportadas pela TI, definindo, mantendo e validando a proposta de valor de TI, e alinhando as operações de TI com as operações da organização. Portanto, um elemento chave para o PDTI é a sua integração e alinhamento com o planejamento estratégico e as estratégias de desenvolvimento do IFPI.

Os trabalhos realizados durante a execução do Plano seguiram as orientações do Instituto Federal com base no contexto estratégico da área de Tecnologia da Informação e regido pela legislação, diretrizes governamentais, recomendações e decisões dos Órgãos de Controle, melhores

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

práticas para a área de TI e estágio atual da área de Tecnologia da Informação do IFPI. Ressalta-se a seguir, os principais princípios e diretrizes norteadores deste PDTI.

Quadro 58– -LISTA DE PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PDTI

ID	Princípios e diretrizes	Origem
PD01	Promover e melhorar a infraestrutura necessária para dar suporte às demandas de TI. Infraestrutura: são os elementos como rede de dados, máquinas servidoras e estações de trabalho, e estrutura física	PDI IFPI 2015 – 2019
PD02	Fortalecer o quadro de pessoal dos órgãos integrantes do TI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – PETI 2015-2016 e PDI 2015-2019
PD03	Aprimorar o processo de gestão orçamentária de TI dos órgãos integrantes do SISP	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – PETI 2015-2016 e PDI 2015-2019
PD04	Promover o aumento do nível de maturidade de governança de TI no âmbito do SISP	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – PETI 2015-2016 e PDI 2015-2019
PD05	Promover a Segurança de Tecnologia da Informação e de Comunicação dos órgãos integrantes do SISP	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – PETI 2015-2016 e PDI 2015-2019
PD06	Definir e formalizar um processo de desenvolvimento de software	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – PETI 2015-2016 e PDI 2015-2019 do IFPI
PD07	Aprimorar processos de gestão de serviços de TI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – PETI 2015-2016 e PDI 2015-2019
PD08	Todas as contratações deverão ser precedidas de planejamento e estarem alinhadas ao PDTI do IFPI	Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014
PD09	Toda contratação de serviços deve visar ao atendimento de objetivos de negócio, o que será avaliado por meio de mensuração e avaliação de resultados.	Decreto nº 2.271/1997
PD10	A maioria dos bens e serviços de TI atende a padrões de desempenho a licitação por pregão.	Nota Técnica SEFTI/TCU nº 2
PD11	Propor a Política de Segurança da Informação da IFPI	ISO/IEC 27001 e 27002 Decreto nº 3505/2000
PD12	Todos os serviços e processos de TI críticos para a organização devem ser monitorados (planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados)	Cobit ITIL
PD13	Todos os sistemas, programas e funcionalidades definidos pela organização devem ser planejados, documentados, implementados, rastreados, validados e melhorados.	RUP CMMI Modelo de Desenvolvimento de Software do IFPI
PD14	A ação governamental obedecerá ao planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional [...]	Decreto-Lei nº200/1967, at.7º
PD15	Ações do PDTI devem estar alinhadas com as políticas de TI Verde nos processos e procedimentos implantados.	Instrução Normativa Nº1, de 19/01/10.
PD16	A política de descarte e aproveitamento de equipamentos de informática e relacionados devem obedecer aos disposto em decreto federal nº 6.087, de 20/04/2007	Decreto nº 99.658 de 30 de outubro de 1990 e alterações posteriores

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PD17	Conexões de Internet devem atender a todos os requisitos da Latin American and Caribbean Internet Addresses Registry (LACNIC) e Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN).	Normas da Internet Assigned Numbers Authority
PD18	Aderência aos Padrões de Interoperabilidade de Governo eletrônico – e-Ping	Portaria SLTI/MP nº 05/2005
PD19	Aderência aos Padrões de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), visando assegurar, de forma progressiva, a acessibilidade de serviços e sistemas de Governo Eletrônico.	Portaria SLTI/MP nº 03/2007.
PD20	Ações do PDTI devem ser desenvolvidas dentro das melhores práticas de Gerência de Projetos – MGP baseada, como exemplo, no guia PMBOK do Project Management Institute – PMI	Guia PMBOK

Fonte: DTI/IFPI, 2016.

O Comitê Gestor de TI foi instituído pela Resolução nº 32, de 15 de setembro de 2010, sendo constituído pelos seguintes membros:

- a) Reitor;
- b) Pró-Reitor de Administração;
- c) Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional;
- d) Pró-Reitor de Ensino;
- e) Pró-Reitor de Extensão;
- f) Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação;
- g) Diretor de Gestão de Pessoas;
- h) Diretor de Tecnologia da Informação;
- i) Diretor do Campus Angical;
- j) Diretor do Campus Corrente;
- k) Diretor do Campus Floriano;
- l) Diretor do Campus Parnaíba;
- m) Diretor do Campus Paulistana;
- n) Diretor do Campus Picos;
- o) Diretor do Campus Piripiri;
- p) Diretor do Campus São Raimundo Nonato;
- q) Diretor do Campus Teresina-Central;
- r) Diretor do Campus Teresina – Zona Sul;
- s) Diretor do Campus Uruçuí.

A DTI possui o plano de capacitação de seus servidores de TI baseado principalmente no projeto de capacitação de servidores de TI desenvolvido pela ESR-RNP através de dois contratos, o contrato de gestão no qual a RNP definiu uma quantidade de vagas em cursos de capacitação na área de TI para cada Instituto Federal.

O IFPI se responsabiliza em liberar o servidor para participar e custear as passagens e diárias para o deslocamento. Como no Piauí não temos nenhuma unidade da ESR-RNP todos os cursos necessitam custeio. O outro plano é chamado de Contrato PAC onde a ESR-RNP disponibiliza uma quantidade de vagas em cursos com todas as despesas custeadas pela própria ESR-RNP.

No ano de 2016 não executamos nenhuma vaga do contrato de gestão por falta de recursos para diárias e passagens para os servidores. No entanto, a DTI iniciou um programa de incentivo à capacitação através de cursos EAD, principalmente os ofertados pelo SERPRO. Nesse quesito, a DTI faz ampla divulgação dos cursos disponíveis e incentiva os servidores a fazerem matrícula nos referidos cursos de acordo com a área de atuação de cada servidor.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Outra iniciativa exitosa foi a contratação de uma grade de cursos EAD da empresa Alura para capacitação da equipe do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas, conforme a seguir.

Erro! Fonte de referência não encontrada. – OUTRAS CAPACITAÇÕES EM 2016

CURSOS	ESCOPO	ABRANGÊNCIA
Contratação de pessoa jurídica: Alura (<i>online</i>)	<ul style="list-style-type: none"> – Infraestrutura; – Desenvolvimento Front-end; – Desenvolvimento Back-end; – Engenharia de Software; – Banco de Dados; 	DSI – Departamento de Sistemas de Informação
RNP	<ul style="list-style-type: none"> – Infraestrutura; – Redes; – Banco de dados; 	DSI – Departamento de Sistemas de Informação
	<ul style="list-style-type: none"> – Segurança da Informação 	DSI – Departamento de Sistemas de Informação

Fonte: DTI/IFPI, 2016.

Dentro da estrutura organizacional do IFPI, o setor responsável pela tecnologia da informação vem sendo estruturado para atender as necessidades que englobam a infraestrutura tecnológica e os sistemas de informação. Desta forma, em janeiro de 2009, a DTI foi estruturada, sendo considerada uma diretoria sistêmica dentro do organograma institucional. Atualmente, a DTI é formada por apenas dois departamentos e cinco coordenações incluídas, conforme estrutura organizacional, resolução nº 058/2014 e CONSUP, descrita no quadro a seguir. O atual quadro de servidores do Instituto Federal do Piauí é composto por 45 profissionais de TI distribuído entre a reitoria e os 20 Campi da Instituição.

Quadro 59– COMPOSIÇÃO DA DTI 2016

Descrição	Membros
Diretoria de Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Edilson Lívio Neves da Costa Carneiro (Diretor) • Thais Fernanda Soares Santos (Assistente Administrativo) • Francisca Laise dos Santos Lima (Estagiária)
Departamento de Sistemas de Informação	Coordenação de Gestão da Informação <ul style="list-style-type: none"> • Tercio de Andrade Oliveira (Analista de TI) • Cleverton de Sousa Lima (Analista de TI) • Diego Cordeiro de Oliveira (Analista de TI) • Francisco Alysson da Silva Sousa (Analista de TI)
	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas <ul style="list-style-type: none"> • Gislene Albuquerque Pires da Silva (Analista de TI) • Jose Francisco Assunção Cardoso (Analista de TI) • Thiago Rabelo Torres Sales (Analista de TI) • Wellington Viana da Silva (Analista de TI)
Departamento de Redes e Telecomunicações	Coordenação de Infraestrutura e Redes <ul style="list-style-type: none"> • Athos Denis Eulálio (Técnico de TI) • Paulo de Oliveira Gomes Filho (Técnico de TI) • Paulo Alex dos Santos Maranhão (Analista de TI)
	Coordenação de Segurança da Informação <ul style="list-style-type: none"> • Natanael Ribeiro da Silva (Analista de TI)
	Coordenação de Serviços e Suporte <ul style="list-style-type: none"> • Ailton José Rodrigues (Analista de TI) • José Luiz de Sousa (Técnico de TI) • Shalton Viana dos Santos (Técnico de TI)

Fonte: DTI/IFPI, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quanto aos processos de gerenciamento de serviços de TI, a DTI adota como processo de gerência de serviços executados por essa diretoria uma Central de Chamados. No ano de 2016 foi implantado o módulo de Central de Serviços no SUAP integrado com os dados administrativos do IFPI para o campus Reitoria e no ano de 2017 está sendo expandido para todos os campi e incluído outros serviços como Manutenção Predial e Serviços Acadêmicos.

Quanto à dependência tecnológica, o IFPI possui dois contratos de serviços de TI, um contrato para o software de controle acadêmico (QAcadêmico) e uma plataforma para o programa de EAD.

Para diminuir a dependência do QAcadêmico, o IFPI iniciou o projeto de implantação e migração para o módulo SUAP-EDU para controle acadêmico.

Quanto à plataforma de EAD o IFPI iniciou estudos para importação da plataforma para o DATACENTER do IFPI, no entanto o pouco quantitativo de pessoal torna muito difícil a absorção desse serviço pelos servidores do IFPI, além da pouca disponibilidade do DATACENTER do IFPI, que constantemente sofre com problemas de fornecimento de energia, impossibilitando a oferta do serviço de EAD, que exige disponibilidade de 24/7.

4.3.1 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação da UPC estão descritas no Quadro 60. Quanto à avaliação da funcionalidade dos 9 sistemas em uso no ano 2016, eles estão em conformidade e avaliação positiva, necessitando de implementações, conforme planejamento elaborado pela DTI para 2017, os três sistemas: Processos Seletivos, Seleção (classificatório) e PSAD.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 60 – RELAÇÃO DE SISTEMAS EM USO NO IFPI E SUAS FUNCIONALIDADES

SISTEMA	OBJETIVOS	FUNCIONALIDADES	RESP. TÉCNICO	RESP. NEGÓCIO	CRITICIDADE
SUAP	Administração dos trâmites da Instituição;	<ul style="list-style-type: none"> – Gerenciamento de almoxarifado e patrimônio; – Gerenciamento de RH; – <i>HelpDesk</i>; – Protocolo; 	Tércio Andrade Oliveira (Analista de T.I.)	PROAD	É UM SISTEMA PRIORITÁRIO PARA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, SENDO EXTREMAMENTE CRÍTICO EM CASO DE SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO.
Memorandos	Gerência de memorandos e solicitação de diárias e passagens.	<ul style="list-style-type: none"> – Criação de memorandos; – Impressão de memorandos; – Armazenamento de memorandos; – Solicitação de diárias e passagens; – Edição e impressão de relatórios de viagens; 	Sistema legado: toda a equipe é responsável por suporte e manutenção.	PROAD	É UM SISTEMA IMPORTANTE PARA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, SENDO CRÍTICO EM CASO DE SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO.
PSAD	Planejamento e relatórios de atividades docentes	<ul style="list-style-type: none"> – Produção de relatórios de atividades semestrais; – Disponibilização de relatórios em formato zip; – Planejamento de atividades semestrais; 	Gislene Pires (Analista de T.I.)	PROEN	É UM SISTEMA IMPORTANTE PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS E DE ENSINO, SENDO CRÍTICO EM CASO DE SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO.
Q-Acadêmico	Gerência acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> – Matrícula de alunos; – Geração de relatórios; – Importação e exportação entre sistemas; – Geração de documentos acadêmicos (histórico, diplomas, declarações, etc) 	José Assunção (Analista de T.I.)	PROEN	É UM SISTEMA PRIORITÁRIO PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS, SENDO EXTREMAMENTE CRÍTICO EM CASO DE SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

SISTEMA	OBJETIVOS	FUNCIONALIDADES	RESP. TÉCNICO	RESP. NEGÓCIO	CRITICIDADE (continuação)
Processos Seletivos	Gerenciamento de processos simplificados de seleção.	<ul style="list-style-type: none"> – Configuração de inscrições – Emissão de relatórios de inscritos; – Processamento de resultados; 	Wellington Viana (Analista de T.I.)	PROEN	É UM SISTEMA IMPORTANTE PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS, SENDO CRÍTICO EM CASO DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO.
Seleção (classificatórios)	Gerenciamento de processos classificatórios	<ul style="list-style-type: none"> – Configuração de inscrições – Emissão de relatórios de inscritos; – Processamento de resultados; 	Sistema legado: toda a equipe é responsável por suporte e manutenção.	PROEN	É UM SISTEMA IMPORTANTE PARA ATIVIDADES DE ENSINO, SENDO CRÍTICO EM CASO DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO.
Sistema de backup e transferência de arquivos	Gerenciamento de backups de bases de dados de sistemas.	<ul style="list-style-type: none"> – Geração de arquivos <i>dump</i> de base de dados – Transferência de arquivos. 	Francisco Alysson (Técnico de T.I.)	DTI	É UM SISTEMA PRIORITÁRIO PARA ATIVIDADES EM GERAL, SENDO EXTREMAMENTE CRÍTICO EM CASO DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO.
Pergamum	Gerencia de Bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> – Importação/exportação para outros sistemas; – Acesso mobile; – Acompanhamento via web; 	Tony (Assistente Administrativo)	PROEN	É UM SISTEMA IMPORTANTE PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS, SENDO CRÍTICO EM CASO DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO.
SIFAE	Gerenciamento de atividades de assistência social	<ul style="list-style-type: none"> – Importação/exportação para outros sistemas; – Gerenciamento de permissões; – Acompanhamento de atividades médicas e sociais do aluno; – Emissão de relatórios e números gerais; 	Diego Cordeiro (Analista de T.I.)	PROEN	É UM SISTEMA IMPORTANTE PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS E SOCIAIS, SENDO LEVEMENTE CRÍTICO EM CASO DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO.

Fonte: DTI, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 61– DETALHAMENTO DOS SISTEMAS

SISTEMA	OBJETIVOS	MANUTENÇÃO	STATUS	RISCOS	COMENTÁRIOS
SUAP	<ul style="list-style-type: none"> – Gerenciamento de almoxarifado e patrimônio; – Gerenciamento de RH; – <i>HelpDesk</i>; – Protocolo; 	EQUIPE LOCAL	DESENVOLVIMENTO/ IMPLANTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> – Cancelamento do desenvolvimento; – Mudanças de paradigma da Administração; – Mudanças nos paradigmas do Governo Federal; 	Software <i>opensource</i> desenvolvido pelo IFRN.
SUAP-EDU	<ul style="list-style-type: none"> – Matrícula de alunos; – Geração de relatórios; – Importação e exportação entre sistemas; – Geração de documentos acadêmicos (histórico; diplomas, declarações, etc) – Autenticação em servidor LDAP; 	EQUIPE LOCAL	DESENVOLVIMENTO/ IMPLANTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> – Cancelamento do desenvolvimento; – Mudanças de paradigma da Administração; – Mudanças nos paradigmas do Governo Federal; 	Software <i>opensource</i> desenvolvido pelo IFRN.
Memorandos	<ul style="list-style-type: none"> – Criação de memorandos; – Impressão de memorandos; – Armazenamento de memorandos; – Solicitação de diárias e passagens; – Edição e impressão de relatórios de viagens; 	EQUIPE LOCAL	LEGADO	LEGADO. EM PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO	Software legado; usado há cerca de 6 anos. O objetivo é trocá-lo por módulo específico do SUAP.
PSAD	<ul style="list-style-type: none"> – Produção de relatórios de atividades semestrais; – Disponibilização de relatórios em formato zip; – Planejamento de atividades semestrais; 	EQUIPE LOCAL	DESENVOLVIMENTO.	-	Software desenvolvido pelo IFSC; implantado em 2014. Atualmente em desenvolvimento de uma versão adequada as realidade do IFPI e com base nas tecnologias padrão da DTI/DSI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

SISTEMA	OBJETIVOS	MANUTENÇÃO	STATUS	RISCOS	COMENTÁRIOS (continuação)
Q-Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> – Matrícula de alunos; – Geração de relatórios; – Importação e exportação entre sistemas; - Geração de documentos acadêmicos (histórico, diplomas, declarações, etc) 	TERCEIRIZADA. R\$ 18.000,00/MÊS	IMPLANTADO EM VÁRIOS CAMPI	–	–
Processos Seletivos	<ul style="list-style-type: none"> – Configuração de inscrições – Emissão de relatórios de inscritos; – Processamento de resultados; 	EQUIPE LOCAL	–	–	–
Seleção (classificatórios)	<ul style="list-style-type: none"> – Configuração de inscrições – Emissão de relatórios de inscritos; – Processamento de resultados; 	EQUIPE LOCAL	–	–	–
Sistema de backup e transferência de arquivos	<ul style="list-style-type: none"> – Geração de arquivos <i>dump</i> de base de dados – Transferência de arquivos. 	EQUIPE LOCAL	–	–	–
Pergamum	<ul style="list-style-type: none"> – Importação/exportação para outros sistemas; – Acesso mobile; – Acompanhamento via web; 	TERCEIRIZADA. SEM SUPORTE CONTRATADO	–	–	–
SIFAE	<ul style="list-style-type: none"> – Importação/exportação para outros sistemas; – Gerenciamento de permissões; – Acompanhamento de atividades médicas e sociais do aluno; – Emissão de relatórios e números gerais; 	EQUIPE LOCAL	–	–	–

Fonte: DTI, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 62– AVALIAÇÃO DOS RISCOS CONTRA CONTINUIDADE E DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS

RISCO	TRATAMENTO
Falhas na concessionária elétrica	Aquisição de Grupo Motor Gerador (GMG) para suprir a necessidade de energia elétrica em casos de falhas no serviço da concessionária.
Falhas no GMG ¹	Plano de manutenção do GMG. Documentos institucionais para a PROAD, visando à conscientização da vitalidade da manutenção do GMG.
Falhas do DATACENTER	Atualmente em estudo a contratação de serviços de nuvem (<i>cloud</i>) terceirizados para evitar a perda de dados com incidentes de energia, falhas no GMG.

Fonte: DTI, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A UPC ainda não implantou uma política de sustentabilidade ambiental, bem como o Plano de Logística Sustentável no âmbito geral do IFPI, que já consta no Plano de Desenvolvimento Institucional como meta prevista para 2016, que fora adiada.

Algumas ações isoladas foram realizadas, como no Campus Floriano, que aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e constituiu Comissão Gestora de implantação e execução da A3P (Portaria nº 047/2016, de 28 de novembro de 2016), composta por dez titulares e dez suplentes.

No âmbito geral, o IFPI aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), por meio do Termo de Adesão nº 02/2012, celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação, com vigência a partir do exercício de 2013. O Projeto Esplanada Sustentável (PES) tem por finalidade integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

O IFPI está ciente das normas vigentes na área ambiental, mas ainda não implantou a política geral, devido às pendências internas. A UPC elaborou uma minuta da Política Ambiental, contudo, ainda não encaminhou para aprovação nos colegiados. No Quadro 63 demonstra a síntese de pendências a serem solucionadas na UPC.

Quadro 63– TÓPICOS DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Questionamentos		SITUAÇÃO	
		Sim	Não
a)	Existe política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade?		X
b)	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)? Ações isoladas, como o Campus Floriano.	X	
c)	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
d)	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
e)	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?		X
i)	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012? Ações isoladas, como o Campus Floriano (Portaria n 047/2016)	X	
ii)	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
iii)	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
iv)	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
Considerações Gerais			
A UPC não participa integralmente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), apenas por iniciativa de alguma UG, mas aderiu no ano de 2012 ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), por meio do Termo de Adesão nº 02, celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação, com vigência a partir do exercício de 2013.			

Fonte: PROAD, 20176.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quanto a ações de consumo de água e energia, a UPC em 2016 realizou a análise e revisão de contratos de demanda e redimensionamento do consumo, tendo em vista que há um aumento da oferta de vagas e entrada de novos alunos e equipe de servidores, por motivo de expansão da unidade, o que conseqüentemente, ocasiona um aumento proporcional de consumo e valor monetário correspondente, além disso, a partir do segundo semestre, por motivos climáticos, há um aumento de consumo, bem como um reajuste significativo das tarifas contratadas, conforme calendário do governo federal.

A movimentação de 2016 do consumo de água e esgoto (Figura 4) estão distribuídos em dez Campi, totalizando a movimentação de 31.273 m³, no valor anual de R\$ 290.350,44 (Duzentos e noventa mil e trezentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos). Nos demais Campi, há a movimentação por poço tubular e não por meio de concessão com a Companhia de Água e Esgoto do Piauí S.A.

Figura 4– CONSOLIDAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO ANO 2016



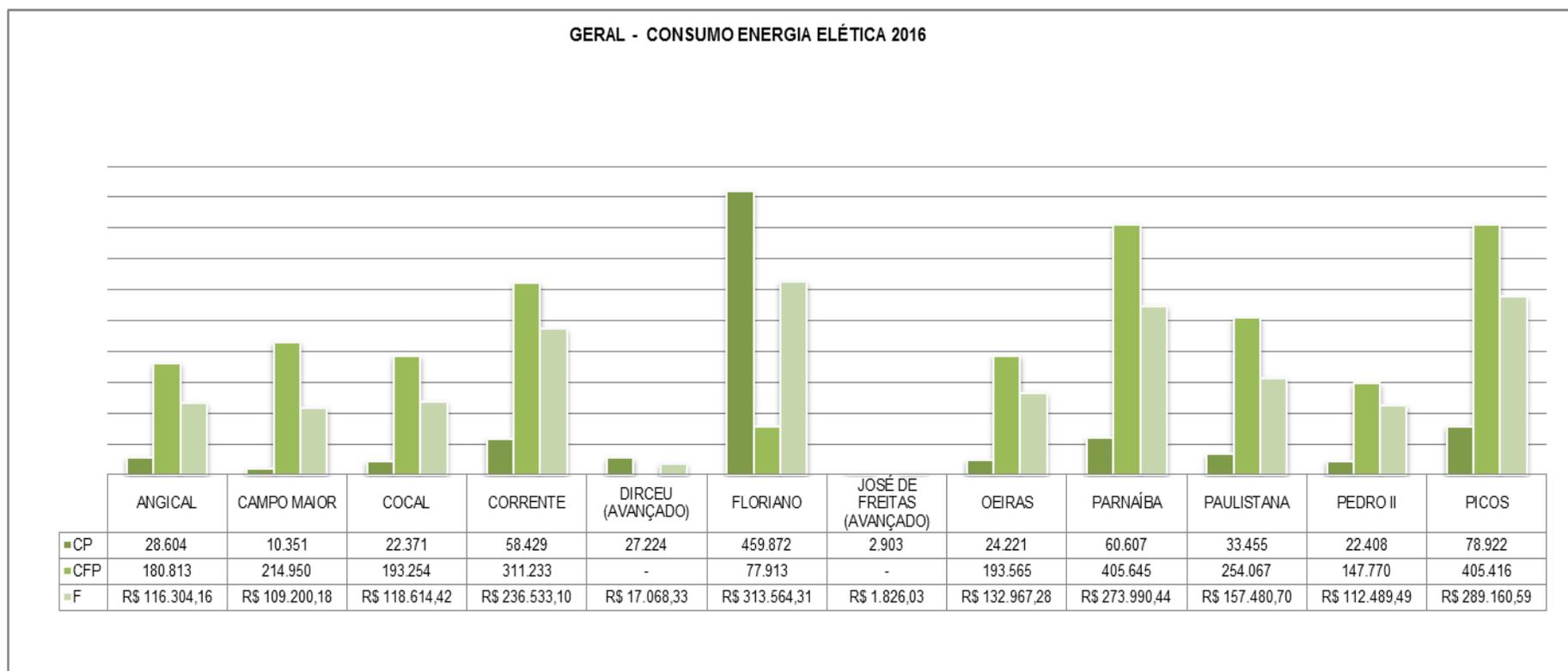
Fonte: elaborado pela PROAD, conforme dados do Sistema Esplanada Sustentável (SISPES), 2016.

A movimentação anual do consumo de energia (Figura 5) está distribuída em 21 Campi, totalizando 2.207.504 kWh de consumo ponta, 5.612.964 kWh de consumo fora de ponta, no valor anual de R\$ 4.513.507,23 (Quatro milhões e quinhentos e treze mil e quinhentos e sete reais e vinte e três centavos), por meio de concessão com a Eletrobras Distribuição Piauí.

Como análise crítica, a UPC reconhece as iniciativas já implantadas, mas reconhece a necessidade de planejamento e execução de ações mais diretas que estimulem práticas mais sustentáveis em mais Campi, tanto na implantação de políticas gerais como no consumo de recursos, tendo como resultado a efetividade com a gestão ambiental.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

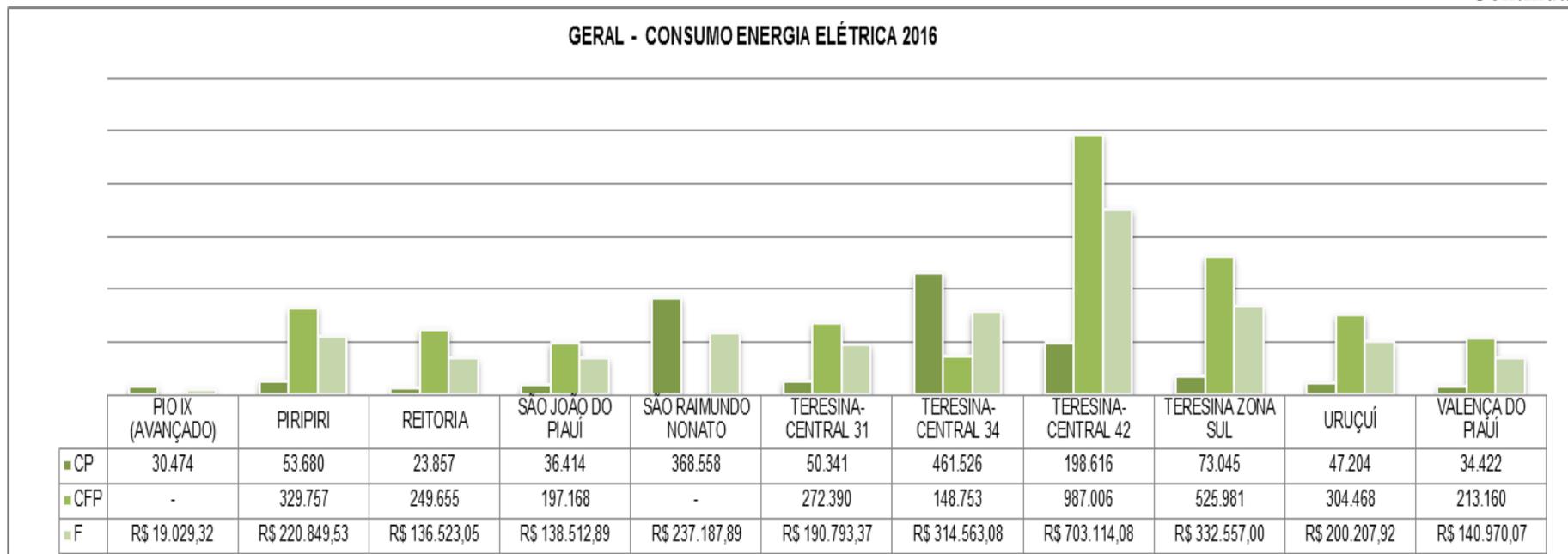
Figura 5– CONSOLIDAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ANO 2016



Legenda: CP : consumo ponta. CPF: consumo fora de ponta; F: fatura.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Continuação



Legenda: CP : consumo ponta. CPF: consumo fora de ponta; F: fatura.

Fonte: elaborado pela PROAD, conforme dados do Sistema Esplanada Sustentável (SISPES), 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Segundo o Departamento de Licitações da Pró-Reitoria de Administração, (PROAD) os únicos parâmetros de sustentabilidade que foram incluídos em algumas licitações no ano de 2016, em seus editais, se limitaram a aspectos referentes aos critérios e habilitação, nos quais foram exigidas declarações das licitantes no sentido de “comprometerem-se com o exercício de práticas sustentáveis no ato do fornecimento do material ou serviço licitado”.

Por meio da consulta no Portal de Compras do Governo Federal, no Painel de Compras no ano de 2016, o IFPI homologou nos processos de compras conforme classificação no catálogo de materiais com indicação de itens sustentáveis, Lápis de cor, sabão em pó, detergente saneante e outros.

Segundo o Departamento de Administração da Reitoria, nos contratos de serviços, como ainda não foi implantado a política ambiental no IFPI, os termos de referência e contratos seguem os modelos da Advocacia Geral da União (AGU), conforme orientação da Procuradoria Jurídica do IFPI, além da IN 02/2008 e os cadernos de logística do Ministério do Planejamento. Segundo o Departamento de Engenharia Institucional, no ano de 2016 foram realizadas algumas medidas de sustentabilidade:

- a) Aquisição de aparelhos de ar condicionado do tipo inverter;
- b) Projeto arquitetônico padrão com janelas que contemplam as normas de iluminação natural e cores favoráveis a economicidade de energia elétrica;
- c) Aquisição de placas solares pelo Campus de Floriano, com projeto e geração de energia;
- d) Na execução dos Campi de Oeiras, São João, Pedro II, Valença do Piauí, Cocal e Campo Maior foram adotados telhas termo acústica para favorecer a temperatura ambiente;
- e) Substituição de telhados do tipo cerâmico por termo acústico nos Campi de Angical, Picos e Corrente.

Segundo a Direção Geral do Campus Floriano a instalação de 660 placas corresponde uma produção de cerca de 50% a 60% do que é consumido do Campus, mas quando estiver na capacidade máxima, a economia será de R\$ 100 mil reais na conta de energia no ano.

Figura 6– PLACAS SOLARES NO TELHADO DO IFPI FLORIANO



Foto: Divulgação IFPI, 2016.

Como análise crítica, a UPC reconhece a necessidade de planejamento e execução de ações mais diretas que estimulem aquisições (bens, serviços e obras) mais sustentáveis tanto na implantação como na padronização de procedimentos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Nesta Seção a UPC apresenta dados relacionados à descrição dos canais de acesso do cidadão, informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, demonstração de mecanismos de avaliação, mecanismos de transparência e detalhamento de informações relevantes e as medidas adotadas pela unidade com vistas ao cumprimento da acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

5.1 Canais de acesso do cidadão

Esta UPC possui canal de comunicação do cidadão, criado em 2012, Resolução nº 17, 14/5/2012, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme disposição da Lei nº 12.527, de 18/11/2011. O acesso ao SIC está disponível na homepage da instituição, que possui todas as informações possíveis da instituição, e também é acessado pelo e-mail institucional: sic@ifpi.edu.br, telefone (86) 3131-1425.

Segundo dados do SIC, os cidadãos são atendidos diariamente e presencialmente, na sede da Reitoria do IFPI, sala A-103, no horário de funcionamento da Reitoria, bem como através do sistema e-SIC da CGU. Em 2016, foram atendidos 160 Pedidos de Informação via sistema e-SIC, destes, apenas 9 foram objeto de reclamação – também já respondidos, além de resposta aos e-mails enviados diretamente ao sic@ifpi.edu.br.

Após a visita institucional de representantes da CGU e recebimento do Ofício nº 16.772/2016/CGU-Regional/PI, datado de 07/10/2016, sobre procedimentos de monitoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, o IFPI desenvolveu estratégias para otimizar a Transparência Ativa através da divulgação de dados no site do IFPI, além de buscar cooperação dos setores para atendimento tempestivo dos Pedidos de Informação – via e-mail – com prazo mínimo, não havendo a perda de prazos legais de resposta aos cidadãos.

A Ouvidoria no ano de 2016 realizou 18 atendimentos, distribuídos por assunto, conforme descrição no a seguir. As solicitações foram encaminhadas via e-mail, presencial e por telefone.

No IFPI, a Diretoria de Comunicação Social (DIRCOM) é a unidade organizacional responsável pelo desenvolvimento de ações e ferramentas de comunicação institucional. Elas são construídas sobre três áreas de atuação: a instituição e os servidores, a instituição e a comunidade acadêmica, a instituição e a sociedade.

As redes sociais têm figurado dentre os canais de comunicação utilizados pelas organizações para se relacionarem com seus públicos de interesse, funcionando, assim, como uma "ouvidoria virtual". Diante desse cenário, o IFPI está presente nas redes sociais Facebook, Twitter, Youtube e Instagram.

Facebook, Twitter e Instagram são as principais redes pelas quais recebemos críticas, elogios, sugestões e dúvidas e denúncias. A DIRCOM em parceria com a Ouvidoria procura responder a todas as manifestações, seja de forma direta, após consulta aos setores da instituição, ou com indicações de como o interessado pode obter a informação desejada.

Além das redes sociais, também temos outros canais de acesso ao cidadão, utilizados para esclarecimento de dúvidas e atendimento a pedidos, reclamações, agradecimentos e elogios, como e-mail (comunicacao@ifpi.edu.br), telefone (86-3131-1426) e o link Fale com o Reitor, disponível no portal do IFPI na internet (www.ifpi.edu.br). No recebimento das manifestações (reclamações, sugestões, elogios) oriundas da sociedade através dos canais citados, a DIRCOM atua na triagem e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

encaminhamento para o setor competente na instituição, agindo diversas vezes também no retorno ao cidadão. A DIRCOM atua prestando atendimento presencial, por telefone ou internet.

Quadro 64– RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DA OUVIDORIA POR TIPO E ASSUNTO.

Tipo	Assunto	Contagem de Assunto
Denúncia	Ações	1
	Trabalho	1
	Transparência	1
Denúncia Total		3
Reclamação	Processo Seletivo	1
	Serviços Públicos	1
	Não informado	1
Reclamação Total		3
Solicitação	Benefício	1
	Concurso	3
	Gestão de Pessoas	2
	Pesquisa	1
	Processo Seletivo	1
	PRONATEC	1
	Recursos Humanos	1
	Site do Órgão	1
	Solicitação de Agenda	1
Solicitação Total		12
Total Geral		18

Fonte: Ouvidoria, 2016.

O portal do IFPI na internet passou por uma reformulação em 2016. O site passou a seguir o padrão estabelecido pelo Governo Federal, que busca padronizar os portais eletrônicos dos órgãos públicos federais. O novo portal foi desenvolvido com base nos eixos Conteúdo, Arquitetura da Informação e Identidade Visual. Esses eixos permitem que o cidadão encontre com mais facilidade as informações sobre as ações e os serviços ofertados pelo Instituto.

O site também é responsivo, ou seja, foi concebido para se adaptar a diferentes tamanhos de tela, atendendo a uma ampla variedade de dispositivos, mantendo a gestão do conteúdo organizada e eficaz, garantindo a acessibilidade digital e o acesso a qualquer momento, independentemente da forma ou dispositivo de conexão. Outra novidade diz respeito às páginas dos Campi, que ganharam mais conteúdo. Nelas, além das informações administrativas e de ensino, as notícias referentes a cada unidade receberam maior destaque.

No novo portal continuamos a disponibilizar, de forma aprimorada, informações sobre a instituição, sua estrutura, cursos, programas e projetos, informações de interesse dos servidores, estudantes e comunidade, além de notícias com as ações do Instituto. A seção “Acesso à Informação” reúne informações úteis à sociedade sobre a atuação do Instituto e que contribuem para a transparência da gestão, como dados institucionais, informações sobre ações e programas e perguntas frequentes.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

5.2 Carta de serviços ao cidadão

Esta UPC ainda não desenvolveu e implantou a Carta de Serviços ao Cidadão.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Não há mecanismo oficial para mensuração da satisfação dos cidadãos-usuários. No ano de 2016 a DIRCOM não realizou pesquisa de opinião com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do Instituto Federal do Piauí.

Esta UPC ainda não desenvolveu e implantou a Pesquisa de Satisfação junto aos usuários de seus serviços, em relação ao cumprimento de compromissos dos padrões de qualidade fixados na Carta de Serviços ao Cidadão. Porém, segundo dados da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), o IFPI possui uma Comissão Própria de Avaliação do IFPI, cujas finalidades são a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

A PROEN destaca que a proposta de autoavaliação visa contribuir de forma processual e participativa na melhoria e no aperfeiçoamento da qualidade institucional. A avaliação Institucional enquanto instrumento de gestão na instituição educacional é concebida como um poderoso e imprescindível instrumento gerencial e pedagógico que envolve aferição, revisão e construção dos seus serviços. Revela ainda, a adequação e a qualidade do desempenho institucional, com base em critérios, gerando insumos para os processos de tomadas de decisões e implantação de resultados. Participam deste processo, docentes, discentes e técnico-administrativos em educação.

A autoavaliação é um fator fundamental para a garantia da qualidade. Somente através de um rigoroso e contínuo processo de autoavaliação o IFPI poderá responder às demandas que lhe são impostas e exercer a sua missão institucional da qual depende a sua sobrevivência no futuro. Em 2016 o IFPI divulgou os resultados do relatório de autoavaliação institucional, no sítio da instituição no endereço eletrônico: http://libra.ifpi.edu.br/a-instituicao/comissoes/relatorio-de-autoavaliacao-ciclo-2015-2016/@@download/file/cpa_relatorio2015-2016.pdf.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O site da UPC apresenta dados e informações instituídos pela Lei de Acesso à Informação, contribuindo para a transparência da gestão. Os dados estão relacionados a dados institucionais, ações e programas, auditorias, convênios, despesas, licitações e contratos servidores e outros. Também é disponibilizado o Boletim de Serviço Eletrônico e as resoluções expedidas pelo Conselho Superior.

Segundo a Controladoria Interna, o IFPI possui um local de atendimento presencial na sede da reitoria para o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e também por meio de plataforma eletrônica no e-SIC, disponível em no site por meio do link:

<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>

Outro recurso disponibilizado é o Boletim de Notícias Eletrônico (*Newsletter*), que é enviado periodicamente, por e-mail, aos nossos servidores, aposentados, além de outros Institutos participantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O IFPI constituiu políticas, procedimentos e estruturas organizacionais com o intuito de permitir o acesso de todo cidadão aos seus serviços, produtos e instalações que realiza, em cumprimento a legislação específica, como a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

No dia 18 de junho de 2015 foi aprovada através resolução nº 004/2015O a Política de Diversidade e Inclusão para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. A mesma orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o acesso, permanência e êxito ao discente.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas– NAPNE e Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI. A Pró-Reitoria de extensão (PROEX – IFPI) através de uma assessoria de inclusão e diversidade, faz o acompanhamento e elaboração dessas atividades junto aos Napnes.

Nesse contexto o Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, busca implementar por meio do plano de ação elaborado para o ano de 2016, as ações do NAPNE buscando consolidar uma política de educação de inclusão no IFPI. Esse processo educacional começa antes mesmo da matrícula, pensando em uma adequação curricular, passando até a conclusão do curso, atendendo a proposta do PDI(2015 – 2019).

No ano de 2016 foi criado um link no sítio do IFPI do NAPNE, com a intenção de aglomerar as ações e informações para esse público específico. O NAPNE como foi explanado acima é o local de atendimento específico para as pessoas.

Durante todo o ano foram ofertados curso de extensão em Libras para a comunidade interna e externa com reserva de vagas para os integrantes do NAPNE. A Pró-reitoria de extensão lançou edital de cursos de curta duração n. 069/2015 onde foram selecionados projetos em formato de curso, com área/linha temática em Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade. Os projetos foram planejados e executados com carga horária de 80h e os mesmos foram grande parte operacionalizados em 2016. Esses projetos tem como proponentes professores e alunos do IFPI e são direcionados aos alunos com deficiência, comunidade externa e acadêmica em geral.

No que concerne as tecnologias assistiva ou ajuda técnica, possuímos duas impressoras em Braille, Ledor, Soroban, Plano inclinado, Lupas com e sem led e lupas régua, estes, buscam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

O Instituto também dispõe de serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes (concuradas) e pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento. Continuamente capacitamos pessoal (docentes, discentes e servidores em geral) para prestar atendimento às pessoas com deficiências. Para facilitar o processo de inserção destes alunos, os NAPNES fizeram parcerias com instituições da comunidade externa, como: ACEP, Central de Libras, APADA, CAP, CAS, AMA e outros;

Numa perspectiva de fazer alusão ao dia 21 de setembro (Dia da pessoa com deficiência) promovemos o I desfile de Moda Inclusiva, onde os alunos do curso de moda e técnico em

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

vestuário confeccionaram roupas adaptadas para os alunos com deficiência e a exposição foi feita por um desfile em passarela, Ressaltamos que um aluno surdo foi convidado para o mercado de trabalho como modelo, demonstrando assim a inserção no mercado de trabalho.

Um outro evento foi o I Mostra Inclusiva, onde alunos com deficiências e/ou limitações tiveram a oportunidade de demonstrar suas habilidades artísticos-culturais.

Em todos os processos seletivos realizados pelo IFPI, é disponibilizado em seu portal, na página da seleção ou da avaliação desejada, um formulário em que as pessoas com deficiência podem solicitar atendimentos especiais. Ao acessá-lo, o candidato informa sua deficiência e solicita recurso, auxílio ou autorização específica. Portadores de deficiência visual, por exemplo, podem requisitar auxílio de leitor, máquina braile, prova em braile e prova superampliada; portadores de deficiência física podem, entre outras opções, requisitar sala térrea ou mesa adaptada para cadeira de rodas.

O IFPI disponibiliza atualmente 5% da vagas no ensino regular (SISU/Exame Classificatório), como política de ação afirmativa no ingresso aos Cursos Técnicos Subsequentes, Concomitantes e Integrados ao Ensino Médio e Cursos de Graduação, visando a oportunidade de ingresso na instituição.

Em 2016 o Departamento de Engenharia Institucional/PRODIN realizou:

- a) O projeto e execução de calçadas acessíveis nos dois quarteirões do Campus Teresina Central, composto por uma calçada com largura acessível, piso direcional, rampas de acesso para cadeirantes e ainda mapa tátil na entrada do campus;
- b) Projeto de acessibilidade nos campus de Piripiri, Picos e Pedro II;
- c) Arranjo para acessibilidade no campus de Picos para atender de imediato dois alunos cadeirantes no ano de 2016 contemplando uma rampa na entrada e uma passarela ligando a administração do campus.
- d) Diversos projetos estão em andamentos, visando melhorar a acessibilidade física de diferentes Campi.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Nesta Seção a UPC apresenta dados relacionados ao desempenho financeiros no exercício e demais itens, relacionados ao tratamento contábil da depreciação, amortização, exaustão, avaliação e mensuração de ativos e passivos, e as demonstrações contábeis.

6.1 Desempenho financeiro no exercício

No exercício de 2016, a UPC recebeu de ingressos no valor de R\$ 445.381.294, (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos), enquanto em 2015 foi de R\$ 380.187.079,53 (trezentos e oitenta milhões, cento e oitenta e sete mil, setenta e nove reais e cinquenta e três centavos). A movimentação a maior em 2016 foi devido à realização de um concurso público.

Quanto aos dispêndios, em 2016 a UPC efetuou pagamentos e incorreu em obrigações, conforme demonstrativo no Balanço Financeiro do Anexo 1.

A gestão financeira da UPC encontrou dificuldades para realizar os pagamentos devidos, motivados pelos repasses realizados pela setorial, com valores insuficientes para honrar compromissos assumidos no exercício. Também ocorreu contingenciamento, por motivo de dificuldade de arrecadação de receita da União.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A UPC ainda não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. Justificamos por meio deste, que o sistema utilizado pelo IFPI, o sistema SUAP, não está adaptado para realizar depreciação, amortização e exaustão de bens de forma fidedigna. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) está trabalhando para que o sistema seja adaptado às normas legais.

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, visto que a UPC ainda não tem permissão para utilizar o Sistema de Custos do Governo Federal. O acesso ao SIC está restrito a servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna, reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas

A UPC apresenta as demonstrações contábeis, conforme anexos:

- a) Balanço financeiro (Anexo 1);
- b) Balanço orçamentário (Anexo 2);
- c) Balanço patrimonial (Anexo 3);
- d) Demonstrações dos fluxos de caixa (Anexo 4);
- e) Demonstrações das variações patrimoniais (Anexo 5).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Esta seção retrata o tratamento e atendimento das demandas específicas provenientes de legislação específica e dos órgãos de controle.

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Segundo a AUDIN e Controladoria, no exercício de 2016, foi encaminhado ao Instituto Federal do Piauí 03 recomendações, as quais se encontram descritas no quadro a seguir.

Quadro 65 – TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU 2016

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.128/2015-9	975/2016-TCU-Plenário	1.8	Ofício 0290/2016-TCU/SecexEducação, de 17/05/2016	08/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí/Coordenação Geral do Pronatec/Controladoria Interna/Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí que apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados à peça 15 deste processo, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por intermédio do Memorando Circular nº 09/2016/PRONATEC/REITORIA, de 23.05.2016, a Coordenadora-Geral do Pronatec informou as seguintes providências:				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Solicitação de jornada com carga horária de todos os servidores que desenvolveram atividade no Bolsa Formação em 2015 (PSAD, docentes; Folha de Frequência, TAE's); 2. Envio da listagem de servidores relacionados na "peça 15" à Controladoria Interna para apuração de sobreposição de jornada; 3. Proposição de alteração de normativo interno que regulamente as atribuições, critérios de seleção e manutenção de servidores (docentes e técnicos) no programa, para prevenção de eventuais sobreposições de jornada. 				
Segundo a Controladoria, as medidas estão sendo adotadas através do processo nº 23172.000621/2016-92, onde os servidores foram comunicados a fazerem o ressarcimento de valores recebidos ou compensação da jornada.				
No que diz respeito às competências da Auditoria Interna, no exercício de 2016, não foi realizada auditoria para acompanhar a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no âmbito do Instituto Federal do Piauí-IFPI, tendo em vista que as ações de auditoria são planejadas no mês de outubro do ano anterior a sua execução. Há, no entanto, previsão expressa no PAINT/2017 de ação de auditoria neste sentido.				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.128/2015-9	975/2016	1.9	Ofício 0290/2016-	03/06/2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			TCU/SecexEducação, de 17/05/2016	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí/Coordenação Geral do Pronatec				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí que publique os extratos dos editais de seleção dos bolsistas do Pronatec no Diário Oficial da União, conforme exigido em norma interna do Instituto e em cumprimento aos princípios da publicidade e da impessoalidade previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por intermédio do Memorando Circular nº 09/2016/PRONATEC/REITORIA, de 23.05.2016, a Coordenadora-Geral do Pronatec informou as seguintes providências:				
<ol style="list-style-type: none"> Proposição de alteração de normativo interno que determina a publicação dos editais de seleção simplificada no Diário Oficial da União, sem prejuízos à publicidade e à competitividade, prezando, pois, pela economicidade; 				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 009.095/2015-2	11374/2016-TCU-2ª Câmara	9.2	Ofício Circular nº 818/2016-MP	15/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
IFPI/REITORIA/DIGEP				
Descrição da determinação/recomendação				
Orienta que verifiquem se os pagamentos de retribuição por titulação estão de acordo com a legislação sobre o assunto e o entendimento daquele Tribunal de Contas da União. Efetuar o pagamento de Retribuição por Titulação – RT, somente com apresentação do Diploma de conclusão do curso, em cumprimento aos arts. 17 e 18 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
As concessões estão suspensas até a reformulação da Resolução CONSUP que trata da matéria, no sentido de adequar ao acórdão nº 11374/2016-TCU-2ª Câmara.				

Fonte: AUDIN e Controladoria, 2016.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2016, não foram emitidas ao IFPI recomendações constantes em relatórios ou notas técnicas da Controladoria-Geral da União (CGU). Não é de conhecimento da Auditoria Interna e nem da Controladoria de quaisquer documentos desta natureza.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Segundo a Controladoria Interna da UPC, no ano de 2016 não ocorreu fatos que justificassem a apuração de responsabilidades por dano ao erário.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Segundo o Departamento de Licitações da Reitoria e do Departamento de Administração da Reitoria, todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações, terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, conforme artigo 5º, da lei 8.666/93.

O Departamento de Administração da Reitoria destaca que o cronograma segue a cláusula de pagamento das minutas padrões, conforme a especificação do objeto licitado:

- a) O pagamento será efetuado pelo contratante no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da contratada;
- b) No caso de as notas fiscais ou faturas serem emitidas e entregues no contratante em data posterior ao dia 20 (do mês da prestação do serviço), será imputado à contratada o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes;
- c) Nenhum pagamento será efetuado à contratada na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
 - Atestação de conformidade do serviço executado;
 - Apresentação da comprovação dos documentos legais necessários;
 - O contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos do contrato.
- d) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação de fórmula específica.

Quanto ao cumprimento de pagamento das obrigações por parte da contratante, segundo a Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (DOCF), os encargos tributários são pagos, conforme data específica de recolhimento. O pagamento do valor líquido da fatura fica condicionado ao repasse de recursos financeiros provenientes da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO).

O Departamento de Licitações da Reitoria destaca que há utilização dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, que beneficia Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), sempre que cabível, a citar editais preparados pela Reitoria.

No IFPI não existe manual próprio de licitações e contratações, mas segue normas e ordenamento jurídico sobre o tema.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Segundo o Departamento de Administração da Reitoria, nenhum dos contratos vigentes e nem encerrados no ano de 2016 foram contemplados com revisões, baseada no artigo 7º da Lei nº 12.546/2011 e no art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

A UPC no ano de 2016 incorreu em despesas com publicidade do tipo institucional, legal e utilidade pública, conforme Quadro 66, e não houve despesas com ações de Publicidade Mercadológica. Segundo a Instrução Normativa da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), da nº 5/2011, de 5 de junho de 2011, a Publicidade Institucional, a Publicidade Legal e Publicidade de Utilidade Pública são definidas como:

Publicidade Institucional: a que se destina a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas e de promover o Brasil no exterior;

Publicidade Legal: a que se destina a dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender a prescrições legais;

Publicidade de Utilidade Pública: a que se destina a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios individuais ou coletivos e que melhorem a sua qualidade de vida. (TCU, 2016).

Quadro 66 – DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2080/20RL	R\$ 9.700,00	4.380,00
Legal	2080/20RL	R\$ 607.228,75	R\$ 490.165,17
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	2080/20RL	R\$ 3.412,50	R\$ 3.412,50
		R\$ 620.341,25	R\$ 497.957,67

Fonte: Tesouro Gerencial 2016, PROAD.

A Publicidade Institucional foi decorrente de serviços de contratação de emissora de rádio e publicação em jornal local. A publicação legal foi decorrente de serviços com a Imprensa Nacional e outros jornais locais, atendendo aos fins previstos. A publicidade de Utilidade Pública foi para confecção de materiais gráficos.

No ano de 2016, por falhas internas, ocorreu um erro de classificação no grupo da Publicidade Institucional e Publicidade de Utilidade Pública, e como análise crítica, há uma necessidade de padronização de rotinas para as solicitações de publicidade, tendo em vista, a existência da Diretoria de Comunicação Social, antiga Assessoria de Comunicação (ASCOM), órgão responsável pelas atribuições de planejamento, organização e a avaliação dos materiais de divulgação de informações institucionais e de interesse público em diversas mídias.

Segundo, a DIRCOM, os materiais veiculados na modalidade institucional e utilidade pública não passaram para análise e manifestação da correta classificação da publicidade. Como medida corretiva para 2017, está sendo reformulada a rotina de solicitações de publicidade na UPC.

Quanto aos resultados da estratégia de publicidade aplicados, os setores responsáveis pelo atesto dos serviços manifestam a efetividade das ações.

Os valores que não foram pagos no exercício de 2016, foram inscritos em Restos a Pagar, no total de R\$ 122.383,58. Também foram pagos os RP inscritos no ano de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

A instituição cumpre totalmente o atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005, em relação a oferta da disciplina de Libras nos Cursos Superiores de Licenciatura, conforme o Quadro 67, comprovada nas matrizes curriculares disponíveis na página da instituição, <http://libra.ifpi.edu.br/cursos/licenciatura>.

Quadro 67 – TABELA DE CURSOS SUPERIORES DE LICENCIATURA

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
MATEMÁTICA	1103910	Angical do Piauí	SIM	Parcialmente
FÍSICA	1126885	Angical do Piauí	SIM	Parcialmente
QUÍMICA	1341227	Cocal	SIM	Parcialmente
MATEMÁTICA	1341230	Cocal	SIM	Parcialmente
MATEMÁTICA	1103911	Corrente	SIM	Parcialmente
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	83927	Floriano	SIM	Parcialmente
MATEMÁTICA	83929	Floriano	SIM	Parcialmente
FÍSICA	1375998	Oeiras	SIM	Parcialmente
QUÍMICA	1103371	Parnaíba	SIM	Parcialmente
FÍSICA	1103809	Parnaíba	SIM	Parcialmente
QUÍMICA	1341231	Paulistana	SIM	Parcialmente
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1341234	Pedro II	SIM	Parcialmente
QUÍMICA	1103854	Picos	SIM	Parcialmente
FÍSICA	1103900	Picos	SIM	Parcialmente
MATEMÁTICA	1103813	Piripiri	SIM	Parcialmente
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1376002	São João do Piauí	SIM	Parcialmente
MATEMÁTICA	1127113	São Raimundo Nonato	SIM	Parcialmente
FÍSICA	1375423	São Raimundo Nonato	SIM	Parcialmente
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	63045	Teresina	SIM	Parcialmente
FÍSICA	63055	Teresina	SIM	Parcialmente
QUÍMICA	63059	Teresina	SIM	Parcialmente
MATEMÁTICA	63062	Teresina	SIM	Parcialmente
INFORMÁTICA	1166493	Teresina	SIM	Parcialmente
MATEMÁTICA	1103912	Uruçuí	SIM	Parcialmente
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1341233	Uruçuí	SIM	Parcialmente

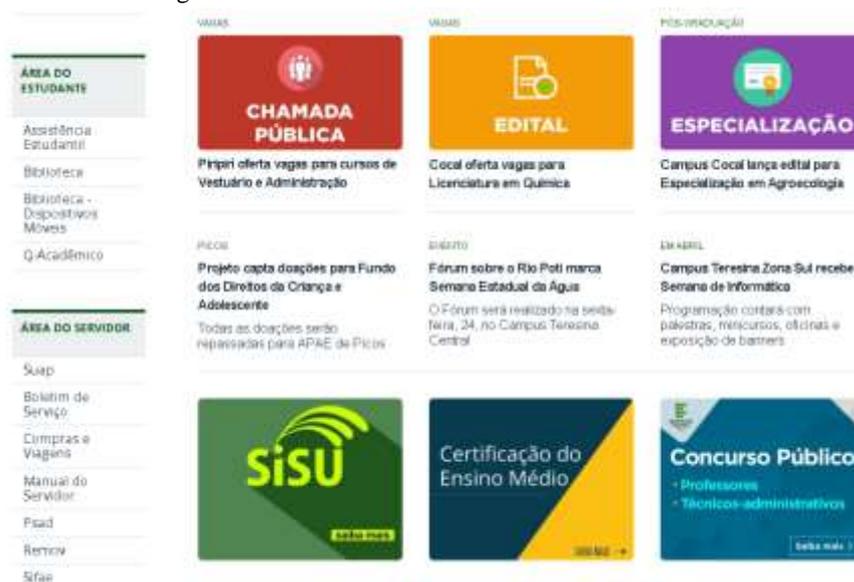
Fonte: Tesouro Gerencial 2016, PROAD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Atendemos parcialmente o artigo 32 § 1º da Portaria MEC 40/2007; § 1, devido a dificuldades físicas, as informações se encontram nos departamentos e coordenações e § 2, a página eletrônica passa por reformulação, conforme a Figura 7, visando atender totalmente ao artigo, mas a mesma já atende totalmente ou parcialmente, os quesitos :

- Conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC (totalmente). Página eletrônica: <http://libra.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional>.
- Descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização. Página eletrônica: <http://libra.ifpi.edu.br/area-do-estudante/biblioteca>.
- A página com as informações dos cursos, visto que a página passou por alterações substanciais no ano de 2016, está sendo reformulada em 2017 para atender melhor a publicação da mencionada Portaria, sendo alguns cursos já estão com os dados cadastrados. <http://libra.ifpi.edu.br/cursos>.

Figura 7– PÁGINA ELETRÔNICA DO IFPI



Fonte: <http://libra.ifpi.edu.br/>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ANEXOS

- Anexo 1 – Balanço financeiro
- Anexo 2 – Balanço orçamentário
- Anexo 3 – Balanço patrimonial
- Anexo 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa
- Anexo 5 – Demonstrações das variações patrimoniais
- Anexo 6 – Resumo consolidado objetivos/metasp exercício 2016



TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 27/01/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	2.379.065,69	866.295,76	Despesas Orçamentárias	354.648.565,49	304.571.237,31
Ordinárias	191.146,93	227.487,70	Ordinárias	99.006.781,97	62.429.489,30
Vinculadas	2.187.918,76	669.898,06	Vinculadas	255.641.783,52	242.141.748,01
Educação	16.306,22		Educação	225.921.867,58	177.686.612,24
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.171.612,54	669.898,06	Seguridade Social (Exceto RGPS)	28.060.045,17	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-31.090,00	Operação de Crédito		63.344.669,77
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.659.870,77	864.512,37
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		245.953,63
Transferências Financeiras Recebidas	411.645.594,87	341.582.378,11	Transferências Financeiras Concedidas	60.478.987,27	44.596.531,26
Resultantes da Execução Orçamentária	377.377.384,08	309.383.093,14	Resultantes da Execução Orçamentária	46.972.992,90	33.659.027,84
Repasso Recebido	330.664.929,79	275.728.665,30	Repasso Concedido	260.538,61	4.600,00
Sub-repasso Recebido	46.712.454,29	33.654.427,84	Sub-repasso Concedido	46.712.454,29	33.654.427,84
Independentes da Execução Orçamentária	34.268.210,79	32.199.284,97	Independentes da Execução Orçamentária	13.505.994,37	10.937.503,42
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	33.042.140,06	30.773.007,32	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	13.298.541,22	10.708.915,72
Demais Transferências Recebidas	942,07	114,27	Movimento de Saldos Patrimoniais	207.453,15	228.587,70
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.225.128,66	1.426.163,38	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	25.242.455,46	31.300.963,57	Despesas Extraorçamentárias	24.091.734,02	24.905.132,52
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.831.448,51	9.433.335,41	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.752.880,11	4.369.926,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	20.532.621,71	21.243.264,13	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.468.555,09	19.913.450,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	878.385,24	621.555,17	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	868.107,96	621.755,17
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	2.808,86	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.190,86	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	2.808,86	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.190,86	-
Saldo do Exercício Anterior	6.114.178,44	6.437.442,09	Saldo para o Exercício Seguinte	6.162.007,68	6.114.178,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.114.178,44	6.437.442,09	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.162.007,68	6.114.178,44
TOTAL	445.381.294,46	380.187.079,53	TOTAL	445.381.294,46	380.187.079,53

NOTA EXPLICATIVA - BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS

- 1) Os Recebimentos Extraorçamentários correspondem a 5,67% do total dos Ingressos no exercício de 2016.
- 2) Os Recebimentos Extraorçamentários houve uma diminuição correspondente a 19,36% em relação ao exercício de 2015.
- 3) As Receitas Orçamentárias correspondem a 0,53% do total dos Ingressos.
- 4) Quanto as Receitas Orçamentárias, em 2016, houve um aumento de 174,63%, em relação ao exercício anterior. As Receitas Vinculadas aumentaram 226,60% em relação a 2015.

DISPÊNDIOS

- 1) As Despesas Orçamentárias correspondem a 79,63% do total dos dispêndios.
- 2) As Transferências Financeiras Recebidas aumentaram 20,51% em relação ao exercício de 2015.
- 3) As Despesas Extraorçamentárias correspondem a 5,41% do total dos dispêndios.
- 4) As Transferências Financeiras Concedidas tiveram um aumento de 35,61% em relação a 2015.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ANEXO 2

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI
ORGÃO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 28/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.767.194.00	2.767.194.00	2.171.612.54	-595.581.46
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.767.194.00	2.767.194.00	2.171.363.12	-595.830.88
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.767.194.00	2.767.194.00	2.171.363.12	-595.830.88
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	249.42	249.42
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	249.42	249.42
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-

RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.767.194.00	2.767.194.00	2.171.612.54	-595.581.46
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.767.194.00	2.767.194.00	2.171.612.54	-595.581.46
DÉFICIT	-	-	345.082.640.92	345.082.640.92
TOTAL	2.767.194.00	2.767.194.00	347.254.253.46	344.487.059.46
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	289.157.048.00	351.982.705.00	341.404.057.48	330.735.102.69	327.838.528.74	10.578.647.52
Pessoal e Encargos Sociais	210.228.911.00	264.392.593.00	257.627.352.14	257.387.539.19	257.234.442.10	6.765.240.86
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	78.928.137.00	87.590.112.00	83.776.705.34	73.347.563.50	70.604.086.64	3.813.406.66
DESPESAS DE CAPITAL	13.687.551.00	9.752.525.00	5.850.195.98	2.116.930.58	1.637.403.12	3.902.329.02
Investimentos	13.687.551.00	9.752.525.00	5.850.195.98	2.116.930.58	1.637.403.12	3.902.329.02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	302.844.599.00	361.735.230.00	347.254.253.46	332.852.033.27	329.475.931.86	14.480.976.54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	302.844.599.00	361.735.230.00	347.254.253.46	332.852.033.27	329.475.931.86	14.480.976.54
TOTAL	302.844.599.00	361.735.230.00	347.254.253.46	332.852.033.27	329.475.931.86	14.480.976.54

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.738.089.14	14.251.008.73	7.425.026.40	7.403.605.60	6.544.913.88	4.040.578.39
Pessoal e Encargos Sociais	-	16.201.30	1.563.07	1.563.07	14.638.18	0.05
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.738.089.14	14.234.807.43	7.423.463.33	7.402.042.53	6.530.275.70	4.040.578.34
DESPESAS DE CAPITAL	2.832.742.20	6.396.468.56	5.684.097.38	5.683.921.86	1.393.585.45	2.151.703.45
Investimentos	2.832.742.20	6.396.468.56	5.684.097.38	5.683.921.86	1.393.585.45	2.151.703.45
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.570.831.34	20.647.477.29	13.109.123.78	13.087.527.46	7.938.499.33	6.192.281.84

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.326.53	6.628.764.95	6.608.683.46	18.257.49	6.150.53
Pessoal e Encargos Sociais	-	94.436.35	94.436.35	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.326.53	6.534.328.60	6.514.247.11	18.257.49	6.150.53
DESPESAS DE CAPITAL	7.568.13	2.036.705.16	2.036.705.16	-	7.568.13
Investimentos	7.568.13	2.036.705.16	2.036.705.16	-	7.568.13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	11.894.66	8.665.470.11	8.645.388.62	18.257.49	13.718.66

NOTA EXPLICATIVA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Ao final do exercício de 2016, o IFPI arrecadou R\$ 2.379.065,69, correspondente a 85,97% da Previsão da Receita Atualizada, totalizando um déficit de R\$ 388.128,31. As Receitas Correntes são compostas por Receitas de Serviços (Serviços Administrativos e Comerciais Gerais) na grande maioria, totalizando R\$ 2.171.363,12, 91,27% do total arrecadado. R\$ 207.702,57 corresponde a Outras Receitas Correntes (Indenizações, Restituições e Ressarcimentos).

Não houve arrecadação através de Receitas de Capital no exercício de 2016.

O valor total da Dotação Atualizada é de R\$ 361.735.230,00, o percentual executado perfaz um total de 96,00%, sendo que o maior montante, R\$ 264.392.593,00, corresponde a despesas com Pessoal e Encargos Sociais; desse valor, 96,84% foi executado. A Dotação Atualizada para Outras Despesas Correntes é R\$ 87.590.112,00, sendo que R\$ 83.776.705,34 foi executado, correspondente 95,64%.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ANEXO 3

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	8.995.106.02	8.830.923.07	PASSIVO CIRCULANTE	3.880.765.72	12.407.167.62
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.162.007.68	6.114.178.44	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	194.790.50	773.848.89
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	471.669.68	547.249.74	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.905.886.55	7.397.126.33
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.361.428.66	2.169.494.89	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	780.088.67	4.236.192.40
ATIVO NÃO CIRCULANTE	256.337.243.54	249.567.522.59	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.880.765.72	12.407.167.62
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	255.541.258.66	248.771.537.71			
Bens Móveis	103.674.365.49	96.771.282.73			
Bens Móveis	103.700.921.42	96.797.838.66			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-26.555.93	-26.555.93			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	151.866.893.17	152.000.254.98			
Bens Imóveis	152.767.512.05	152.407.492.20			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-900.618.88	-407.237.22			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	795.984.88	795.984.88			
Softwares	795.189.88	795.189.88			
Softwares	795.189.88	795.189.88			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	795.00	795.00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	795.00	795.00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	265.332.349.56	258.398.445.66	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	265.332.349.56	258.398.445.66

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	6.162.007,68	6.202.425,15	PASSIVO FINANCEIRO	31.547.777,38	41.721.478,05
ATIVO PERMANENTE	259.170.341,88	252.196.020,51	PASSIVO PERMANENTE	8.821,73	5.900,79
			SALDO PATRIMONIAL	233.775.750,45	216.671.066,82

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	35.258.907,80	28.431.036,24	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	11.698.962,49	8.794.683,68
Execução dos Atos Potenciais Ativos	35.258.907,80	28.431.036,24	Execução dos Atos Potenciais	11.698.962,49	8.794.683,68
Garantias e Contragarantias	644.427,23	644.427,23	Garantias e Contragarantias	-	-
Direitos Conveniados e Outros	34.614.480,57	27.786.609,01	Obrigações Conveniadas e Outros	1.932,00	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	11.697.030,49	8.794.683,68
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	35.258.907,80	28.431.036,24	TOTAL	11.698.962,49	8.794.683,68

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-5.690.924,85
Recursos Vinculados	-19.694.844,85
Educação	-21.656.437,81
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-182.002,75
Operação de Crédito	1,21
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.138.131,38
Outros Recursos Vinculados a Fundos	5.463,12
TOTAL	-25.385.769,70

NOTA EXPLICATIVA BALANÇO PATRIMONIAL

1) Ativo Circulante

A maior parte do Ativo Circulante é Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 6.162.007,68, que corresponde a 2,32% do Ativo Total. O Ativo Circulante corresponde a 3,39% do Ativo, enquanto que o Ativo Não Circulante corresponde a 96,61%. A conta de Estoques houve um crescimento de 8,85% em relação a 2015.

2) Ativo Não Circulante

O Imobilizado, que compõe o Ativo Não Circulante, possui um saldo de R\$ 255.541.258,66, que corresponde a 96,31% do Ativo. O mesmo, encontra-se superavaliado, pois o IFPI não está depreciando seus bens móveis e imóveis, pois não possui um sistema confiável para fazê-lo. Apenas os Bens Imóveis registrados no SPIUNET estão sendo depreciados. O saldo da conta Depreciação Acumulada referente a Bens Móveis é de R\$ 26.555,93; esse saldo é remanescente do exercício de 2015, quando foi realizado lançamentos através de Nota de Sistema pela CCONT, e o saldo depreciado relacionado a Bens Imóveis é de R\$ 900.618,88.

Quanto a estes bens, houve um acréscimo de 121,15% na conta Depreciação Acumulada de Bens.

Quanto ao Intangível, o saldo da conta Amortização Acumulada permanece inalterado, pois nenhum bem foi amortizado conforme as normas legais. Diante do exposto, o Balanço Patrimonial encontra-se superavaliado, com informações e valores que não refletem a realidade de seus Bens Móveis e Imóveis, pois os mesmos não estão sendo depreciados, assim como o Intangível, que não vem sendo amortizado.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ANEXO 4

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	9.608.156.22	16.535.231.76
INGRESSOS	414.903.045.80	343.070.229.04
Receitas Derivadas e Originárias	2.379.065.69	866.295.76
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.171.363.12	638.805.17
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	207.702.57	227.490.59
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	412.523.980.11	342.203.933.28
Ingressos Extraorçamentários	878.385.24	621.555.17
Transferências Financeiras Recebidas	411.645.594.87	341.582.378.11
DESEMBOLSOS	-405.294.889.58	-326.534.997.28
Pessoal e Demais Despesas	-309.459.342.34	-251.936.812.46
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-30.578.083.65	-27.880.819.78
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-278.879.067.83	-224.058.801.54
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-

Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-2.190.86	2.808.86
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-34.488.452.01	-29.379.898.39
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-34.370.676.01	-29.379.898.39
Outras Transferências Concedidas	-117.776.00	-
Outros Desembolsos das Operações	-61.347.095.23	-45.218.286.43
Dispêndios Extraorçamentários	-868.107.96	-621.755.17
Transferências Financeiras Concedidas	-60.478.987.27	-44.596.531.26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.560.326.98	-16.858.495.41
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-9.560.326.98	-16.858.495.41
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.180.809.14	-16.741.762.10
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-379.517.84	-116.733.31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	47.829.24	-323.263.65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.114.178.44	6.437.442.09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.162.007.68	6.114.178.44

NOTA EXPLICATIVA - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES

O total dos Ingressos no exercício de 2016, foi de R\$ 414.903.045,80, que em relação a 2015, teve um aumento de 20,94%. Quanto às Receitas Derivadas, o montante final é R\$ 2.379.065,69, que em comparação com o exercício anterior, houve um crescimento de 174,63%. Dessas receitas citadas, a que se destacou com um saldo bastante significativo é a Receita de Serviços, com um total de R\$ 2.171.363,12. O crescimento em relação a 2015, é de 239,91%. A maior parte desse valor é correspondente às receitas arrecadadas com o concurso público realizado no período. As Receitas Derivadas correspondem a 0,57% do total dos Ingressos.

Os Outros Ingressos das Operações possuem o valor mais significativo, R\$ 412.523.980,11, sendo que em relação a ano anterior, houve um crescimento de 20,55%. As Transferências Financeiras Recebidas no período foi de R\$ 411.645594,87, sendo que a maior parte desse valor foi para pagamento de despesas com salários dos servidores.

Quanto aos Desembolsos, o total foi de R\$ 405.294.889,58, sendo que R\$ 309.459.342,34, ou seja, 76,35%, foi para pagamento de despesas com pessoal e demais despesas. Houve um acréscimo de 22,83% em relação ao exercício anterior.

O valor total das Transferências Concedidas é R\$ 34.488.452,01, sendo que o valor mais significativo são as Transferências Intragovernamentais, com o total de R\$ 34.370.676,01, representando um percentual de 99,66%. No período houve um aumento de 17,39%.

Outro item com valores significativos são os Outros Desembolsos das Operações, que possui um saldo de R\$ 61.347.095,23, 98,58% desse total é referente às Transferências Financeiras Concedidas.

Diante do exposto, o Fluxo de Caixa das Atividades das Operações foi positivo em R\$ 9.608.156,22, porém houve uma diminuição de 41,89% em relação ao exercício anterior.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Com relação a esse tópico, não houve Ingressos, apenas Desembolsos, que possui um saldo de R\$ 9.560.326,98, 96,03% desse total, está relacionado a aquisição de Ativo Não Circulante, ou seja, R\$ 9.180.809,14. Esses desembolsos estão relacionado com as Despesas de Capital (Investimentos).

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Não houve transações relacionadas com este tópico no exercício de 2016.

A Geração de Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa foi positiva no período, chegando a um total de R\$ 47.829,24. Esse valor é a diferença entre o Fluxo de Caixa das Atividades das Operações e o Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ANEXO 5

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 10/03/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	419.949.307.70	363.681.119.74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	73.822.32	-
Contribuições Sociais	73.822.32	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.171.249.60	639.045.17
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.171.249.60	639.045.17
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	113.52	2.89
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	113.52	2.89
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	414.751.806.85	349.656.008.73
Transferências Intragovernamentais	411.645.594.87	341.582.378.11
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.106.211.98	8.073.630.62
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.744.612.84	12.838.246.68
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	93.916.86	111.875.00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.650.695.98	12.726.371.68
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	207.702.57	547.816.27
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	207.702.57	547.816.27

VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	404.146.866.33	351.828.179.94
Pessoal e Encargos	244.764.238.57	207.400.645.46
Remuneração a Pessoal	191.337.697.03	165.048.602.38
Encargos Patronais	33.643.708.65	28.603.289.30
Benefícios a Pessoal	19.029.461.38	12.796.672.08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	753.371.51	952.081.70
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.704.100.70	26.201.291.86
Aposentadorias e Reformas	25.520.476.96	21.205.403.74
Pensões	5.112.741.82	4.921.709.55
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	70.881.92	74.178.57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	54.078.891.28	43.469.412.51
Uso de Material de Consumo	5.743.301.20	4.207.803.76
Serviços	47.842.208.42	39.171.206.77
Depreciação, Amortização e Exaustão	493.381.66	90.401.98
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.531.63	7.054.50
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.531.63	6.814.50
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	240.00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	63.627.685.67	51.915.395.74
Transferências Intragovernamentais	60.478.987.27	44.596.531.26
Transferências Intergovernamentais	47.235.00	70.541.00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.101.463.40	7.248.323.48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.142.733.63	16.242.866.15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	5.243.80	-
Incorporação de Passivos	12.053.67	5.821.648.50
Desincorporação de Ativos	1.125.436.16	10.421.217.65
Tributárias	324.134.12	200.698.83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	388.00	1.742.00
Contribuições	323.746.12	198.956.83
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.502.550.73	6.390.814.89
Premiações	108.00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	9.431.263.43	6.264.085.15
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	71.179.30	126.729.74
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15.802.441.37	11.852.939.80

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

2016

2015

NOTA EXPLICATIVA - DVP

O valor total das variações Patrimoniais Aumentativas, conta contábil: 4000000000, em 31/12/2016 é de R\$ 419.949.307,70, 15,47% a mais em relação ao mesmo período de 2015. Os valores mais significativos são os resultantes da Exploração de Bens, Serviços e Direitos, conta contábil: 43000000000, que totalizam R\$ 2.171.249,60. Através da Análise Horizontal, identificamos um aumento de 239,76% em relação ao mesmo período de 2015. Esse aumento ocorreu pela arrecadação de receitas relacionadas com o concurso público realizado pelo IFPI.

O aumento de 121,15% da conta contábil: 333110200 - Depreciação de Bens Imóveis, em relação ao mesmo período do ano passado, se justifica pelo fato de alguns bens imóveis do IFPI estarem cadastrados no SPIUNET, e a CCONT está realizando os lançamentos de depreciação dos mesmos, conforme planilha encaminhada pela SPU, durante todo o ano de 2016. O valor depreciado de Bens Imóveis no quarto trimestre totaliza R\$ 900.618,88. Quanto aos Bens Móveis, não existe evolução da conta contábil 333110100 - Depreciação de Bens Móveis. O Ativo Intangível também não está sendo amortizado como deveria, pois o IFPI possui o Sistema SUAP, no entanto, o mesmo está apresentando inconsistências de valores, tornando dessa forma as informações não fidedignas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ANEXO 6 - RESUMO CONSOLIDADO OBJETIVOS/METAS EXERCÍCIO 2016

DIMENSÃO	RESPONSÁVEL	ORDEM	OBJETIVOS/METAS
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	1	Elaborar e consolidar a Proposta Orçamentária Anual do IFPI, por meio da participação das Unidades Gestoras.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	2	Monitorar a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial das Unidades Gestoras.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	3	Promover a descentralização da gestão orçamentária, contábil, financeira e patrimonial.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	4	Avaliar e otimizar processos relacionados à gestão administrativa e de planejamento.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	5	Aperfeiçoar processos de comunicação internos, visando à otimização de fluxos decisórios.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	6	Promover estratégias para implantação e manutenção da autonomia financeira, contábil e patrimonial dos campi.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	7	Desenvolver estratégias de publicização de relatórios de gestão, de execução de recursos orçamentários e outros afins relacionados às Unidades Gestoras.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	8	Disponibilizar recursos orçamentários necessários para o atingimento dos objetivos e metas institucionais, conforme planejamento e calendário de execução.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	9	Operacionalizar e monitorar os Sistemas de Acompanhamento de Metas do SIMEC/MEC, Concessão de Diárias e Passagens, e outros estabelecidos pelo Governo Federal, conforme normas vigentes.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	10	Estabelecer uniformidade nas contratações do IFPI, visando a uma padronização de procedimentos.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	11	Implantar o módulo de contratos do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e outros sistemas afins que auxiliem o controle, a economicidade e a agilidade dos processos.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	12	Efetivar a cultura de fiscalização dos serviços

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			prestados ao IFPI.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	13	Diagnosticar e estabelecer uma gestão de materiais e patrimonial.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	14	Monitorar utilização de veículo oficial e estabelecer controles de manutenção corretiva e preventiva.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	15	Planejar e realizar licitações, visando à consolidação do Programa e projetos institucionais.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	16	Planejar e publicizar cronograma (calendário) para licitações, visando ao cumprimento da execução orçamentária.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	17	Controlar e monitorar o quantitativo empenhado e as modalidades de licitação.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	18	Estabelecer monitoramento entre a disponibilidade orçamentária e solicitações de compra.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	19	Implementar o Sistema de Memorando de Compras nos módulos de padronização da especificação de materiais e serviços e geração de relatórios.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	20	Incentivar a inserção da dimensão ambiental nos processos internos, por meio da implantação da Política Ambiental do IFPI.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	21	Elaborar e implantar o Plano de Gestão Ambiental para controle e destinação de resíduos, conforme sua classificação.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	22	Promover campanhas de sensibilização e conscientização sobre gastos com água e esgoto, energia elétrica, telefonia e material de consumo.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	23	Elaborar e executar projetos de educação ambiental continuada, no âmbito do IFPI, em parcerias com outras unidades, sobre práticas sustentáveis, dicas de economia e ocorrências de desperdícios e riscos (prevenção, preservação e comportamentos).
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	24	Diagnosticar e desenvolver plano de gestão de riscos (segurança patrimonial, usuários,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			acidentes/sinistros etc).
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	25	Capacitar os servidores da PROAD e dos campi, conforme área de atuação e atividades desenvolvidas, objetivando a melhoria de processos internos e efetividade de resultados da área de administração e planejamento.
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	26	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	27	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
ADMINISTRAÇÃO	PROAD	28	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
ENSINO	PROEN	1	Assegurar anualmente, por campus, a oferta regular de, no mínimo, 50% das vagas para os cursos de nível técnico e PROEJA, na modalidade presencial, nos termos da Lei nº 11.892/2008.
ENSINO	PROEN	2	Assegurar anualmente, por campus, a oferta regular de 20% das vagas para os cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei nº 11.892/2008.
ENSINO	PROEN	3	Assegurar anualmente a oferta regular de vagas para os cursos superiores de tecnologia, nos termos da Lei nº 11.892/2008.
ENSINO	PROEN	4	Assegurar anualmente a oferta regular de vagas para os cursos de bacharelado, nos termos da Lei nº 11.892/2008.
ENSINO	PROEN	5	Assegurar a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor.
ENSINO	PROEN	6	Ofertar cursos nos mais diversos níveis e modalidades da educação profissional técnica e superior.
ENSINO	PROEN	7	Realizar anualmente/semestralmente processo seletivo para ingresso de alunos para ocupar as novas vagas disponibilizadas e as vagas ociosas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ENSINO	PROEN	8	Verticalizar a oferta de curso em relação aos eixos tecnológicos existentes nos campi, otimizando a infraestrutura, o quadro de pessoal, os recursos de gestão e os recursos informacionais, atendendo às demandas sociais e educacionais para consolidar os eixos tecnológicos.
ENSINO	PROEN	9	Prover o quadro docente com professores efetivo/substitutos dos campi, necessários ao desenvolvimento dos currículos dos cursos.
ENSINO	PROEN	10	Ampliar a oferta de vagas nos campi, segundo as condições materiais existentes por meio de pesquisas documental e de campo para definição dos cursos a ser ofertados por campus.
ENSINO	PROEN	11	Estruturar/implementar os ambientes de aprendizagem com os materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das aulas práticas/currículo.
ENSINO	PROEN	12	Normatizar o uso dos laboratórios obedecendo às normas de segurança.
ENSINO	PROEN	13	Ampliar anualmente o acervo bibliográfico informacional das bibliotecas dos campi de forma a favorecer o acesso à informação atualizada à comunidade em geral.
ENSINO	PROEN	14	Incentivar e subsidiar a produção de material didático-pedagógico para os cursos técnicos.
ENSINO	PROEN	15	Alinhar as matrizes curriculares dos cursos de oferta comum no âmbito do IFPI.
ENSINO	PROEN	16	Alcançar a meta mínima de 90% de eficiência da Instituição, no ano de 2016, com meta intermediária de, no mínimo, 85% no ano de 2015, medida semestralmente.
ENSINO	PROEN	17	Alcançar o índice de 80% de eficácia da Instituição até o ano 2016, com meta intermediária de, no mínimo, 75% no ano de 2015, medida semestralmente, definindo-se aqui que o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			dessas turmas.
ENSINO	PROEN	18	Adotar formas de acesso aos cursos técnicos e superiores assentadas em ações afirmativas.
ENSINO	PROEN	19	Ampliar o número de bolsas de monitoria.
ENSINO	PROEN	20	Oferecer monitoria no contraturno das aulas, no decorrer do curso, para alunos ingressantes e veteranos.
ENSINO	PROEN	21	Implementar o currículo do curso técnico integrado em três anos, nos campi, de acordo com as condições estruturais e de pessoal.
ENSINO	PROEN	22	Criar condições físicas, ambientais e materiais que facilitem aos alunos com deficiências, altas habilidades ou com mobilidade reduzida a desenvolver o currículo escolar.
ENSINO	PROEN	23	Implantar salas multifuncionais para prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência, visando ao atendimento educacional especializado.
ENSINO	PROEN	24	Proporcionar aos docentes formação continuada em métodos específicos para atender às necessidades educacionais do aluno com deficiência.
ENSINO	PROEN	25	Implantar ações de políticas de combate à evasão e de retenção.
ENSINO	PROEN	26	Ofertar, para os cursos técnicos concomitantes/subsequentes e superiores, disciplinas com maior índice de reprovações que causam impacto no índice de eficácia.
ENSINO	PROEN	27	Ofertar disciplinas para os alunos em progressão parcial para o ensino concomitante/subsequente.
ENSINO	PROEN	28	Avaliar anualmente todos os cursos oferecidos nos campi do IFPI, adotando os indicadores propostos pelo MEC/INEP, tanto para os cursos superiores, como para os cursos de educação básica e técnica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ENSINO	PROEN	29	Reformular/elaborar os projetos pedagógicos dos cursos, obedecendo aos preceitos legais, vocação institucional e arranjos produtivos, culturais e socioeducacionais.
ENSINO	PROEN	30	Realizar encontros periódicos para análise das avaliações internas e externas.
ENSINO	PROEN	31	Estabelecer diálogo permanente com os movimentos sociais, populares, sindicais, entidades acadêmicas, agentes dos setores produtivos e organizações não governamentais.
ENSINO	PROEN	32	Implantar o Fórum Permanente das Licenciaturas.
ENSINO	PROEN	33	Fortalecer/constituir os colegiados e núcleos docentes estruturantes dos cursos superiores.
ENSINO	PROEN	34	Criar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos técnicos.
ENSINO	PROEN	35	Adotar critérios de distribuição das disciplinas entre os docentes, compatibilizando a formação com o nível de atuação.
ENSINO	PROEN	36	Institucionalizar o Programa de Ambientação institucional aos servidores ingressantes.
ENSINO	PROEN	37	[37. Promover cursos de formação continuada para os servidores em exercício.]
ENSINO	PROEN	38	Colaborar com a PROPI e com a DIGEP na implementação de uma política de formação stricto sensu, contemplando as mais diversas áreas de formação.
ENSINO	PROEN	39	Incrementar o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).
ENSINO	PROEN	40	Divulgar o PIBID nas escolas de educação básica, incentivando a participação dos professores supervisores.
ENSINO	PROEN	41	Incrementar o sistema de gestão pedagógica e acadêmica.
ENSINO	PROEN	42	Otimizar o uso do Q-Acadêmico em todos os campi para o gerenciamento dos dados e informações pedagógicas e acadêmicas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ENSINO	PROEN	43	Integrar o sistema acadêmico com o Pergamum.
ENSINO	PROEN	44	Revisar/atualizar as Normas dos Procedimentos Acadêmicos.
ENSINO	PROEN	45	Instruir e uniformizar as ações do ensino.
ENSINO	PROEN	46	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
ENSINO	PROEN	47	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	1	Promover atualização do acervo documental que regulamenta as ações do IFPI em relação à nova estrutura administrativa e organizacional e implementar, de forma sistemática, a gestão participativa em todos os campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	2	Fortalecer a Comissão Própria de Avaliação (CPA), oferecendo as condições necessárias para a execução dos trabalhos de autoavaliação.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	3	Promover um fórum anual de gestores do IFPI, visando à articulação da gestão institucional através da socialização de experiências exitosas na gestão acadêmica e administrativa.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	4	Promover dois encontros estratégicos anuais, para articulação de ações conjuntas entre as Pró-Reitorias com vistas à implementação de metas institucionais previstas no PDI, incluindo a ampliação de parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais visando ao desenvolvimento de projetos.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	5	Promover, no mínimo, dois encontros anuais com os Diretores Gerais dos campi, visando à elaboração e ao acompanhamento do plano de gestão dos campi, com base nas metas definidas no planejamento estratégico do IFPI.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	6	Implementar política de monitoramento visando à segurança das pessoas e do patrimônio do IFPI em cada campus.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	7	Implementar, até 2016, um sistema otimizado de comunicação entre os campi, por meio de videoconferência, possibilitando, através de reuniões virtuais, a redução de custos com

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			passagens e diárias destinadas aos servidores.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	8	Aperfeiçoar, de forma sistemática, até 2016, os processos de comunicação internos e externos do IFPI, implantados de forma articulada em todos os campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	9	Criar e implementar, em todos os campi, um programa institucional de inclusão digital, articulando ações de inserção das comunidades internas e externas em relação ao atendimento de suporte e controle do uso contínuo do acesso à Internet.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	10	Organizar anualmente oficinas com os Pró-Reitores e Diretores Sistêmicos, visando promover a articulação entre essas pastas para a construção e avaliação do planejamento estratégico institucional.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	11	Construir relatório semestral, com base no monitoramento das ações definidas no planejamento estratégico do IFPI, através de sistema informatizado.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	12	Construir relatório anual, com base no monitoramento da implementação das metas previstas no Termo de Acordos e Metas(TAM).
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	13	Coordenar anualmente a construção de um Relatório de Gestão da instituição no período de janeiro a março.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	14	Formatar anualmente uma versão simplificada do Relatório de Gestão, no período de março a abril, para divulgação interna.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	15	Informar anualmente os indicadores da instituição no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), conforme cronograma.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	16	Anualmente dar suporte à PROAD no Fórum de Administração e Planejamento (FORPLAN), para elaboração da matriz orçamentária, no período de maio a junho.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	17	Executar projetos arquitetônicos da construção de auditórios nos campi.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	18	Executar construção/reforma dos projetos arquitetônicos das bibliotecas.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	19	Executar construção/reforma dos projetos arquitetônicos dos laboratórios nos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	20	Planejar e elaborar projetos arquitetônicos de espaços de convivência nos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	21	Planejar e elaborar projetos arquitetônicos de complexos poliesportivos e estruturar os espaços já existentes nos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	22	Executar projetos arquitetônicos de acessibilidade.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	23	Executar projeto de construção de garagens nos campi para os veículos institucionais com espaços administrativos.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	24	Reestruturação do cabeamento ótico dos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	25	Planejar, projetar e executar a construção de almoxarifado/depósito nos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	26	Planejar, projetar e executar espaços administrativos.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	27	Analisar, identificar e executar ações necessárias para a complementação e manutenção da infraestrutura física dos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	28	Projetar e instalar placa de identificação na fachada dos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	29	Planejar, projetar e executar a urbanização dos estacionamentos dos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	30	Implantação de plano de combate a incêndio nos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	31	Planejar e elaborar projetos arquitetônicos de salas apropriadas para a instalação de arquivos permanentes nos campi.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	32	Executar construção dos projetos arquitetônicos de salas apropriadas para a instalação de arquivos permanentes nos campi.
DESENVOLVIMENTO	PRODIN	33	Implementar projeto de ampliação dos campi

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

INSTITUCIONAL			
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	34	Implementar projeto de ampliação dos centros de referência.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	35	Recuperar e adaptar as casas do terreno adquirido para funcionar o museu da tecnologia do IFPI – Campus Floriano.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	PRODIN	36	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
EXTENSÃO	PROEX	1	Identificar anualmente o perfil socioeconômico e educacional dos estudantes dos cursos regulares do IFPI.
EXTENSÃO	PROEX	2	Incentivar a ampliação nos campi da participação dos estudantes em projetos de extensão.
EXTENSÃO	PROEX	3	Garantir alimentação gratuita para 100% dos estudantes usuários do refeitório, de modo a atender as necessidades de alimentação básica.
EXTENSÃO	PROEX	4	Monitorar mensalmente, através de formulário eletrônico, as ações da POLAE referentes ao quantitativo de atendimento e recursos gastos.
EXTENSÃO	PROEX	5	Monitorar os resultados adquiridos através de instrumentais específicos de atendimento individual aos estudantes do Programa de Atendimento ao Estudante em Situação de Vulnerabilidade Social em todos os campi.
EXTENSÃO	PROEX	6	Reduzir em 30%, a cada ano, os índices de evasão dos estudantes atendidos pela POLAE, através do acompanhamento psicopedagógico e social nos campi.
EXTENSÃO	PROEX	7	Garantir a gratuidade do atendimento nos serviços de saúde para todos os estudantes do IFPI.
EXTENSÃO	PROEX	8	Avaliar anualmente os resultados da POLAE juntamente com as respectivas comissões de Assistência Estudantil.
EXTENSÃO	PROEX	9	Realizar anualmente um encontro com representantes das coordenações de extensão e comissões de Assistência Estudantil dos campi

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			para avaliação e planejamento de ações.
EXTENSÃO	PROEX	10	Fomentar, nos campi, a ampliação em 10% do número de Projetos de Intervenção Comunitária (PROIC), de modo a contemplar os eixos tecnológicos do IFPI.
EXTENSÃO	PROEX	11	Fomentar, nos campi, ampliação em 10% no número de projetos ligados ao ProAEx IFPI, com base nos temas da Política Nacional de Extensão.
EXTENSÃO	PROEX	12	Incentivar os campi a promover, anualmente, uma Feira Tecnológica, com exposição de equipamentos, produtos e serviços produzidos por professores e alunos que difunda os princípios do empreendedorismo.
EXTENSÃO	PROEX	13	Fomentar os campi a promover, anualmente, a Mostra Itinerante de Profissões, onde sejam discutidos temas, como: profissão, orientação vocacional, estágio, aprendizagem profissional, inserção no mercado de trabalho e emprego.
EXTENSÃO	PROEX	14	Realizar, anualmente, o Seminário de Extensão, para apresentar à comunidade os resultados dos programas e projetos de extensão.
EXTENSÃO	PROEX	15	Promover um Fórum Bienal de Extensão, no contexto do ensino e da pesquisa.
EXTENSÃO	PROEX	16	Fomentar o desenvolvimento de projetos culturais nos campi em tecnologias assistivas.
EXTENSÃO	PROEX	17	Promover anualmente uma Mostra Cultural do IFPI, para divulgação dos projetos desenvolvidos nos campi.
EXTENSÃO	PROEX	18	Incentivar os campi a promover concursos com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sociocultural da região, estimulando atividades artísticas, folclóricas e turísticas.
EXTENSÃO	PROEX	19	Incentivar a promoção de olimpíadas do conhecimento nos campi do IFPI e apoiar a participação dos estudantes em âmbito nacional e internacional.
EXTENSÃO	PROEX	20	Incentivar os campi a estabelecer parcerias com instituições locais, a fim de promover evento(s) de ação social que possa(m) prestar serviços às

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			comunidades.
EXTENSÃO	PROEX	21	Fomentar, nos campi, o desenvolvimento de projetos de ação social inclusiva e de tecnologias sociais, para comunidades em situações de risco, atendendo as áreas temáticas da extensão.
EXTENSÃO	PROEX	22	Incentivar o empreendedorismo nos campi.
EXTENSÃO	PROEX	23	Fomentar a capacitação dos servidores e alunos envolvidos em projetos que envolvam o empreendedorismo inovador e solidário.
EXTENSÃO	PROEX	24	Monitorar, através da implantação de um sistema, o andamento dos estágios não obrigatórios.
EXTENSÃO	PROEX	25	Realizar anualmente Jogos Intercampi entre os discentes dos diversos campi do IFPI.
EXTENSÃO	PROEX	26	Realizar anualmente Jogos Intercampi entre os servidores dos diversos campi do IFPI.
EXTENSÃO	PROEX	27	Incentivar a participação dos estudantes e servidores do IFPI nos diversos eventos de cultura, esporte (jogos de rede federal, estadual e outros) lazer e arte, de forma participativa e inclusiva, nos campi.
EXTENSÃO	PROEX	28	Captar recursos externos por meio de editais e chamadas públicas para o desenvolvimento de programas, projetos e eventos de Extensão que viabilizem o processo de inclusão social, defesa de direitos, geração de oportunidades e consequente melhoria das condições de vida.
EXTENSÃO	PROEX	29	Firmar parcerias, convênios e cooperação técnica, com vistas a viabilizar os programas, os projetos e os eventos de Extensão do IFPI.
EXTENSÃO	PROEX	30	Promover cursos periódicos de formação na área da educação inclusiva, buscando contemplar todas as deficiências, para a comunidade acadêmica e externa ao IFPI.
EXTENSÃO	PROEX	31	Implementar e apoiar a produção bibliográfica originada a partir dos conhecimentos produzidos nos projetos de extensão desenvolvidos pelos servidores do IFPI e sociedade em geral.
EXTENSÃO	PROEX	32	Instituir e realizar anualmente fóruns sobre Estágio Curricular Supervisionado das

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			Licenciaturas.
EXTENSÃO	PROEX	33	Incentivar os campi a firmar cooperação acadêmico-pedagógica com as redes públicas de ensino, buscando inserir os estagiários das Licenciaturas do IFPI na realidade da escola pública através de Colégio de Aplicação.
EXTENSÃO	PROEX	34	Fomentar os campi a realizar cursos de atualização e aperfeiçoamento, na forma presencial e a distância, na comunidade.
EXTENSÃO	PROEX	35	Estimular, conforme demanda dos campi, cursos de extensão para o aprendizado de línguas estrangeiras com periodicidade semestral.
EXTENSÃO	PROEX	36	Estimular, nos campi, cursos de formação continuada, para alunos e servidores nas habilidades de comunicação em informática e língua estrangeira - expressão oral e escrita.
EXTENSÃO	PROEX	37	Fomentar a capacitação em cada campus, através de cursos que promovam habilidades em Libras e Braille.
EXTENSÃO	PROEX	38	Fomentar, nos campi, a criação e adesão aos Núcleos de Estudo da Extensão.
EXTENSÃO	PROEX	39	Fomentar, em cada campus, anualmente, cursos de formação continuada em metodologias de ensino e Tecnologia da Informação.
EXTENSÃO	PROEX	40	Incentivar a criação de demais cursos de formação inicial e continuada presencial e a distância em 30% (2015), em 60% (2016) e em 100% (2017) nos campi.
EXTENSÃO	PROEX	41	Promover premiações aos discentes em situação de pleno êxito acadêmico nos campi do IFPI.
EXTENSÃO	PROEX	42	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
EXTENSÃO	PROEX	43	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
EXTENSÃO	PROEX	44	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
EXTENSÃO	PROEX	45	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

EXTENSÃO		PROEX	46	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
EXTENSÃO		PROEX	47	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
PESQUISA, GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	1	Firmar convênios com programas de Pós-Graduação stricto sensu de outras IES visando incrementar as atividades de formação continuada dos servidores de cada campus. A previsão será de um aumento de 100% no número de doutores e de 20% no número de mestres.
PESQUISA, GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	2	Estimular as atividades de formação continuada dos servidores de cada campus, sendo que a previsão será de um aumento de 200% na quantidade de pós-doutores.
PESQUISA, GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	3	Promover, em cada campus, pelo menos, um encontro anual de intercâmbio entre os pesquisadores e alunos das diversas áreas de conhecimento, visando ao desenvolvimento de redes de estudo.
PESQUISA, GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	4	Realizar semestralmente seminários e reuniões com a participação das unidades acadêmicas e administrativas, visando a um efetivo trabalho interdisciplinar.
PESQUISA, GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	5	Incentivar a ampliação do número de núcleos de estudos inter e multidisciplinares em 100% e revitalizar os já existentes.
PESQUISA, GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	6	Ampliar o Programa Institucional de Iniciação Científica, visando aumentar anualmente um percentual de 10% do número de alunos envolvidos com o método científico e as atividades de pesquisa em cada campus.
PESQUISA, GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	7	Ampliar anualmente em 10% o financiamento de bolsas de iniciação científica.
PESQUISA, GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	8	Realizar anualmente, em cada campus, pelo menos um evento de iniciação científica e/ou feira de ciências para incentivar a integração acadêmica e o intercâmbio institucional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	9	Apoiar professores de todos os campi com a implementação de infraestrutura laboratorial para a realização de pesquisas aplicadas no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, por meio do programa Proagrupar – infra, aumentando o valor disponível em 5% anual, estendendo seus benefícios à comunidade.
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	10	Ofertar, anualmente, cursos de pós-graduação lato sensu visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, dentro da necessidade da comunidade.
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	11	Prospecção de patentes a partir de trabalhos desenvolvidos pelos servidores do IFPI.
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	12	Capacitar a equipe da PROPI no planejamento estratégico e gestão de programas e projetos.
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	13	Realizar anualmente encontros e palestras sobre PI com especialistas na área de PI/Patentes.
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	14	Criar convênios de cooperação técnica, parcerias e difusão de conhecimentos e tecnologias, com instituições públicas e empresas privadas.
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	15	Inserção das disciplinas de noções de propriedade intelectual (PI) e empreendedorismo tecnológico nas grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação do IFPI.
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	16	Criar e fortalecer a rede de promoção do Desenvolvimento Tecnológico do Piauí com as Instituições de Ensino Superior e os governos estadual e municipal.
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	17	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	18	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS- E	PROPI	19	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	20	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	21	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
PESQUISA, GRADUAÇÃO INOVAÇÃO	PÓS-E	PROPI	22	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
GESTÃO DE PESSOAS		DIGEP	1	Realizar, com início no segundo semestre de 2015, exames médicos periódicos em todos os servidores. A realização dos exames tem, como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.
GESTÃO DE PESSOAS		DIGEP	2	Desenvolver ações de promoção à saúde do servidor, que têm como finalidade a melhoria dos ambientes, da organização e do processo de trabalho, de modo a ampliar a conscientização, a responsabilidade e a autonomia dos servidores, em consonância com os esforços governamentais.
GESTÃO DE PESSOAS		DIGEP	3	Elaborar e implantar o Plano Anual de Capacitação para os servidores, visando aprimorar os conhecimentos dos servidores docentes e técnico-administrativos elevando a motivação e melhoria dos serviços prestados.
GESTÃO DE PESSOAS		DIGEP	4	Implantar o Assentamento Funcional Digital, visando à automatização dos processos de trabalho em gestão de pessoas.
GESTÃO DE PESSOAS		DIGEP	5	Modernizar normas e procedimentos da área de Gestão de Pessoas.
GESTÃO DE PESSOAS		DIGEP	6	Buscar a melhoria dos indicadores de qualificação profissional dos docentes e servidores técnico-administrativos em educação com o desenvolvimento de programa institucional destinado a fomentar e apoiar demandas para sua capacitação.
GESTÃO DE PESSOAS		DIGEP	7	Desenvolver projetos de capacitação voltados para o incentivo à introdução de novas tecnologias nos serviços prestados pela

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			instituição com vistas ao seu aprimoramento.
GESTÃO DE PESSOAS	DIGEP	8	Acompanhar e controlar atos de admissão, desligamento, contratação de professores substitutos e temporários, aposentadoria, redistribuição e remoção para uma melhor adequação da demanda de servidores pelos campi.
GESTÃO DE PESSOAS	DIGEP	9	Fortalecer a política de gestão de pessoas, com foco no processo educativo, o desenvolvimento e valorização do ser humano, garantindo o trabalho integrado e de forma sistêmica.
GESTÃO DE PESSOAS	DIGEP	10	Realizar, periodicamente, visita técnica a todos os campi do IFPI, objetivando levar informações e orientações aos servidores, dirimindo possíveis dúvidas quanto à situação funcional dos servidores.
GESTÃO DE PESSOAS	DIGEP	11	Realizar, anualmente, estudos e levantamentos do dimensionamento da força de trabalho no IFPI, objetivando o atendimento das demandas administrativas e das atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de promoção da gestão organizacional considerando as competências e os conhecimentos dos servidores para o alcance dos objetivos da Instituição com base na motivação.
GESTÃO DE PESSOAS	DIGEP	12	Realizar, anualmente, a contratação de professores substitutos e de professores temporários, selecionados através de Processo Seletivo Simplificado, para atendimento das demandas dos campi.
GESTÃO DE PESSOAS	DIGEP	13	Realizar, periodicamente, de acordo com o surgimento das necessidades e em caso de inexistência de cadastro reserva de concursos anteriores, concursos públicos de provas e títulos e o provimento de servidores técnico-administrativos em educação e professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, visando ao atendimento das demandas dos campi.
GESTÃO DE PESSOAS	DIGEP	14	Fomentar, anualmente, programas de capacitação de servidores e gestores através do estabelecimento de convênios com instituições de ensino nacionais e internacionais, visando elevar o nível de conhecimento dos servidores técnico-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

				administrativos em educação e capacitar os gestores através de treinamentos, cursos, palestras, congressos e seminários.
GESTÃO DE PESSOAS		DIGEP	15	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	1	Implantar o serviço eduoam em todos os campi do Instituto Federal do Piauí.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	2	Realizar capacitação para servidores da área de Tecnologia da Informação nas tecnologias adotadas na infraestrutura de redes e serviços do IFPI.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	3	Elaborar manuais que possam auxiliar na implantação de uma infraestrutura de rede de serviços.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	4	Consolidar e implantar o serviço do fone@rnp em todos os campi do IFPI que possuem linhas analógicas ou digitais.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	5	Desenvolver e implantar, até 2015, a Política de Segurança da Informação (PSI) para gerir a informação gerada, trafegada ou armazenada no Instituto Federal do Piauí.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	6	Gerenciar a solução de videoconferência presente na rede do IFPI.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	7	Elaborar uma política de centralização de compras de bens e serviços de TI que atenda todos os campi do IFPI.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	8	Desenvolver módulos do SUAP: módulos de memorandos.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	9	Capacitar os servidores do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas no framework Django, Android, Android Avançado e demais tecnologias de desenvolvimento de software.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DA	DTI	10	Desenvolver novos sistemas solicitados por servidores do IFPI mediante formulário eletrônico, bem como revisões periódicas nos sistemas já desenvolvidos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

TECNOLOGIA INFORMAÇÃO	DA	DTI	11	Adequar o Portal do IFPI às normativas do Governo Federal.
TECNOLOGIA INFORMAÇÃO	DA	DTI	12	Adequar, de forma contínua, o SUAP em conformidade com as versões liberadas pelo IFRN.
TECNOLOGIA INFORMAÇÃO	DA	DTI	13	Incentivar o ingresso em cursos de qualificação stricto-sensu de servidores do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas.
TECNOLOGIA INFORMAÇÃO	DA	DTI	14	Implantar serviço de identificação para provisão de serviços da comunidade federada via CaFe.
TECNOLOGIA INFORMAÇÃO	DA	DTI	15	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DIRIN	1	Criar cursos de línguas estrangeiras através da implantação dos Núcleos de Ensino de Línguas Estrangeiras (NELEs) nos campi.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DIRIN	2	Criar cursos de língua portuguesa para alunos estrangeiros nos campi do IFPI e na modalidade EaD.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DIRIN	3	Promover missões internacionais com servidores para intercâmbio acadêmico e científico.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DIRIN	4	Orientar e preparar alunos e servidores para participação em programas de mobilidade acadêmica.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DIRIN	5	Recepcionar delegações estrangeiras.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DIRIN	6	Monitorar auxílio financeiro a alunos selecionados para programas de mobilidade acadêmica internacionais.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DIRIN	7	Divulgar projetos de pesquisa de interesse internacional para viabilização de convênios/parcerias.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DIRIN	8	Recepcionar alunos estrangeiros para intercâmbio acadêmico e científico com servidores/discentes cadastrados para hospedar os intercambistas.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		DIRIN	9	Planejar e coordenar programa de estágio/intercâmbio acadêmico no exterior para alunos do IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RELAÇÕES INTERNACIONAIS	DIRIN	10	Intermediar programa de capacitação (incluindo mestrado, doutorado e pós-doutorado) em instituições de ensino superior estrangeiras para servidores do IFPI, pertencentes a diferentes áreas do conhecimento.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	DIRIN	11	Organizar a oferta de cursos/disciplinas em língua estrangeira com docentes do IFPI e/ou convidados.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	DIRIN	12	Traduzir o site do IFPI para línguas estrangeiras.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	DIRIN	13	Elaborar material para divulgação institucional de programas de intercâmbio, missões e eventos da ASRIN.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	DIRIN	14	Organizar a implantação de laboratórios de línguas em cada campus.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	DIRIN	15	Promover o encontro anual de professores de línguas estrangeiras do IFPI para exposição de resultados e projetos, bem como a definição de novas ações.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	DIRIN	16	Estruturar quadro de pessoal da ASRIN por meio da contratação de servidor técnico-administrativo em educação.
ENSINO	EAD	1	Fomentar a oferta de cursos técnicos, tecnológicos, pós-graduação lato sensu na modalidade da educação a distância (EaD).
ENSINO	EAD	2	Promover a realização de ações que propiciem a formação continuada dos servidores do IFPI através das tecnologias digitais e ferramentas de interação.
ENSINO	EAD	3	Fomentar cooperação técnica entre o IFPI e outras IES para oferta de Mestrado Profissional para capacitação de professores e de servidores técnico-administrativos do quadro efetivo no âmbito do Instituto Federal do Piauí.
ENSINO	EAD	4	Fomentar políticas e diretrizes para a EaD e para a disseminação de tecnologias educacionais.
ENSINO	EAD	5	Coordenar, em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino e as Diretorias-Gerais dos campi, processos de avaliação de cursos na modalidade

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			EaD dos campi.
ENSINO	EAD	6	Incentivar a pesquisa em EaD e recursos tecnológicos, no âmbito do Instituto Federal do Piauí, por meio de iniciação científica, eventos e produção científica e núcleos de inovação tecnológica, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.
ENSINO	EAD	7	Expandir o uso das tecnologias digitais como forma de inclusão digital.
ENSINO	EAD	8	Fomentar a criação de repositório de objetos de aprendizagem para atender aos alunos dos cursos presenciais e cursos na modalidade EaD, no âmbito do Instituto Federal do Piauí, utilizando novas tecnologias interativas e tecnologias de aprendizagem móvel.
ENSINO	EAD	9	Fomentar a produção de material didático impresso e audiovisual para atender aos cursos presenciais e da modalidade EaD.
ENSINO	EAD	10	Difundir o uso das tecnologias educacionais e objetos de aprendizagem nos cursos presenciais.
ENSINO	EAD	11	Capacitar, acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores, professores, coordenadores gerais, coordenadores de curso, coordenadores de tutoria e coordenadores de polo dos cursos na modalidade a distância.
ENSINO	EAD	12	Reestruturar o quadro de pessoal do Centro de Referência em Formação e EaD, conforme área de execução.
ENSINO	EAD	13	Reestruturar a infraestrutura tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD.
ENSINO	EAD	14	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI
ENSINO	PRONATEC	1	Alcançar a meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de, no mínimo, 80%, no ano de 2015, medida semestralmente, definindo-se aqui que o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas nas pactuações do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	2	Promover visita da equipe técnica do PRONATEC aos campi e unidades remotas para acompanhamento do funcionamento do ensino, nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras.
ENSINO	PRONATEC	3	Fomentar o empreendedorismo e negócios inovadores aos alunos do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	4	Criar o Fórum de Desenvolvimento de políticas de inclusão ao ensino profissionalizante através do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	5	Realizar visitas técnicas aos campi com a utilização de instrumentais de supervisão para averiguação das atividades docentes e discentes e identificação das atividades positivas e negativas.
ENSINO	PRONATEC	6	Desenvolver projetos de extensão comunitária; realizar visitas técnicas e promover ações de inter-relacionamento entre unidades remotas e campi.
ENSINO	PRONATEC	7	Promover a gestão administrativa, financeira e pedagógica do ensino do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	8	Promover a ampliação, reformulação e criação de regimentos quanto à contratação de pessoal para o PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	9	Implantar mecanismos de combate à evasão e reprovação dos alunos do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	10	Promover a criação e implementação de sistemas de informática para realização de controle e gerenciamento das atividades administrativas, financeira, de pessoal, contratação de serviços, ações pedagógicas e de ocupação de horas e jornada de trabalho no âmbito do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	11	Realizar a colação de grau dos alunos do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	12	Promover jogos estudantis dos alunos do PRONATEC – Intercampi e Interunidades

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			remotas.
ENSINO	PRONATEC	13	Criar o seminário de agenciamento de emprego e empreendedorismo do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	14	Promover a feira de exposição das atividades, produtos, mercadorias produzidos pelos alunos do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	15	Ampliar o número de vagas por unidades remotas e campi.
ENSINO	PRONATEC	16	Criar e reformular os projetos pedagógicos dos cursos do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	17	Desenvolver e implementar instrumentos de avaliação da qualidade do ensino em todas as modalidades de ensino oferecidas pelo PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	18	Desenvolver mecanismos eficazes de divulgação dos cursos do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	19	Capacitar os colaboradores do bolsa formação modalidade PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	20	Criar o banco de avaliadores ad hoc.
ENSINO	PRONATEC	21	Criar o banco institucional de emprego, empregabilidade e fomento do PRONATEC
ENSINO	PRONATEC	22	Criar o Prêmio PRONATEC – premiar os colaboradores do bolsa formação modalidade PRONATEC – valorizando os profissionais participantes do programa, bem como os alunos referências nos cursos.
ENSINO	PRONATEC	23	Descentralizar as atividades administrativas, financeiras e pedagógicas das unidades remotas dos campi.
ENSINO	PRONATEC	24	Criar o núcleo de pesquisas nas diferentes linhas do conhecimento com o objetivo de investigar e divulgar as ações do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	25	Uniformizar e padronizar as equipes das coordenações adjuntas dos campi e Coordenação Geral.
ENSINO	PRONATEC	26	Implantar novos cursos do PRONATEC nos campi e unidades remotas nos diferentes níveis e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			modalidades de ensino, em resposta às necessidades locais e ao desenvolvimento regional e nacional.
ENSINO	PRONATEC	27	Criar e divulgar o manual de gestão do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	28	Criar e divulgar o portfólio dos cursos do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	29	Elaborar, adquirir, reproduzir e divulgar os materiais didáticos do PRONATEC.
ENSINO	PRONATEC	30	Produzir objetos e módulos educacionais digitais em diferentes tipos de mídias.
ENSINO	PRONATEC	31	Avaliar anualmente todos os cursos oferecidos nos campi e unidades remotas pelo IFPI, adotando os indicadores propostos pelo MEC/INEP.
ENSINO	PRONATEC	32	OUTRAS METAS NÃO ESPECIFICADAS NO PDI

Fonte: PDI 2016-2019 e levantamento PRODIN PDI exercício 2016.

Como consolidação dos principais resultados, a Figura A apresenta um resumo sintético do levantamento da execução do Planejamento Estratégico para o exercício 2016.

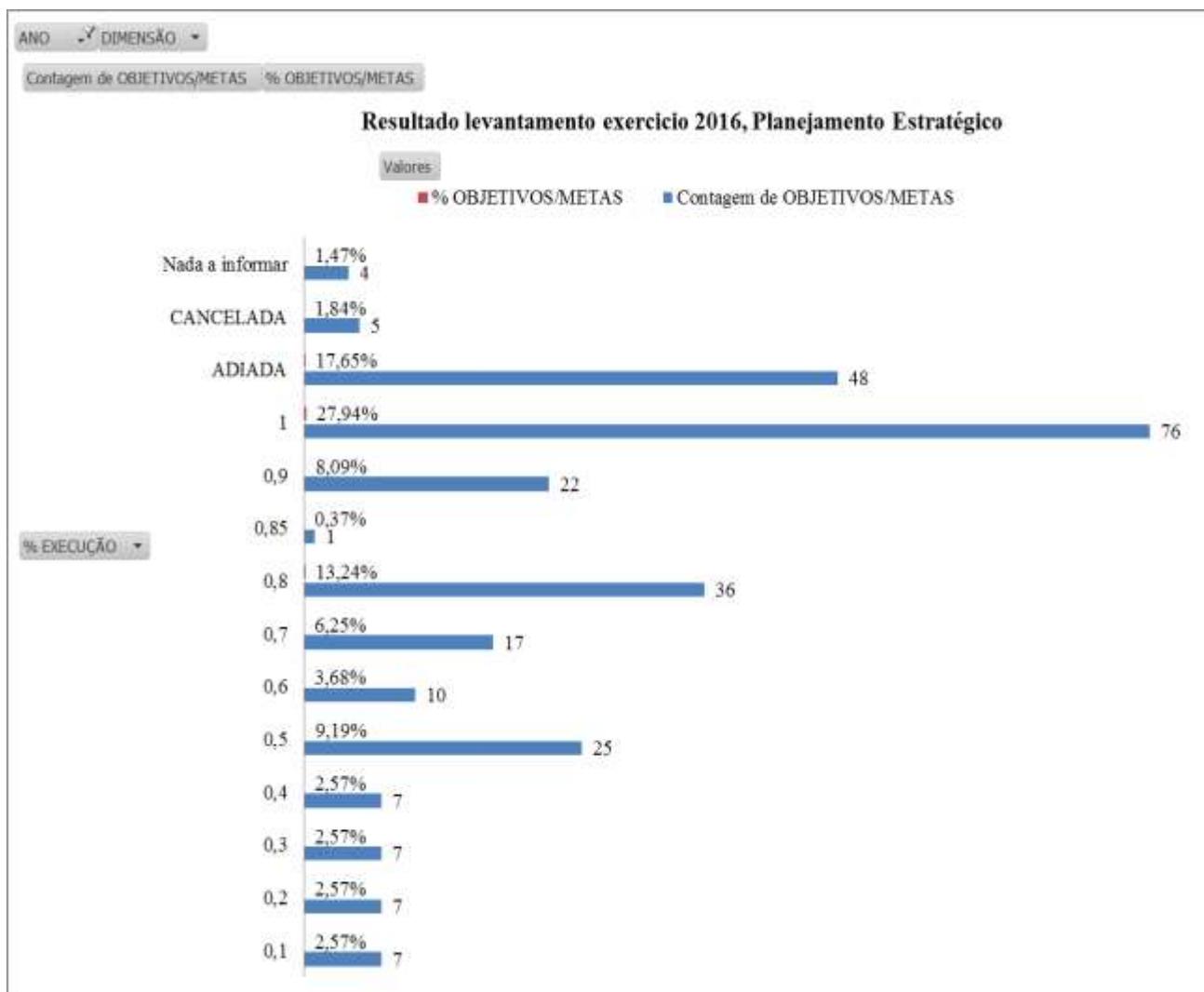
Os dados demonstram que, dos 272 objetivos/metastacadas:

- 27,94% obtiveram a execução de 100% (1);
- O baixo desempenho equivale à execução de 10,29% (10% a 40%);
- Também foram indicadas a situação de:
 - Adiada (17,65%);
 - Cancelada (91,84%);
 - Nada a informar (1,47%).

A UPC destaca que apesar das restrições e limitações para atingimento do planejamento efetuado, obteve resultados significativos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Figura A – Execução do Planejamento Estratégico



Fonte: PRODIN, 2017.